



Departamento de Sociologia

Estudantes da CPLP no ensino superior em Portugal:
Tendências de evolução e perfis sociais

Isabel Cardeal Viana Pedreira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Estudos Sociais da Ciência

Orientador:

Doutor António Firmino da Costa, Professor Catedrático
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2013

Agradecimentos

No fim deste desafio, não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que contribuíram das mais variadas formas para que chegasse a bom termo. Em primeiro lugar, gostaria de deixar o testemunho da minha gratidão ao meu orientador, Professor António Firmino da Costa, pelo apoio inestimável que me prestou e pela confiança que depositou em mim, nunca duvidando da concretização deste projeto. Deixo, de igual modo, uma palavra de apreço e de grande estima à Professora Luísa Oliveira com quem iniciei esta aventura.

Um agradecimento muito especial à DGEEC na pessoa da Professora Doutora Luísa Canto e Castro Loura que, acolhendo a ideia deste projeto, me proporcionou as condições de trabalho e o acesso aos dados, que muito facilitaram a sua concretização. Agradeço ainda à Dr.^a Joana Mendonça, não esquecendo que foi a partir de uma conversa que com ela tive que surgiu o tema desta tese. À Dr.^a Joana Duarte, ao Dr. Carlos Malaca e a todos os meus colegas, muito particularmente à Mónica Luengo, à Rute Nunes e à Teresa Almeida quero deixar o meu reconhecimento por todo o apoio e motivação que me deram.

Aos meus queridos colegas de mestrado, Beatriz Gonçalves, Paula Lino, Gonçalo Silva, Filomena Oliveira e Rita Santos, com quem partilhei algumas preocupações mas também muitas gargalhadas, agradeço o convívio e a cumplicidade.

Finalmente ao Jorge, à Mariana, à Rita, à Marta e ao Tomás, que viu a luz enquanto este projeto ganhava vida, não preciso agradecer. Eles sabem bem tudo o que me deram.

Resumo

A mobilidade de estudantes constitui um dos aspectos mais visíveis do desenvolvimento internacional de comunidades científicas e académicas que se processa cada vez mais à escala global, mas ancora também em relações com raízes profundas, como é o caso dos vínculos pós-coloniais. Neste contexto, o presente trabalho estuda o universo de estudantes nacionais de países da CPLP, que frequentam o ensino superior em Portugal, procurando detectar as principais tendências da evolução da sua composição, bem como identificar os seus perfis sociais.

Ao longo de dezassete anos, sob uma tendência para um crescimento moderado, verificam-se fortes variações, com o alargamento da quota-parte dos brasileiros, das mulheres e dos estudantes de pós-graduação (e a correlativa diminuição de homens africanos). Mulher, com menos de 30 anos, brasileira ou cabo-verdiana, seguindo, no primeiro caso, pós-graduações em Direito e ciências sociais em universidades públicas e, no segundo, licenciaturas em gestão e engenharia em universidades privadas e institutos politécnicos públicos, eis os perfis mais representativos.

Os perfis sociais evidenciam um recrutamento selectivo (forte peso das classes superiores), mais ainda entre os «estudantes internacionais», que vieram expressamente para Portugal para seguir estudos superiores, do que entre os «imigrantes», que já antes residiam no País.

No ponto de encontro entre as suas estratégias e as estratégias de internacionalização das instituições de ensino superior, no contexto da globalização e das migrações internacionais, Portugal continua a oferecer, em virtude dos vínculos linguísticos e pós-coloniais, um destino de eleição aos nacionais da CPLP que procuram prosseguir estudos no estrangeiro.

Palavras-chave: ensino superior; mobilidade social, reprodução social; mobilidade estudantil; migrações; perfis sociais

Abstract

Student mobility is one of the most noticeable aspects of the development of international scientific and academic communities that increasingly takes place on a global scale, but it is also anchored in deep-rooted relations, such as post-colonial ties. In this context, this study focus on nationals from CPLP countries who come to higher education in Portugal, trying to detect the main trends in the evolution of their composition, as well as to identify their social profiles.

Over seventeen years, under a trend of moderate growth, there are significant variations, with the enlargement of the share of Brazilian women and graduate students (and the corresponding decrease of African men). Women under 30 years of age, Brazilian or Cape Verdean, attending, in the former case, postgraduate courses in law and social sciences in public universities and, in the latter, graduate course in engineering and management in private universities and public polytechnics are the most representative profiles.

Social profiles show a selective recruitment (heavy weight of the upper classes), more so among "international students", who come purposely to Portugal to attend higher education, than among "immigrants", who already lived in the country.

At the meeting point between their strategies and the strategies of internationalization of the higher education institutions, in the context of globalization and international migration, because of language and postcolonial ties, Portugal continues to offer a preferred destination for nationals of CPLP countries seeking to pursue their studies abroad.

Keywords: higher education; social mobility, social reproduction; student mobility; migration; social profiles

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Glossário	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A MOBILIDADE ESTUDANTIL NO MUNDO E O CONTEXTO PORTUGUÊS	4
1.1. Enquadramento histórico	4
1.2. Mobilidade estudantil e globalização	6
1.3. O contexto português	7
CAPÍTULO II - PERSPECTIVAS DE ANÁLISE, CAMPOS DE ESTUDO E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	11
2.1. Perspetivas de análise e campos de estudo	11
2.2. Linhas de orientação metodológica	17
CAPÍTULO III - A POLÍTICA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES DA CPLP E O ENSINO SUPERIOR	20
CAPÍTULO IV - OS ESTUDANTES DE PAÍSES DA CPLP NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS: TENDÊNCIAS DA SUA EVOLUÇÃO (1995-2012)	27
4.1. Nacionalidade e género	29
4.2. Subsistemas e tipos de ensino	32
4.3. Graus académicos e áreas de formação	35
4.4. Instituições e regiões	41
CAPÍTULO V - PRINCIPAIS PERFIS DOS ESTUDANTES DA CPLP NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL	44
5.1. Perfis pessoais dos estudantes	44
5.2. Perfis da procura	49
5.3. Condições de acesso e ingresso no ensino superior	56
5.4. Perfis pessoais e perfis de procura	58
CAPÍTULO VI - CONTRIBUTO PARA UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS ESTUDANTES DA CPLP NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL	63
6.1. Problemas de uma caracterização socioeconómica	63
6.2. Reprodução e mobilidade social	65
6.3. Nível socioeducativo e reprodução social	67
6.4. Perfil social e lugar de classe	70
6.5. O caso específico dos candidatos a doutoramento	73
CONCLUSÃO	75
BIBLIOGRAFIA	77
FONTES	84
Anexo A - Distribuição dos Inscritos em estabelecimentos de ensino superior por sexo - 1995/1996 a 2010/2011^{a)}	85

Anexo B - Distribuição dos Inscritos em estabelecimentos de ensino superior por subsistema de ensino - 1995/96 a 2011/12 ^{a)}	86
Anexo C - Distribuição dos Inscritos da CPLP em estabelecimentos de ensino superior por subsistema de ensino - 1995/96 a 2011/12 ^{a)}	87
Anexo D - Distribuição dos Inscritos em estabelecimentos de ensino superior por nível de formação - 1995/96 a 2011/12 ^{a)}	88
Anexo E - Distribuição dos Inscritos da CPLP em estabelecimentos de ensino superior por nível de formação - 1995/96 a 2011/12 ^{a)}	89
Anexo F - Distribuição dos Inscritos da CPLP por Área de educação e formação (CNAEF) e sexo de 1995/1996 e 2011/2012 a).....	90
Anexo G - Distribuição dos Inscritos por NUTS II, de 1995/1996 a 2011/2012 ^{a)}	91
Anexo H - Distribuição dos Inscritos da CPLP por NUTS II, de 1995/1996 a 2011/2012 ^{a)}	92
Anexo I - Distribuição dos Inscritos da CPLP por Distrito, de 1995/1996 a 2011/2012 ^{a)}	93
Anexo J - Classificações utilizadas para a “Profissão”, “Situação na Profissão” e “Nível escolar” no RAIDES - Inquérito aos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior	94
Anexo K - Nota metodológica sobre o procedimento de apuramento dos perfis de caracterização social.....	97
Curriculum Vitae	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1. Evolução das bolsas concedidas (PALOP).....	23
Quadro 3.2. Residentes estrangeiros e estudantes	25
Quadro 4.1. Graus Académicos por Área de Formação	38
Quadro 5.1. Nacionalidade por nível de formação.....	45
Quadro 5.2. Nacionalidade por Género e Idade	47
Quadro 5.3. Perfis Pessoais Principais	49
Quadro 5.4. Perfis de Procura	50
Quadro 5.5. Principais Perfis da Procura	52
Quadro 5.6. Principais Perfis de Procura	53
Quadro 5.7. As vinte instituições mais procuradas pelos estudantes da CPLP	55
Quadro 5.8. Acesso e ingresso no ensino superior - Formação inicial(a)	56
Quadro 5.9. Bolseiros – Formação Inicial (a)	57
Quadro 5.10. Principais Perfis Pessoais e de Procura	60
Quadro 6.1. Origens socioeducativas – nível escolar dos pais	69
Quadro 6.2. Origens socioeconómicas dos estudantes	71
Quadro 6.3. Origens socioeconómicas dos estudantes de doutoramento	73

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1. Bolsas de estudo concedidas.....	22
Figura 4.1. Evolução dos Inscritos da CPLP de 1995/1996 a 2011/2011	27
Figura 4.2. Evolução do peso dos inscritos da CPLP no total dos inscritos.....	28
Figura 4.3. Evolução do peso dos inscritos da CPLP no total dos inscritos “Estrangeiros”	29
Figura 4.4. Evolução dos Inscritos da CPLP por nacionalidade de 1995/1996 a 2011/2012.....	29
Figura 4.5. Distribuição dos inscritos da CPLP por sexo de 1995/1996 a 2011/2012	32
Figura 4.6. Evolução dos inscritos da CPLP por subsistema de ensino de 1995/1996 a 2011/2012	33
Figura 5.1. – Modelo de Análise	61

Glossário

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

CAD – Comité de Apoio ao Desenvolvimento

SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

REM – Rede de

CET– Curso de especialização tecnológica

BIT– Bureau International du Travail

INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas, as mudanças vertiginosas, precipitadas pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, conferem ao conhecimento uma importância fundamental. Apesar das grandes desigualdades de desenvolvimento económico, social e cultural, a globalização não deixa nenhuma sociedade, mesmo as mais periféricas, inteiramente à margem desse movimento. As universidades, e as instituições de ensino superior no seu conjunto, pelo seu papel na produção e transmissão do conhecimento, na qualificação do pessoal técnico, na formação de quadros superiores e das elites, em geral, assim como, em particular, na investigação e divulgação científicas, ocupam uma posição central na vanguarda da mudança. A circulação de investigadores, docentes e estudantes vai estruturando redes, onde se produzem e difundem os saberes, que adquirem um alcance global, integrando espaços e agentes cada vez mais diversos e dispersos.

Essa circulação constitui hoje uma dimensão incontornável do desenvolvimento científico que se processa à escala global. A internacionalização das comunidades científicas e académicas, que tem na crescente mobilidade estudantil um dos seus principais fatores e manifestações, resulta de uma combinação de estratégias, por um lado, das instituições de ensino superior e investigação, que procuram captar mais e melhores recursos humanos, e, por outro lado, dos docentes, investigadores, estudantes e respetivas famílias, que procuram responder a oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal e profissional que se apresentam à escala global. Os efeitos dessa combinação podem ser diversos, da formação de quadros entre os quais podem recrutar-se novas comunidades científicas em países e regiões mais desfavorecidos ou atrasados, à chamada «fuga de cérebros» que auxilia a renovação de comunidades mais consolidadas. De um ponto de vista sociológico, as formas de que se reveste o recrutamento daqueles que participam nessa circulação, diz muito da sua posição relativamente aos processos de reprodução e mobilidade social.

Tudo se desenvolve sob o constrangimento dos recursos disponíveis e das possibilidades e estas dependem das circunstâncias e contextos históricos e geográficos. Por isso, as novas formas de circulação, sob o signo da globalização, não deixam de se conjugar com outros movimentos de carácter tradicional, seja daqueles que estão associados à matriz multinacional das próprias universidades, seja dos que se fundam em relações privilegiadas, baseadas em sólidos vínculos históricos e linguísticos, tais como as que se estabelecem entre as antigas potências coloniais, ou pelo menos as suas instituições de ensino superior e investigação, e os novos estados que resultaram dos processos de descolonização.

É precisamente nesta encruzilhada que se situa o estudo que apresentamos e que toma como universo de referência os estudantes estrangeiros, nacionais de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que prosseguem os seus estudos em instituições de ensino superior em Portugal. Os principais objetivos do trabalho são, em primeiro lugar, identificar e caracterizar, de forma completa e rigorosa, as principais tendências da evolução dessa presença; e, em segundo lugar,

recortar com a maior precisão possível os seus perfis sociais, no sentido de compreender como os padrões do seu recrutamento se posicionam relativamente aos processos de recrutamento e mobilidade social.

*
* *

O presente estudo desenvolve-se ao longo de seis capítulos, sendo completado por vários anexos que servem para divulgar a informação estatística em que se fundamentam as proposições apresentadas no corpo de trabalho e também para descrever com a necessária, e possível, minúcia os mais relevantes procedimentos metodológicos adotados.

Os dois primeiros capítulos têm um carácter ainda de certo modo introdutório ou contextual. No primeiro, expõe-se em grandes linhas o contexto global da mobilidade estudantil internacional, de um ponto de vista histórico-sociológico, destacando no final, em específico, o contexto português, com particular atenção à natureza e relevância, nos domínios pertinentes para os efeitos deste estudo, dos vínculos coloniais e pós-coloniais. Quanto ao segundo capítulo, trata-se de apresentar as perspetivas de análise, os campos de estudo e as principais orientações e opções metodológicas. Situando-se este trabalho no espaço de intersecção entre diferentes campos de estudo (sociologia da educação, da ciência e das migrações; estudos pós-coloniais, do desenvolvimento e da cooperação internacional), com as suas agendas de investigação e orientações teóricas e metodológicas próprias, relevam-se alguns dos respetivos contributos – particularmente, em matéria de perspetivas, problemas e conceitos – assim como os que resultam de estudos e relatórios realizados por organizações internacionais e organismos administrativos.

O terceiro capítulo aborda ainda também assuntos de natureza contextual, designadamente o enquadramento oferecido pela política portuguesa de cooperação com os países da CPLP, em especial no domínio do ensino superior. No entanto, trata já de matérias que podem contribuir para compreender as condições, mormente de ordem institucional e legal, da presença de estudantes da CPLP no ensino terciário em Portugal, bem como para explicar, ao menos em parte, algumas das variações nos efetivos, nas características, nos rumos e nas escolhas desses estudantes ao longo dos anos.

No quarto capítulo tem início o tratamento da informação estatística que suporta o presente estudo. Com base em dados oficiais foi construída, ou reconstruída, uma série que permite determinar as principais tendências, entre 1995 e 2012, da evolução da frequência das instituições de ensino superior portuguesas por estudantes nacionais de Estados integrantes da CPLP. Para além da evolução geral dos efetivos e da sua representatividade no universo dos estudantes do ensino superior e em especial no conjunto dos estrangeiros, apresentam-se resultados da observação do comportamento – ao longo de dezassete anos – de uma seleção de variáveis que se afiguraram relevantes para a caracterização dessa população: nacionalidade e género; subsistema e tipo de ensino

(ensino público/ensino privado e ensino universitário/ensino politécnico); graus académicos e áreas de formação; instituições e regiões. Esta observação pretende proporcionar um conhecimento extensivo do universo de referência, das suas características principais e da sua evolução.

O quinto capítulo tem como objetivo produzir um conhecimento mais intensivo, em maior profundidade, sobre esse universo, procurando identificar os principais perfis sociais que servem para sua caracterização. Para esse efeito, selecionou-se um conjunto de variáveis, para as quais existe, relativamente ao último ano disponível (2011/2012), informação exaustiva para o universo em estudo, de modo a definir os perfis pessoais, a partir de características sociodemográficas (nacionalidade, sexo, idade, estado civil) e os perfis de procura (subsistema e tipo de ensino, nível e área de formação, estabelecimento). Examinam-se também, pelo significado que têm, as condições de acesso e ingresso no ensino superior. Finalmente, procede-se à conjugação entre perfis pessoais e perfis de procura, especificando, por meio de um modelo de análise do relacionamento entre as variáveis, o modo como os primeiros condicionam os segundos.

No último capítulo apresenta-se um contributo, de certo modo exploratório, para a caracterização socioeconómica dos estudantes da CPLP. Ao contrário do que acontece com os capítulos anteriores, a base estatística não se refere ao universo de referência, mas apenas aos que prestaram informação de ordem social, designadamente a profissão, a condição perante a profissão e o nível escolar dos pais. As origens socioeducativas e as origens socioprofissionais foram, umas e outras, combinadas num indicador de posição socioeconómica que foi, por sua vez, traduzido na linguagem do esquema de classes proposto por John Goldthorpe. Os padrões de recrutamento social foram examinados em função desse esquema, permitindo uma apreciação, salvaguardadas as limitações da informação estatística de base, das proporções relativas dos processos de reprodução e mobilidade social. Além disso, a análise discriminará entre dois grupos de estudantes, os que designamos «estudantes internacionais», isto é, os que vieram expressamente prosseguir estudos superiores em Portugal, e os que denominamos «imigrantes» que já eram antes residentes no País. O objetivo é testar a hipótese, formulada à partida, de que a essa diferença de condições correspondem diferenças nos padrões de recrutamento e no perfil social dos estudantes.

No final deste percurso, ter-se-á portanto cumprido o objetivo, não só de organizar e sistematizar a informação estatística disponível, identificando as principais tendências de evolução da frequência do ensino superior em Portugal por estudantes nacionais de Estados da CPLP, mas também de contribuir, através do tratamento dessa informação, para responder a questões que figuram na agenda de diferentes campos de estudo, em cujo espaço de intersecção se situa o presente trabalho.

CAPÍTULO I - A MOBILIDADE ESTUDANTIL NO MUNDO E O CONTEXTO PORTUGUÊS

1.1. Enquadramento histórico

Desde as suas origens, as universidades europeias são instituições cosmopolitas, constituindo um foco, ainda que ao seu nível, forçosamente reduzido, de migrações internacionais. As que granjearam maior prestígio atraíam estudantes de toda a Europa, o que significa que a informação a seu respeito circulava à escala continental. Nas universidades formavam-se comunidades em função das diferentes proveniências geográficas. A palavra “nação” encontrou uma das suas primeiras utilizações justamente na designação de cada uma dessas comunidades (Hobsbawm, 1990:16). No século XVI, a criação e difusão do Humanismo na Europa passou em grande parte por esse “cosmopolitismo” das universidades e pela circulação, diríamos hoje, pela mobilidade, de estudantes e professores.

Esta característica constitutiva das universidades – a abertura aos estudantes de outras regiões e nacionalidades – nem por isso deixa de ter uma história, isto é, de apresentar grandes variações no tempo e no espaço. Se há instituições que conservaram essa vocação original, nem todas demonstraram a mesma capacidade de atracção e tempos e circunstâncias houve, de resto, em que essa abertura não se verificou e as universidades foram participantes mais ou menos voluntárias de políticas de reclusão cultural, geralmente inspiradas pelo nacionalismo.

Acresce que, enquanto as universidades foram frequentadas por pequeníssimas minorias, os efeitos sociais e demográficos da circulação de estudantes foram escassos, mesmo no século XIX, em que uma elite científica e cultural se formou nas universidades de alguns países da Europa central e ocidental, onde a criação cultural e a investigação científica desempenhavam um papel cada vez mais importante, de acordo com o modelo humboldtiano que desde então se divulgou.

Na verdade, é depois da II Guerra Mundial que se aprofunda um conjunto de alterações sociais e políticas que atribuíram ao ensino superior – englobando outras instituições, para além das universidades – uma função da maior importância: por um lado, o reconhecimento geral da importância da investigação científica e da inovação tecnológica (de que as universidades se tornaram centros de primeira importância) para o desenvolvimento económico e o triunfo de concepções que atribuem à qualificação e formação da população uma influência considerável na elevação da produtividade do trabalho (designadamente a teoria do capital humano); por outro, a vitória dos regimes democráticos e a pressão social e política para a democratização das sociedades e da aquisição de novos direitos sociais, designadamente na educação, em que se via um instrumento para a promoção da igualdade de oportunidades e da mobilidade social ascendente. Deste modo, a frequência do ensino superior alarga-se significativamente nos países desenvolvidos, rumo a uma massificação que virá duas décadas mais tarde.

Esta valorização do ensino superior teve também uma dimensão internacional. Nos países menos desenvolvidos e, em particular, nos novos Estados que emergiram dos processos de descolonização, o que estava em causa não era ainda o alargamento das aspirações sociais relativamente ao acesso à universidade, mas sim a formação de quadros e das novas elites que haveriam de substituir as elites coloniais. Durante a maior parte dos períodos de dominação colonial, principalmente em África, a raridade ou mesmo a inexistência de universidades em grande parte dos territórios, obrigava aqueles que pretendiam seguir estudos superiores (e tinham meios para tanto) a deslocarem-se para as metrópoles ou até para países estrangeiros. No período de transição, os próprios Estados coloniais patrocinaram a formação dos novos quadros nas universidades das metrópoles, como meio de assegurarem a constituição de lideranças e administrações favoráveis aos seus interesses e a manutenção de vínculos pós-coloniais. Esse apoio prosseguiu depois no âmbito de políticas de cooperação para o desenvolvimento.

A circulação de estudantes de países menos desenvolvidos e em particular das antigas colónias para frequentarem instituições de ensino superior dos países desenvolvidos e em especial das antigas potências coloniais conferiu uma nova dimensão e um carácter diferente às migrações estudantis. Não se tratava já da mobilidade ou do intercâmbio entre as universidades dos países mais avançados ao nível de uma pequena elite científica, técnica e cultural (que se manteve, sendo um dos esteios da constituição da comunidade científica internacional), mas da formação de quadros políticos e administrativos (e secundariamente técnicos) e da abertura de oportunidades de formação àqueles que dificilmente as teriam nos seus próprios países. Muitas vezes, aqueles que se formavam nas instituições dos países desenvolvidos, em lugar de regressar ao país de origem, acabavam por ficar, naturalmente seduzidos pelas melhores condições de que podiam beneficiar nos países onde estudavam (mesmo quando não chegavam a concluir os seus cursos).

Esta mudança fez de algum modo alinhar, pelo menos no que se refere às origens e destinos geográficos, a migração estudantil com a migração em geral, isto é, uma emigração de sul para norte e dos Estados emergentes da descolonização para as antigas potências coloniais. Esse alinhamento afirma-se principalmente desde a década de 1960. Assim, com a excepção das universidades com maior reconhecimento internacional (situadas principalmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha e ainda na França e na Alemanha), que foram atraindo estudantes de diferentes partes do mundo, pela qualidade e prestígio das formações ministradas, a procura gerada por estudantes com origem nas antigas colónias foi para a grande maioria das instituições de ensino superior das antigas potências coloniais uma das principais fontes de recrutamento de estudantes estrangeiros, ou não fossem os factores linguísticos e os laços históricos dos principais critérios quando se tratava da escolha do lugar de prossecução de estudos superiores.

Por vezes, é certo, alguns dirigentes políticos procuraram as universidades de países que apoiaram activamente o combate pela libertação, designadamente da União Soviética e dos seus aliados

(Europa de Leste, Cuba) de modo a quebrarem os vínculos coloniais e buscando a formação num quadro ideológico expressamente anti-colonial. Essa foi, apesar de tudo, uma solução temporária e social e politicamente circunscrita.

1.2. Mobilidade estudantil e globalização

Mais tarde, a mobilidade estudantil e as migrações internacionais sofreram um forte impacto da globalização. Desde a década de 1980, a internacionalização e desterritorialização das economias, a redução das tarifas alfandegárias, a quebra dos custos dos transportes e comunicações, a difusão instantânea e massiva da informação puseram em marcha mecanismos de atracção e repulsão, que desencadearam movimentos migratórios que só encontram paralelo em certos períodos do século XIX. Estas migrações dirigem-se principalmente de sul para norte e das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, até porque as diferenças de níveis de desenvolvimento se tornam cada vez mais evidentes e as expectativas de melhoramento das condições sociais são cada vez mais divulgadas. A dimensão dos fluxos migratórios leva à adopção pelos países mais desenvolvidos de políticas restritivas e de controlo da imigração.

Ao mesmo tempo, porém, a importância conferida à ciência e tecnologia para o desenvolvimento, a mudança da estrutura das economias, resultando na destruição de postos de trabalho não qualificados e na criação de empregos exigindo elevada preparação, reforçaram a competição internacional pelos recursos humanos com maior potencial, globalizando os mercados de formação superior. Os Estados desenvolvidos e as instituições universitárias reforçaram estratégias de atracção, ao mesmo tempo que os governos dos países em desenvolvimento procuraram apoiar a formação de quadros altamente qualificados, patrocinando, por vezes com auxílio da cooperação internacional, a deslocação de estudantes para as universidades mais prestigiadas. As Universidades situam-se no centro do desenvolvimento científico à escala internacional.

Na Europa, por exemplo, os programas de mobilidade de estudantes e professores do ensino superior, que tinham já alguma tradição (designadamente o Programa Erasmus), adquiriram um peso crescente, abrindo-se também aos nacionais de países terceiros (Erasmus Mundus). Por outro lado, foram introduzidas reformas no sistema de ensino superior com o objectivo de o tornar mais competitivo e de facilitar a mobilidade, por exemplo através do chamado Processo de Bolonha.

Estas políticas dos países desenvolvidos têm, em boa parte, como destinatários os estudantes, professores e investigadores de outros países desenvolvidos. Contudo, procuram atrair também os melhores alunos de outras regiões e continentes. As melhores universidades dos Estados Unidos da América que têm uma longa tradição no recrutamento de estudantes estrangeiros, de resto com o apoio do próprio Estado, através da concessão de bolsas da Fundação Fullbright, são um bom exemplo, pelo investimento que têm feito na atracção de estudantes asiáticos.

Neste quadro, a mobilidade estudantil à escala internacional, considerada em si mesma como um valor de aprendizagem, tem vindo a alargar-se quase por toda a parte, constituindo uma componente específica das migrações internacionais que constituem uma das faces visíveis do processo de globalização. O número de estudantes que seguem estudos superiores num país estrangeiro multiplicou-se por 14 entre 1950 e 2000 e duplicou desde então até 2009. A percentagem de estudantes estrangeiros, no quadro de um amplo crescimento geral do acesso, era nesse ano de 2 % à escala mundial, ultrapassando 20 % na Austrália e 15 % em alguns países europeus (UNESCO 2011).

A natureza dessa mobilidade e da migração estudantil é, porém, muito diferenciada, tanto pela espessura histórica dos fluxos em que se integra, como pelas características dos próprios estudantes e pelos respectivos objectivos e motivações. Faz sentido, por isso, dentro do amplo fenómeno da mobilidade ou migração estudantil seguir, para efeitos de estudo, algumas linhas principais de diferenciação. Em primeiro lugar, entre os fluxos que se geram entre os próprios Estados desenvolvidos, que constituem uma componente muito forte do conjunto, e aqueles que conduzem a esses Estados os estudantes originários dos países em desenvolvimento (sem esquecer que há também importantes movimentos entre estes últimos). Em segundo lugar, há que distinguir entre, por um lado, as correntes que conduzem os estudantes das regiões menos favorecidas no seu conjunto aos países com sistemas de ensino superior mais qualificados e prestigiados (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália, França, Alemanha), e as que se desenvolvem, a par dos movimentos migratórios globais, no âmbito de relações pós-coloniais.

É certo que a erosão dos critérios ideológicos nas últimas décadas, em particular depois da queda do muro de Berlim, e a mais ampla divulgação da avaliação internacional de instituições e programas universitários favoreceu a opção pelos sistemas mais prestigiados, independentemente de factores históricos ou linguísticos. Contudo, estes factores continuam a ter um peso muito significativo nas escolhas estudantis, comprovado pelo facto de as antigas potências coloniais serem ainda geralmente o primeiro ou um dos três primeiros destinos eleitos pelos estudantes dos países que emergiram da descolonização (Constant & Tien, 2009b). Nestes países, as migrações estudantis tendem portanto a seguir os padrões da emigração geral, o que diz muito da sua particular natureza social. Por isso, faz todo o sentido estudar especificamente a mobilidade estudantil no contexto das relações pós-coloniais, também como factor de formação das comunidades científicas, das antigas potências coloniais mas principalmente dos novos Estados.

1.3. O contexto português

Este contexto é relevante, nas suas coordenadas gerais, para compreender a situação de Portugal no que diz respeito à frequência das suas instituições de ensino superior por estudantes originários dos Estados que se constituíram na sequência dos processos de descolonização. Essa situação, embora

afectada pelos mesmos grandes movimentos, revela as suas próprias particularidades, que têm a ver com a própria cronologia e com as circunstâncias históricas da descolonização (iniciada com a secessão do Brasil em 1822 e concluída apenas com a independência oficial de Timor-Leste em 1999). A inexistência de universidades no espaço colonial português até 1962 (quando se constituíram as primeiras em Luanda e Lourenço Marques, actual Maputo) obrigou à deslocação dos naturais das colónias que queriam seguir estudos superiores para a metrópole. Já no caso do Brasil assim acontecera. Ao contrário dos domínios espanhóis da América, onde se haviam estabelecido algumas universidades, não se criou nenhuma no Brasil antes da independência, obrigando os naturais do principal domínio ultramarino à longa deslocação para Coimbra, onde então se encontrava a única universidade do mundo português. Já foi defendida a ideia de que uma das razões pelas quais, ao contrário do que aconteceu na América espanhola, o Brasil se manteve territorialmente unido, foi o facto de as suas elites, provenientes de diferentes regiões, partilharem a cultura e a sociabilidade que tinham absorvido em Coimbra.

Até aos anos 1960, a Universidade portuguesa continuava a ser o destino quase exclusivo dos naturais das colónias que pretendiam ingressar no ensino superior. Constituía, aliás, uma percentagem não desprezível do total. Ainda em 1963/1964, quando as escolas superiores davam apenas os primeiros passos em Angola e Moçambique, os estudantes naturais das províncias ultramarinas, como então eram designadas, constituíam 6,9 % do total, um aumento significativo, embora não espectacular, relativamente aos 5,4 % registados em 1940/1941 (Sedas Nunes, 1969: 652). Não é possível porém saber, porque as estatísticas são sobre isso silenciosas, quantos destes estudantes eram descendentes dos colonos e quantos provinham da população autóctone.

Nos anos 1960, alargaram-se as oportunidades de estudo para os jovens africanos em Portugal, mas desenvolveu-se também uma corrente migratória de outra natureza, atraindo naturais das colónias para a metrópole, muito principalmente de cabo-verdianos, para trabalharem em sectores, tais como a construção civil e obras públicas, em que o efeito conjugado do recrutamento militar para a Guerra Colonial, da emigração para a Europa e do crescimento económico criavam uma escassez de mão-de-obra.

Durante o tardio e conturbado processo de descolonização, no quadro de um movimento de população que em pouco tempo transferiu mais de meio milhão de pessoas (colonos e seus descendentes) dos territórios ultramarinos para a metrópole, verifica-se o estabelecimento de famílias africanas em Portugal. Então e nos tempos imediatos, eram sobretudo aqueles que podiam manter a nacionalidade portuguesa (ou porque tivessem pelo menos um dos pais ou avós nascido em Portugal, ou tivessem servido na administração colonial) que aqui se instalavam. Não eram propriamente imigrantes, porque conservavam a nacionalidade portuguesa, e tinham uma condição social claramente superior à daqueles que haviam sido recrutados na década anterior (sobre a imigração africana em Portugal, *vide* Machado, 1992 e 1999). A instabilidade social e política que se viveu a

seguir ao 25 de Abril de 1974 e as dificuldades económicas do tempo suspenderam, praticamente, o fluxo migratório da África para Portugal. Revelava-se, assim, também, mais uma das singularidades das relações pós-coloniais do universo português. Portugal, ao contrário das outras potências coloniais, estava longe de constituir então um país desenvolvido, com uma economia pujante capaz de pagar altos salários que atraíssem os imigrantes. Será necessário esperar pela segunda metade da década de 1980 e pela aceleração do crescimento económico no contexto da adesão às comunidades europeias, para que o movimento migratório retome. Os imigrantes procuram então outra vez trabalho na construção civil e obras públicas, lançadas com financiamento comunitário.

Esta vaga foi tão importante que trouxe a Portugal outros africanos (após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética), para além dos das antigas colónias e ainda imigrantes do leste europeu. Uma grande parte desta imigração era clandestina, o que vai levar o Estado português a oferecer oportunidades extraordinárias de legalização, a conceder facilidades no acesso à educação (nomeadamente ao ensino superior), mas ao mesmo tempo a procurar regular (ordenar e reduzir) a imigração. A política de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento adquire também maior importância. Assim, aproveitando de modos diferentes estas oportunidades, os imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa mostravam-se geralmente pouco inclinados a regressar às suas origens ou sair para outros países europeus, preferindo permanecer em Portugal onde, apesar de tudo, as diferenças culturais não lhes causavam grandes dificuldades de adaptação. Em consequência, as políticas restritivas, adoptadas no quadro da União Europeia (com a criação do espaço Schengen), embora permitissem conter o volume das entradas, para o que contribuiu também o abrandamento do crescimento económico, não impediram a consolidação em Portugal de importantes comunidades de origem africana, constituídas por famílias que se reproduziam mais e mais rapidamente do que as famílias portuguesas. Neste quadro, o Estado português adoptou políticas de integração e de apoio social para os imigrantes.

O processo de descolonização, tanto no modo como no tempo, e o nível de desenvolvimento do País criaram relações pós-coloniais específicas, em que avulta a diversidade das comunidades de origem africana. Por um lado há os que, mantendo a nacionalidade portuguesa, tiveram uma experiência de migração, sem que possam ser considerados imigrantes. Entre estes devem distinguir-se os que vieram trabalhar na construção durante os anos 1960 e os que trabalhavam na administração que tinham uma condição e horizontes sociais bem diversos. Por outro lado, há os imigrantes genuínos, que chegam como estrangeiros, em condições precárias, muitos clandestinamente, para trabalhar nas obras públicas e para se estabelecerem de forma duradoura senão permanente em Portugal. Há ainda os filhos de todos eles, nascidos em Portugal, mas considerados imigrantes, pois não adquirem automaticamente a nacionalidade portuguesa, de que só alguns podem beneficiar. E há diferença de aspirações e expectativas que levam ou não levam, uns e outros, a ingressar no ensino superior (Machado, 1992 e 1999; Pires, 2003; Gusmão, 2004).

Portugal apresenta-se, aparentemente pelo menos, como um destino «natural» para os cidadãos dos países africanos de língua portuguesa que pretendem desenvolver estudos superiores fora dos seus Estados de origem (mas já não para os do Brasil, por questões históricas, ou para os de Timor-Leste, por questões linguísticas e geográficas). Mas esse carácter «natural», que seria extensivo ao fenómeno migratório em geral, deve ser observado em função das opções que se colocam efectivamente aos actores (aos candidatos a estudantes no estrangeiro) e à forma como as políticas e, em particular, as políticas de cooperação condicionam essas opções.

As classificações de *estrangeiro* e *imigrante*, neste universo modelado pelas relações pós-coloniais, são aliás muito menos simples do que parecem à primeira vista. No caso dos estudantes do ensino superior, há uma diferença entre os que vêm com o propósito de estudar (embora as condições de acolhimento lhes permitam ficar para além dos estudos, mesmo que os não tenham concluído) e os que são filhos de estrangeiros já residentes e que, mesmo quando tenham nascido em Portugal, não possuem ainda a nacionalidade portuguesa. Há uma diferença também de estatuto e condição social. Entre os bolseiros, há aqueles para os quais a bolsa é essencial para a sua manutenção e os outros para quem a bolsa é um mero complemento das subvenções das famílias, por vezes abastadas. Para alguns, a migração enquanto estudantes é apenas um expediente para contornar os obstáculos que se erguem à sua entrada. Entre os filhos de residentes há também diferenças, do ponto de vista social, consoante a inserção das famílias no mercado de trabalho e os níveis de integração e exclusão sociocultural das comunidades a que pertencem,

Esta diversidade e a que resulta da confrontação entre este conjunto e os nacionais e os demais estrangeiros merecem sem dúvida um estudo, informado pelos contributos e perspectivas de várias especialidades das ciências sociais.

CAPÍTULO II - PERSPECTIVAS DE ANÁLISE, CAMPOS DE ESTUDO E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1. Perspetivas de análise e campos de estudo

Este trabalho situa-se no ponto de encontro entre várias áreas de estudo. Em primeiro lugar, a sociologia da educação, em particular no que se refere à caracterização social da população estudantil do ensino superior. Trata-se de uma área consolidada no quadro da sociologia, que tem dado um importante contributo para o desenvolvimento da própria disciplina, tanto no domínio teórico e conceptual, como enquanto terreno para a realização de estudos empíricos.

Em segundo lugar, cabe também incorporar os contributos da sociologia da ciência naquilo que mais tem de comum com a sociologia da educação, nos termos que acabamos de referir. Sendo as universidades, em todo o mundo, instituições onde se produz e se transmite grande parte do conhecimento, em especial do conhecimento científico, o estudo do recrutamento dos investigadores, que começam por ser estudantes e, em particular, estudantes de pós-graduação, aproxima-se do estudo da população estudantil. Claro está que, mesmo a este nível, a sociologia da ciência tem uma outra agenda de investigação, preocupando-se com as carreiras, as hierarquias, as relações de poder no interior das instituições, que são questões que só muito lateralmente podem ser elucidadas pelo conhecimento da composição e reprodução dos corpos de estudantes universitários.

Em terceiro lugar, a área da sociologia das migrações que, tendo também ela raízes profundas, principalmente no que diz respeito aos problemas de integração das comunidades migrantes nas sociedades de destino, conheceu recentemente uma expansão considerável, em virtude do fortíssimo crescimento dos movimentos migratórios que constituem uma das componentes mais evidentes do processo de globalização que se tem desenvolvido nas últimas décadas.

Em quarto lugar, os estudos pós-coloniais, área interdisciplinar que estuda a construção dos novos Estados que emergiram dos processos de descolonização e as suas relações com as antigas potências coloniais. As migrações e a formação das novas elites e dos quadros dirigentes são aspectos que nesse âmbito merecem uma atenção especial e que se afiguram relevantes para os propósitos deste trabalho.

Finalmente, em quinto lugar, uma outra área que, embora associada de forma próxima com a dos estudos pós-coloniais, não se confunde com ela, inscrevendo-se principalmente no campo de estudo das políticas públicas e das relações internacionais. É a área que trata em particular das políticas e das formas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento.

Convém sublinhar desde logo que os problemas que constituem os objectos de trabalho destas diferentes áreas do conhecimento e de estudo não são apenas problemas de ordem científica ou académica que interessam particularmente aos investigadores, pelo contrário, possuem uma natureza e um significado social e político que lhes conferem um lugar na acção das instituições (governos,

administrações, organizações internacionais, tais como a UNESCO, a OCDE ou a própria Comissão Europeia). Por isso mesmo, muitos dos trabalhos realizados sobre estas questões são feitos directamente pelos próprios departamentos governamentais ou por algumas organizações internacionais ou ainda por vezes por universidades e centros de investigação, sob encomenda dessas mesmas entidades. Assim, o relatório e a compilação de informação estatística são as formas mais comuns de apresentação dos resultados da investigação, o que geralmente implica que as dimensões teóricas ou conceptuais acabam por ter um papel mais discreto. Para os efeitos pretendidos por essas instituições, a reunião de uma informação que permita uma caracterização genérica, com frequência de carácter sociográfico, ou a avaliação das políticas prosseguidas são geralmente suficientes.

O estudo que se propõe – sobre a caracterização dos estudantes do ensino superior em Portugal nacionais dos Estados constituintes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sobre os efeitos das políticas de cooperação na sua composição e no seu comportamento – será necessariamente tributário dos estudos da sociologia da população estudantil. Está, em causa, em particular, a análise do papel da universidade nas sociedades modernas, nas quais a instrução e os diplomas que a titulam constituem recursos de poder social e simbólico, fundamento da sua legitimidade e fonte de distinção. As instituições de ensino superior, para além do seu papel na produção e transmissão do conhecimento, funcionam pois enquanto instância, por um lado, de processamento da mobilidade social ascendente e, por outro, de reprodução das hierarquias prevalentes. Diferentes estudos mostraram que, apesar do grande alargamento do acesso ao ensino superior – que é com frequência descrito como a sua «democratização» ou menos favoravelmente como a sua «massificação» –, a probabilidade de um jovem das classes inferiores (qualquer que seja a sua definição) ingressar na universidade continua a ser muito mais baixa do que a de outro nascido numa família das classes dirigentes ou com habilitações superiores (*vide*, por exemplo, Bourdieu & Passeron, 1964 e 1970). Além disso, à medida que os diplomas universitários se tornam mais comuns, reduz-se o seu valor social (Boudon, 1979), o que confere simetricamente uma maior eficácia às vantagens sociais herdadas, tais como, para além da riqueza e da cultura, o universo de conhecimentos e relações (o capital social), tantas vezes decisivas para a integração na sociedade, mormente no mercado de trabalho (Portes, 2000; Granoveter, 1973, 1995). Neste contexto, a igualdade de oportunidades e a meritocracia, que integram o sistema central de valores das sociedades avançadas, parecem tornar-se verdadeiros mitos.

A desvalorização social dos diplomas promove, por sua vez, uma dupla resposta: de um lado, a procura de qualificações cada vez mais elevadas (ao nível da pós-graduação) e, do outro, uma maior selectividade dos cursos e das instituições, em função de uma avaliação cada vez mais formalizada e pública a que são submetidos. Em parte, a mobilidade e a migração estudantil constituem uma das formas de concretização desta última resposta, geralmente só acessível a uma escassa minoria,

embora as políticas sociais, tanto a nível nacional, como a nível da cooperação internacional, possam alargar um pouco o acesso a essas oportunidades.

Os estudos de caracterização social da população universitária portuguesa têm uma longa tradição na sociologia em Portugal, estando associados a um período fundamental da história da institucionalização da disciplina. Os trabalhos dirigidos por Adérito Sedas Nunes vinham comprovar o exclusivismo e o papel essencialmente reprodutivo da universidade exactamente no momento em que se verificava um primeiro (embora tímido) alargamento social do acesso ao ensino superior (Sedas Nunes, 1968a, 1968b, 1969).

Nesta tradição, têm sido produzidos diversos trabalhos sobre o tema, principalmente nos últimos vinte anos, que continuam a mostrar que, apesar da impressionante abertura do ensino superior, a probabilidade de os jovens das classes mais baixas acederem a esse nível de educação é muitíssimo inferior à dos jovens das classes mais elevadas, ainda que nas últimas décadas a desproporção se tenha reduzido significativamente (vejam-se, nomeadamente, Almeida, Costa & Machado, 1988; Cabral, 1998, Balsa *et al.* 2001, Machado *et al.* 2003, Martins, Mauritti & Costa, 2005 e 2008). Essa abertura expressa-se ainda pelo crescimento assinalável dos números absolutos de jovens das classes baixa e média-baixa que ingressaram no ensino superior e mesmo da sua proporção no universo de estudantes, o que não deixou de ter um forte impacto tanto nas instituições de ensino como na própria sociedade, nomeadamente no mercado de trabalho.

Nos últimos tempos, os estudos, tanto por interesse dos investigadores, como por solicitação das organizações governamentais e internacionais, têm procurado realizar uma caracterização social mais precisa do universo dos estudantes e das condições pessoais e familiares em que frequentam as instituições. Alguns destes trabalhos procuram justamente responder às necessidades de orientação das políticas de promoção da frequência do ensino superior e de avaliação dos seus resultados. Recentemente, num relatório oficial de avaliação sobre o desenvolvimento do chamado processo de Bolonha, exprimiu-se a preocupação com a persistente sub-representação dos jovens oriundos de classes menos favorecidas entre os estudantes do ensino superior (Eurydice, 2010: 27-34).

Mais do que de uma derivação destes trabalhos, preocupados com a caracterização geral dos estudantes e da sua posição relativa na estratificação da sociedade, os estudos sobre a mobilidade estudantil, encomendados ou encorajados pelas instituições responsáveis pela sua promoção, constituem uma nova área de investigação. Neste contexto, são de salientar, em especial, os trabalhos sobre a mobilidade dos estudantes na Europa (e sobre o papel dos programas da União Europeia, em particular do programa Erasmus, para o respectivo desenvolvimento; vejam-se designadamente: COMISSÃO EUROPEIA, 2008; EUROSTAT, 2009, Teichler, Ferencz & Wächter, 2011).

É de mencionar, também, a fileira de estudos sobre a atracção de estudantes, à escala internacional, pelas universidades da América do Norte (e eventualmente inglesas ou australianas) e sobre as suas vantagens económicas, tanto como serviço de exportação como pela captação de

talentos e de recursos humanos altamente qualificados, mas também sobre as consequências desse recrutamento para a capacidade de desenvolvimento dos países de origem desses estudantes, nomeadamente as consequências da chamada fuga de cérebros (Cervantes & Guellec, 2002; Kapur & McHale, 2005; Ozden & Schiff, 2005; Docquier, Lohest & Marfouk, 2007; Ennafaa & Paivandi, 2008; Kahanec & Králikova, 2011).

As migrações dos estudantes do ensino superior têm sido estudadas de uma forma bastante autónoma relativamente aos fenómenos migratórios em geral. Ora, da mesma forma que o acesso à universidade e a caracterização social dos estudantes universitários se encontram no cerne de uma das problemáticas fundamentais da sociologia (em torno das questões da igualdade e desigualdade, da mobilidade e reprodução social), também o estudo das migrações e do seu impacto social constituiu um dos alicerces de consolidação da sociologia enquanto disciplina académica. A integração social dos imigrantes e os fenómenos de colisão e adaptação entre os padrões socioculturais de origem e os ambientes sociais de destino, particularmente em contexto urbano, constituem há muito uma das preocupações centrais da sociologia. Hoje, com o forte crescimento dos movimentos migratórios no quadro da globalização, esses mesmos problemas continuam na agenda das correntes dominantes da sociologia, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América. O estudo das comunidades migrantes – em que o aspecto étnico e religioso tem adquirido uma relevância acrescida –, bem como as questões ligadas à integração e desintegração social, à criminalidade e a formas violentas de protesto estão na ordem do dia (Portes, 1996; Castles & Miller, 2009).

Neste âmbito, a educação – isto é, a escola ou o sistema educativo – enquanto veículo de socialização e instância de integração social, mas também como lugar de reprodução, reiteração e exibição das desigualdades sociais, constitui um lugar de observação imprescindível. A atenção, como é natural, tem incidido mais sobre os níveis primário e secundário, onde se começam a afirmar os processos de insucesso e abandono escolar e de exclusão social. Os percursos escolares dos imigrantes e dos seus descendentes, em particular o seu desempenho ou sucesso escolar, têm sido entendidos como um indicador de integração social. Também em Portugal, a investigação científica dedicou particular atenção à integração escolar.

A discussão geral tem-se focado nas diferenças entre os percursos escolares das «gerações» sucessivas de imigrantes e entre as próprias comunidades, segundo os seus padrões de cultura e a força dos laços que as mantêm. Por um lado, os estudos mostram geralmente que a segunda geração tem melhores resultados do que a primeira e do que as crianças e jovens da nova geração de imigrantes. Nos Estados Unidos, ao contrário do que geralmente acontece na Europa, tem mesmo resultados mais favoráveis do que os naturais do país. No entanto há diferenças significativas entre comunidades: os hispânicos (latino-americanos, em particular mexicanos) apresentam resultados fracos, enquanto os asiáticos, com excepção dos originários do Laos e do Camboja, têm um percurso

de sucesso escolar, sem que tal garanta, na mesma medida, um êxito profissional correspondente. O nível de integração na comunidade de origem – o enclave étnico – e a sua influência para a integração na sociedade de acolhimento têm dado azo a alguma controvérsia. Além disso, a atitude perante a educação e o investimento que as famílias fazem na formação dos filhos – que é justamente o que explica os melhores resultados da segunda geração – tem sido usada como forma de diferenciação dos padrões culturais e das formas de integração entre as várias comunidades de imigrantes (Portes, 2004; Portes & MacLeod, 1996; Portes & Rumbaut, 2001; Rumbaut & Portes, 2001; Castles & Miller, 2009).

Contudo, para além do enquadramento familiar, dos padrões culturais e da robustez da comunidade de origem, as possibilidades de sucesso (nomeadamente a nível escolar), como a literatura tem mostrado, podem depender também da maior ou menor proximidade cultural dos imigrantes relativamente à sociedade de acolhimento. É neste contexto que os vínculos pós-coloniais podem ser relevantes, funcionando o conhecimento da língua e da cultura como condição propícia para a integração.

A investigação sobre as migrações pós-coloniais, mesmo quando não são conceptualmente representadas nestes termos mas apenas como migrações com origem nos novos Estados e destino nas antigas colónias, é muito vasta, nomeadamente no que diz respeito à imigração magrebina em França. Em termos relativos, são também muito significativos os estudos da imigração pós-colonial na Holanda, entre os quais figura um dos trabalhos que justamente procura comparar a integração de imigrantes originários de uma antiga colónia (o Suriname) com outros imigrantes sem vínculos pós-coloniais (marroquinos), chegando à conclusão que os primeiros têm claramente mais condições de sucesso (Sharpe, 2005; Amersfoort, 2008).

Os vínculos pós-coloniais e a percepção de uma proximidade cultural constituem um dos fundamentos da escolha do destino pelos emigrantes, concorrendo por vezes com as oportunidades dos mercados de trabalho e as diferenças salariais, muitas vezes apontadas como as primeiras dessa escolha (Constant & Tien, 2009a; Kahanec & Králikova, 2011; Beine, Noël & Ragot, 2012). Para além da proximidade cultural e do maior conhecimento da sociedade de destino, os vínculos coloniais geram a probabilidade de que a extensão da rede social de que o emigrante dispõe – outro dos factores de escolha – seja mais ampla. No caso daqueles que deixam os seus países de origem para estudar, estes fundamentos podem ser mesmo mais importantes do que o prestígio internacional dos sistemas e das instituições de ensino. Pelo menos é o que revelam estudos comparativos sobre a «fuga de cérebros» da África subsaariana que demonstram a prevalência dos vínculos pós-coloniais. A preferência por Portugal de jovens oriundos dos países africanos de língua portuguesa para prosseguirem estudos ao nível do ensino superior é justamente assinalada como o caso mais evidente da eficácia dos laços pós-coloniais (Constant & Tien, 2009b; Beine, Noël & Ragot, 2012).

Para tanto contribuem certamente as oportunidades geradas pelas políticas de atração de estudantes e de cooperação prosseguidas por países e instituições. Embora os seus efeitos possam ser globalmente semelhantes, há dois eixos dessas políticas que devem ser distinguidos. Por um lado, estão as iniciativas de Estados e das próprias instituições de ensino superior dos países economicamente mais avançados para recrutarem os melhores estudantes à escala global. Esta questão tem sido estudada no âmbito da problemática geral da fuga ou circulação de cérebros (Ozden & Schiff, 2005). Por outro lado, estão as políticas de cooperação internacional e de ajuda ao desenvolvimento que, entre outros objetivos, visam formar os futuros quadros técnicos e dirigentes dos países menos desenvolvidos, facilitando o acesso dos jovens ao ensino superior. Estas políticas são preferencialmente dirigidas pelas antigas potências coloniais aos Estados que foram antes territórios sob o seu domínio.

A cooperação portuguesa – cuja dimensão pode ser apreciada pelos relatórios de avaliação das organizações internacionais e, em especial, da OCDE – exhibe uma preferência quase exclusiva pelas suas antigas colónias. Embora a política de regulação da imigração e de integração escolar, vertida para sucessivos planos para a integração dos imigrantes (Carvalho, 2009; *Plano, 2007, II Plano, 2010*) não discrimine entre origens ou nacionalidades, a verdade é que há muito foram criadas condições especialmente favoráveis para a frequência do ensino superior em Portugal por nacionais dos países africanos de língua portuguesa e de Timor-Leste, tanto através da instituição de um regime de ingresso que lhes é especialmente dirigido, como pela concessão de bolsas de estudo. Os relatórios de actividade do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e das instituições que o precederam mostram isso mesmo (IPAD, 2010). Mais recentemente, tem-se procurado alargar a cooperação ao nível multilateral, no âmbito da CPLP. Para além disso, os nacionais dos PALOP e de Timor-Leste e da CPLP beneficiam das mesmas condições especiais de entrada e permanência em Portugal de que beneficiam todos os estrangeiros que aqui pretendam prosseguir os seus estudos (IPAD; 2010; SEF, 2011). Condições particularmente favoráveis que podem levar a que a frequência do ensino superior seja um mero expediente para uma imigração que tem outros motivos (sociais e económicos, em especial).

Os nacionais da CPLP formam as principais comunidades de imigrantes residentes em Portugal e são há muito os principais responsáveis pelos fluxos migratórios que aqui se dirigem (com exceção de um curto período em que houve uma significativa entrada de imigrantes oriundos da Europa de Leste e principalmente da Ucrânia). Naturalmente, os estudos das comunidades de imigrantes e dos próprios movimentos migratórios reflectem essa realidade, elegendo como objeto primordial de estudo a imigração pós-colonial (Machado, Azevedo & Matias, 2009).

Contudo, nesses trabalhos, as questões relativas aos estudantes de ensino superior raramente são objeto de uma atenção especial ou um tratamento destacado. Do mesmo modo, nos estudos de caracterização socioeconómica dos estudantes do ensino superior em Portugal, os estudantes

estrangeiros e, em especial, os originários dos países da CPLP não foram objecto de uma abordagem específica. Convém salientar neste momento que uma parte significativa – cuja proporção será possível avaliar no final deste trabalho – dos cidadãos estrangeiros nacionais de países da CPLP que frequentam o ensino superior em Portugal não são imigrantes em sentido estrito, pertencendo a famílias ou comunidades instaladas no País e podendo mesmo ter aqui nascido e realizado o seu percurso escolar anterior, sem que por esse facto tenham adquirido a nacionalidade portuguesa. Porque a situação destes – que em geral se designam, por vezes um tanto impropriamente, imigrantes de segunda geração – e dos que se deslocam expressamente para estudar (estudantes em mobilidade ou «estudantes internacionais» como são denominados) pode apresentar diferenças consideráveis, a bibliografia centrada na imigração pode não dar resposta cabal aos problemas que pretendemos estudar.

Assim, são muito escassos os trabalhos de investigação que têm por objecto os estudantes do ensino superior português com nacionalidade estrangeira de País integrante da CPLP. Podem mencionar-se alguns pequenos artigos de divulgação (Pessoa, 2004), dissertações de mestrado e doutoramento (Pacheco, 1996; Ferro, 2010; Mourato, 2011) que têm no entanto um âmbito bastante restrito, focando uma instituição (Pires, 1996; Ferro, 2011; Lourenço s.d.) ou quando muito um subsistema (Mourato, 2011). Têm também geralmente um pendor mais psicológico, colocando questões de ordem identitária ou tomando como objecto as necessidades individuais dos estudantes, fundamentando um projecto de intervenção social (Lourenço s.d.) o que é o caso mesmo de um ou outro artigo científico (Pires, 1996, 2000; Ferro 2011). Quanto ao mais há que contar sobretudo com relatórios oficiais (IPAD, 2010).

Estas características da literatura sobre o tema deste trabalho constituem uma evidente limitação para a possibilidade de completar através destes estudos a análise estatística com uma observação de carácter mais intensivo.

2.2. Linhas de orientação metodológica

O presente trabalho desenvolve-se em diferentes fases, ao longo das quais foram sendo adotadas linhas metodológicas ajustadas aos respetivos objetivos. Assim, no Capítulo III, seguiu-se uma pesquisa documental, explorando principalmente documentos oficiais, nomeadamente textos normativos (leis e decretos-lei) e programáticos de ordenação da ação da administração pública (tais como os planos de integração dos imigrantes), estudos e relatórios oficiais de organismos públicos (nomeadamente do SEF e do IPAD) e de organizações internacionais, em particular da OCDE e do respetivo Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD).

A fundamentação estatística das proposições apresentadas neste estudo têm como fonte o Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES), instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional lançado pela Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência do Ministério

da Educação e Ciência (e antes dela pelos organismos públicos a que ela sucedeu em termos institucionais para efeitos da estatística do ensino superior). Trata-se de inquérito de carácter censitário, dirigido anualmente a todos os estabelecimentos de ensino superior (público e privado), recolhendo informação reportada a 31 de dezembro de cada ano sobre os inscritos e diplomados em cursos de ensino superior e em Cursos de Especialização Tecnológica (CET) lecionados em instituições de ensino superior (neste caso apenas para o período posterior a 2004/2005). Sempre que não se mencione a fonte de qualquer dado estatístico nacional, deve entender-se como referido a esta fonte. Não existem dados publicados discriminados por nacionalidade antes de 2000/2001 e faltam esses elementos para o ano letivo de 1996/1997. Complementarmente foram usados elementos sobre a concessão de bolsas de estudo aos estudantes dos países de língua portuguesa, publicados pelo IPAD, bem como os dados da população estrangeira residente, recolhidos pelo SEF .

O tratamento dos dados estatísticos no capítulo IV teve como objetivo a construção de uma série temporal, tão longa quanto possível, sobre os estudantes estrangeiros nacionais de Estados da CPLP inscritos no ensino superior em Portugal. Para o efeito agregou-se informação resultante do lançamento de instrumentos de recolha anteriores (e que em parte se acham publicados em conjunto com os do RAIDES). Para além da apresentação dos números absolutos e da respetiva evolução, o tratamento apurou a distribuição das frequências relativas, procedendo-se a uma associação de um conjunto de oito variáveis duas a duas (nacionalidade e género; subsistema e tipo de ensino; graus académicos e áreas de formação; instituições e regiões).

No capítulo V, adotou-se uma estratégia de análise dos dados que passou pelo cruzamento múltiplo sucessivo, por incorporação logicamente ordenada variável a variável, em dois conjuntos separados. Por um lado, as variáveis sociodemográficas (nacionalidade, sexo, idade, estado civil) relevantes para efeitos da definição dos perfis sociais. Por outro, as variáveis do sistema (subsistema, tipo de ensino, nível de formação, área de formação, estabelecimento), relevantes para a definição dos perfis de procura. Por perfis, entendemos justamente uma combinação específica dos valores das variáveis de caracterização. Optou-se por este procedimento relativamente a outros, por permitir realizar, com evidente economia de meios, os cruzamentos pertinentes, no quadro de uma ordenação lógica, do geral para o particular, para as duas espécies de perfis que procurávamos identificar. Apesar dos dados se referirem ao universo dos estudantes da CPLP, a dispersão dos resultados nos últimos níveis de tratamento, com combinações a quatro e cinco variáveis, comprova que haveria pouco a ganhar de outros tratamentos estatisticamente mais sofisticados. Finalmente, exatamente por causa dessa dispersão, não foi possível realizar testes formais de associação entre perfis sociais e perfis de procura. No entanto, através da análise lógica do relacionamento entre as variáveis foi possível propor um modelo do modo como os perfis sociodemográficos terão condicionado os perfis de procura.

No que diz respeito à análise dos dados constante do último capítulo, que trata informação relativa à inserção socioeducativa e socioprofissional dos estudantes e das suas famílias, os procedimentos metodológicos são descritos no Anexo K. É preciso, no entanto, advertir desde já relativamente à dimensão e representatividade da base estatística, pois, ao contrário do que se verifica nos capítulos IV e V, não é possível contar com informação substantiva para o universo de referência. Por isso, o contributo para a caracterização socioeconómica dos estudantes da CPLP, tem uma base mais frágil, embora, por meio da análise comparativa com outros conjuntos, designadamente com portugueses, seja possível extrair legitimamente ilações sobre as suas características específicas em termos de perfis sociais, de padrões de recrutamento e índices de mobilidade e reprodução social.

Finalmente, neste último capítulo, procuramos testar uma hipótese. A hipótese de que a diferença de condições ou de estatutos entre «estudantes internacionais», isto é, que se deslocaram expressamente para Portugal para seguir estudos superiores, e «imigrantes», que já residiam de forma permanente no País se repercute nos respetivos perfis sociais e padrões de recrutamento, tendo os «imigrantes» perfis sociais inferiores aos «estudantes internacionais». Não sendo essas categorias consideradas no questionário, adotámos variáveis de aproximação. Assim, para efeitos do presente trabalho, considerámos «imigrantes» ou «descendentes de imigrantes», os estudantes que preenchem duas condições simultaneamente: declararam residir em Portugal e aqui obtiveram o grau anterior. A questão relativa ao país de residência, tal como se encontra formulada no instrumento de notação, não se referindo necessariamente ao «país de residência *permanente*», levou muitos dos inquiridos a responderem «Portugal», ainda que aqui residam apenas temporariamente para prosseguirem os seus estudos. Entendemos, por isso, que seria necessário acrescentar uma outra condição, designadamente terem concluído a habilitação anterior em Portugal¹. Considerámos «estudantes internacionais» os restantes. A própria diferença de resultados entre os dois grupos confirma o sentido deste procedimento, permitindo apresentar conclusões significativas sobre a hipótese formulada.

¹ O país de conclusão do ensino secundário é, de resto, considerado como país de referência para efeitos da definição da mobilidade estudantil internacional em diversos estudos, nomeadamente em estudos promovidos pela Comissão Europeia.

CAPÍTULO III - A POLÍTICA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES DA CPLP E O ENSINO SUPERIOR

Em consequência dos vínculos pós-coloniais, históricos, culturais, económicos e políticos, que continuam a unir os Estados que emergiram do processo da descolonização – e os respectivos povos – e Portugal, alargou-se a frequência de estabelecimentos de ensino superior português por nacionais desses países. Esse alargamento, resultou de um movimento migratório anterior, que constituiu em Portugal importantes comunidades originárias das antigas colónias – mais de umas do que de outras – mas também de um movimento especificamente orientado para o aproveitamento de oportunidades educativas escassas que se geram, em parte, através das políticas públicas desenvolvidas tanto pelos novos Estados como pelo Estado português.

Efectivamente, a assumpção de responsabilidades históricas por Portugal relativamente à situação da suas antigas colónias determinou, apesar das limitações dos recursos, a adopção de uma política de cooperação especialmente orientada para a ajuda ao desenvolvimento dos Estados que acederam à independência no termo do processo de descolonização portuguesa. No âmbito deste tipo de políticas, a nível internacional, têm avançado principalmente aquelas que visam a criação de uma capacidade própria nas sociedades de destino que lhes permita conduzir o seu desenvolvimento e prescindir a prazo das ajudas internacionais. A formação de recursos humanos, dos futuros quadros técnicos e dirigentes das administrações públicas e das empresas, mas também de uma mão-de-obra tecnicamente mais preparada, constitui a trave-mestra deste processo de capacitação. Deste modo, a educação – entendida em sentido amplo, incluindo a formação técnico-profissional – terá de estar no centro deste tipo de políticas, para que elas possam atingir os resultados pretendidos.

A política de cooperação portuguesa que teve início ainda na década de 1970, através de acordos estabelecidos com os novos Estados quase imediatamente após a sua independência (Ferro, 2010: 55-63), e que se desenvolveu de forma mais organizada desde o final dos anos 80 do século XX, apesar de oscilações e incertezas, tem tomado a educação como um dos seus eixos principais de intervenção. Antes, os problemas resultantes da descolonização e as próprias dificuldades internas não permitiram o desenvolvimento de uma política minimamente consistente.

As primeiras formas de coordenação e avaliação das iniciativas de cooperação estabelecem-se a partir de 1989, no contexto da preparação da readmissão de Portugal no Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (de que fora fundador em 1961, mas de que se retirara em 1974, reingressando em 1991), muito por força da adesão às comunidades europeias e ao crescimento económico da segunda metade dos anos 1980 (Mesquita, 2005: 2; Mourato, 2011: 32). A cooperação portuguesa seria a partir de então muito influenciada pela participação no Comité ainda que os problemas que por ele foram identificados em sucessivas avaliações (1993, 1997), como o excesso de

ambição dos objectivos, a falta de recursos e a escassa coordenação tivessem tendência a permanecer (IPAD, 2010: 175-176).

Em todo o caso, eram discerníveis algumas orientações nas acções de cooperação desenvolvidas até então, adoptadas de forma informal, que consistiam no apoio bilateral quase exclusivo aos Países Africanos de Língua Portuguesa, concentrando-se a ajuda nas áreas da saúde e da administração pública e principalmente na da educação, em especial através do apoio ao ensino superior em todos os países, com excepção de São Tomé e Príncipe, e da concessão de bolsas de estudo, sobretudo para frequência de escolas portuguesas (RCM, n.º 43/99)². Em articulação com a atribuição de bolsas de estudo, estava previsto desde 1988 um regime especial de ingresso no ensino superior português para estudantes nacionais dos PALOP que solicitassem esse ingresso por via diplomática, nos termos dos acordos bilaterais estabelecidos entre Portugal e esses países, e fossem bolseiros do Estado português, ou do país de origem, ou ao abrigo de convenções internacionais celebradas com a Comunidade Europeia ou da Fundação Calouste Gulbenkian³.

As regras assim estabelecidas, que foram mais tarde alargadas aos naturais de Timor-Leste, conformam no essencial os regimes especiais de acesso que ainda hoje se encontram em vigor. Nesse tempo, a política de bolsas constituía uma das dimensões fundamentais da cooperação portuguesa, tendo um impacto considerável nos países de origem dos beneficiários e nas instituições que os acolhiam. O número de bolsas atribuídas no ano lectivo de 1993/1994 não voltou a ser atingido: foram conferidas 1739, sendo 1061 de ensino e 678 de formação profissional (IPAD, 2010: 204). Em 1995/1996, o número de bolsas tinha já diminuído significativamente para 1046, embora continuassem a crescer até 1997/1998 as que tinham como destinatários estudantes angolanos. Contudo, atendendo a que os alunos dos PALOP inscritos em instituições de ensino superior portuguesas eram pouco mais de 3000, as bolsas apoiavam uma parte significativa dos alunos admitidos. A parte que cabia à pós-graduação era ainda diminuta: um pouco mais de 3 % para mestrados e doutoramentos, de que beneficiavam apenas estudantes de Angola e Moçambique, os únicos países que possuíam um sistema próprio de ensino superior, de resto criadas ainda durante o período colonial. Depois de 1996, registou-se uma relativa estabilização que perdura até 1999/2000, iniciando-se depois um declínio significativo (*vide* Figura 3.1 e Quadro 3.1)

A importância da participação no CAD/OCDE para o desenvolvimento da política de cooperação portuguesa é amplamente demonstrada com a aprovação do documento *A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI*, primeiro documento estratégico adoptado pelo governo português que resulta directamente das orientações aprovadas pouco tempo antes pelo Comité. A partir de então, embora continuasse a lutar com a escassez de meios – não se regista, apesar dos propósitos

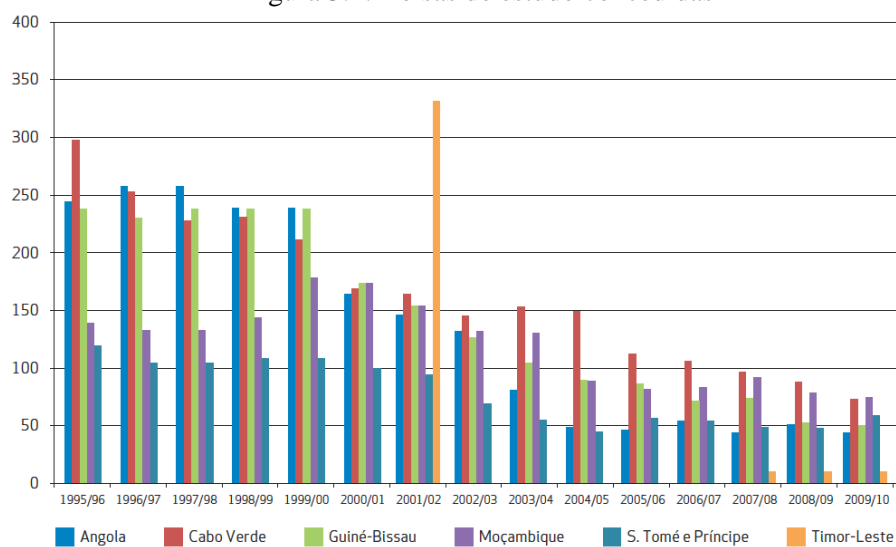
² *A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI*, documento aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros, n.º 43/99, publicada no *Diário da República*, I Série-B, n.º 115, de 18 de Maio.

³ Portaria n.º 592-B/99, de 19 de Julho, que regulamentou o Decreto-Lei n.º 354/88, de 12 de Outubro

declarados e dos compromissos assumidos internacionalmente, um significativo aumento das dotações financeiras destinadas à cooperação relativamente ao PIB – a dispersão de iniciativas e a dificuldade de estabelecer prioridades, a ajuda ao desenvolvimento promovida por Portugal ganhou em consistência, designadamente no domínio institucional.

Na sequência da aprovação daquele documento estratégico e novamente após a avaliação realizada pelo CAD em 2001, foram adoptadas novas orientações com impacto na política de concessão de bolsas. O CAD questionou a eficácia dessa política no combate à pobreza – que deveria constituir a primeira das prioridades – uma vez que os seus beneficiários não pertenceriam às classes mais desfavorecidas, mas antes à classe média ou mesmo à elite e, além disso, seriam poucos os que regressavam ao país de origem, preferindo muitos ficar em Portugal. Em consequência, não só se acentuou a tendência de redução do número de bolsas atribuídas, como se introduziram novos critérios de atribuição, privilegiando progressivamente a pós-graduação, e procurando assegurar o retorno dos bolseiros após a conclusão dos seus cursos. Alargou-se também, desde 2003, a concessão de bolsas de estudo para serem usufruídas nos próprios países de origem dos beneficiários, designadas bolsas internas, em número de 60 por ano, muito menos portanto do que as atribuídas para estudar em Portugal (IPAD; 2010: 210).

Figura 3.1. Bolsas de estudo concedidas



Fonte: IPAD, 2010: 207

Quadro 3.1. Evolução das bolsas concedidas (PALOP)

Ano lectivo	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. T. Príncipe	Total
1995/96	246	300	240	140	120	1046
1996/97	260	255	232	134	105	986
1997/98	260	230	240	134	105	969
1998/99	241	233	240	145	109	968
1999/00	241	213	240	180	109	983
2000/01	165	170	175	175	100	785
2001/02	147	165	155	155	95	617
2002/03	133	146	127	133	69	608
2003/04	81	154	105	131	55	526
2004/05	49	150	90	89	45	423
2005/06	46	113	87	82	57	385
2006/07	54	107	72	84	54	371
2007/08	44	97	74	92	49	356
2008/09	51	88	53	79	48	319
2009/10	44	73	50	75	59	301
Total	2062	2494	2180	1828	1179	9743

Fonte: IPAD.

Fonte: IPAD, 2010: 207

A acentuada redução do número de bolsas concedidas terá tido uma influência relativamente menor na evolução do contingente de estudantes da CPLP. É certo que, perante o aumento do custo real da frequência do ensino superior em Portugal – determinado pelo efeito conjugado do aumento das propinas, da inflação em geral e da valorização cambial da moeda na sequência da adesão ao Euro⁴ – a supressão de apoios poderá ter inibido alguns estudantes com menos recursos de ingressar no ensino superior em Portugal. Estamos, no entanto, perante efectivos globais cuja evolução, à excepção da relativa aos nacionais da Guiné-Bissau, não é muito afectada pela variação do número de bolsas concedidas. De resto, efectivos e bolsas nem sempre variam no mesmo sentido.

Efectivamente há outras circunstâncias para além da política de cooperação e das próprias condições especiais de abertura do ensino superior português a estudantes nacionais dos PALOP e mais tarde da CPLP que permitem compreender as opções desses estudantes na hora de decidir onde prosseguir os seus estudos de nível superior. Em primeiro lugar, não é necessário lembrar que o sistema de ensino superior português nunca foi o único sistema de ensino estrangeiro a que os nacionais dos PALOP poderiam ter acesso. No contexto da situação imediatamente posterior à descolonização e das inerentes tensões, os países que haviam apoiado de forma activa os movimentos de libertação (União Soviética, países da Europa de Leste, Cuba) tornaram-se o destino de muitos dos

⁴ Esta foi uma das razões apontadas por estudantes angolanos para a maior dificuldade em se deslocarem para prosseguir estudos superiores em Portugal (Liberato, 2012: 122). Inversamente, a valorização do Real relativamente ao Euro terá facilitado a vinda de estudantes brasileiros em anos recentes.

que pretendiam prosseguir estudos superiores no estrangeiro. É certo que a migração para Portugal era um movimento de continuidade, em particular para aqueles em cujos países não existia oferta de ensino superior, e que, beneficiando da vantagem, nada despreciada, da língua comum e de fortes laços históricos, o País constituía o destino por assim dizer «natural» dos que aspiravam a prosseguir estudos de nível superior. Porém, o enervamento das relações pós-coloniais, para que a natureza desses mesmos laços históricos contribuía, desaconselhou, durante algum tempo, a migração com a finalidade expressa de estudar em Portugal.

Mais tarde, após a abertura dos regimes políticos dos novos Estados, em especial após a queda do muro de Berlim, os sistemas de ensino superior de outros países, nomeadamente dos mais desenvolvidos, tornaram-se também um destino possível e certamente apetecível para os estudantes dos PALOP. Acresce que o próprio Brasil, no desenvolvimento da sua estratégia de reforço entre países do hemisfério sul e assumindo as consequências do seu crescimento económico, lançou um conjunto de acções de ajuda ao desenvolvimento, em particular a atribuição de vagas especiais e de bolsas para estudantes dos países em vias de desenvolvimento que pretendessem ingressar em estabelecimentos de ensino superior do Brasil. O Programa de Estudante – Convénio de Graduação (PEC-G), coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, foi criado em 1965, e na última década, por força da língua comum, foi aproveitado principalmente por estudantes dos PALOP. Entre 2000 e 2013, foram aprovados 2657 candidatos de Cabo Verde, 1336 da Guiné-Bissau e 583 de Angola, 315 de São Tomé e Príncipe e 191 de Moçambique⁵. Sempre houve, portanto, alternativas ao ensino superior em Portugal que inclusivamente se reforçaram nos últimos tempos.

Por outro lado, a política portuguesa de imigração deixou de ter como destinatários quase exclusivos os nacionais dos PALOP e de Timor-Leste. O *I Plano para a Integração dos Imigrantes*, aprovado no quadro da regulação dos fluxos de imigrantes⁶, procurou criar condições mais favoráveis para a sua recepção. No entanto, das medidas previstas, apenas uma, visando justamente promover o acolhimento dos estudantes estrangeiros, dizia respeito ao ensino superior e, em particular, às instituições em que eles ingressavam. Neste mesmo contexto seria aprovado pela Lei n.º 23/2007, de 7 de Julho, o regime jurídico de entrada e permanência de estrangeiros, que transpôs para a ordem jurídica interna uma Directiva da União Europeia de 2004, facilitando a obtenção de vistos de residência para estudantes, prevendo a autorização para a prestação de trabalho a tempo parcial, e possibilitando o reagrupamento familiar (SEF-REM, 2012).

Estas disposições mais favoráveis à entrada e permanência de estudantes estrangeiros em Portugal foram ainda acompanhadas de providências que facilitaram o seu ingresso no sistema de ensino superior. Além do mais fácil e rápido reconhecimento de habilitações e da admissibilidade como

⁵ Fonte: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.html>

⁶ Resolução de Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, publicada no *Diário da República*, I Série – n.º 85 – 3 de Maio de 2007.

provas de ingresso de exames finais de disciplinas de cursos estrangeiros legalmente equivalentes ao ensino secundário português, foi alargada aos cidadãos estrangeiros, ainda em 2007, a possibilidade de entrada por transferência⁷.

Mais tarde o *II Plano para a Integração dos Imigrantes, 2010-2013*⁸, além de retomar a medida de promoção do acolhimento dos estudantes internacionais prevista no plano anterior, que, visivelmente, não fora ainda concretizada em termos tais que tivesse produzido os efeitos pretendidos, viria também alargar aos estudantes estrangeiros o acesso aos apoios da acção social escolar em todos os graus de ensino e, por isso, também no ensino superior.

Finalmente, as próprias instituições desenvolveram estratégias no sentido de reforçar a sua internacionalização, não apenas na esfera da investigação científica, o que já faziam há anos, mas na do próprio ensino. Adoptaram assim disposições no sentido de melhorar o acolhimento dos estudantes e de prestar eventuais apoios. Perante a importância crescente dos estudantes estrangeiros no ensino superior em Portugal e, em especial, no ensino universitário, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas propôs recentemente ao governo a aprovação de um estatuto de estudante internacional.

Quadro 3.2. Residentes estrangeiros e estudantes

País	Residentes			Estudantes	%
	H	M	Total		
Angola	9639	10727	20366	3501	17,2
Cabo Verde	20200	22657	42857	3319	7,7
Guiné-Bissau	9946	7813	17759	462	2,6
Moçambique	1274	1635	2909	674	23,2
São Tomé e Príncipe	4732	5644	10376	823	7,9
PALOP	45791	48476	94267	8779	9,3
Brasil	44127	61495	105622	5938	5,6
Timor-Leste	198	105	303	153	50,5
Total CPLP	135907	158552	294459	14870	5,0
Outros estrangeiros	116397	100453	216850	9 231	4,3
Total geral	206513	210529	417042	24101	5,8

Fonte: SEF (2012) e DGEEC/MEC

Todas estas providências que se destinam a promover a internacionalização do ensino superior não se dirigem apenas, nem sequer particularmente, aos estudantes oriundos de países da CPLP. No entanto, são eles que estão em melhores condições para aproveitar delas. Recorde-se que, por razões históricas e linguísticas, a dimensão das comunidades de nacionais da CPLP residentes em Portugal (*vide* Quadro 3.2) proporciona aos estudantes a inclusão em redes familiares, de amigos e de

⁷ Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

⁸ Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 74/2010.

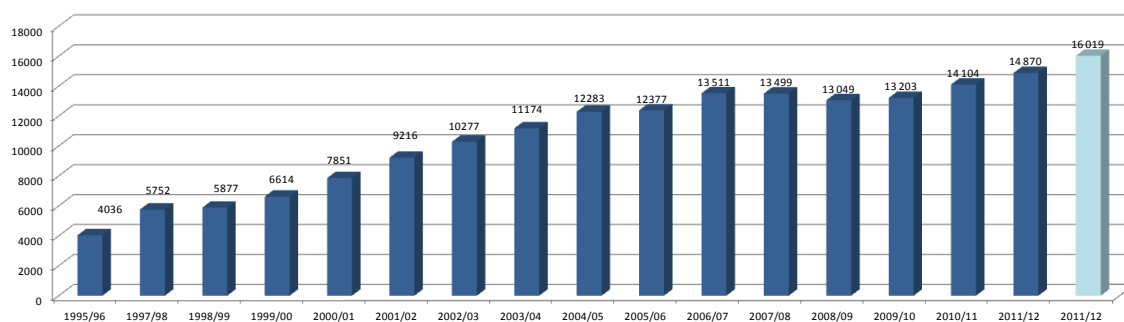
interconhecimento pessoal que facilitam a sua integração. Além disso, muitos têm já um percurso anterior de vida e estudo em Portugal, podendo até manter a nacionalidade portuguesa. As políticas prosseguidas pelo Estado e pelas instituições de ensino superior vêm apenas reforçar essas vantagens.

CAPÍTULO IV - OS ESTUDANTES DE PAÍSES DA CPLP NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS: TENDÊNCIAS DA SUA EVOLUÇÃO (1995-2012)

Nos últimos dezassete anos, o número de alunos estrangeiros, nacionais de países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁹, que frequentam instituições de ensino superior em Portugal – o universo que constitui objecto deste estudo – conheceu um crescimento muito significativo. De um total de pouco mais de 4000 estudantes no ano lectivo de 1995/1996, os efectivos elevaram-se a perto de 15000, em 2011/2012, o último para o qual existe informação estatística susceptível de ser tratada no âmbito deste trabalho, o que indica um crescimento anual acumulado de 7,9 % (Figura 4.1.)¹⁰.

Trata-se de um crescimento forte pelas suas proporções, tanto em termos absolutos, como em termos relativos, pois o peso deste conjunto de estudantes, mantendo-se relativamente reduzido, aumentou mesmo assim de 1,28 % para 3,8 %. Trata-se também de um crescimento globalmente consistente, sem oscilações de maior. A tendência crescente desenvolve-se até ao ano lectivo de 2006/2007, com uma taxa de crescimento anual acumulada de 11,7 %, que na fase mais intensa, entre 1999/2000 e 2004/2005, se aproxima mesmo dos 13 %. Entretanto, em 2002/2003, o número de inscritos eleva-se pela primeira vez a mais de 10000.

Figura 4.1. Evolução dos Inscritos da CPLP de 1995/1996 a 2011/2011

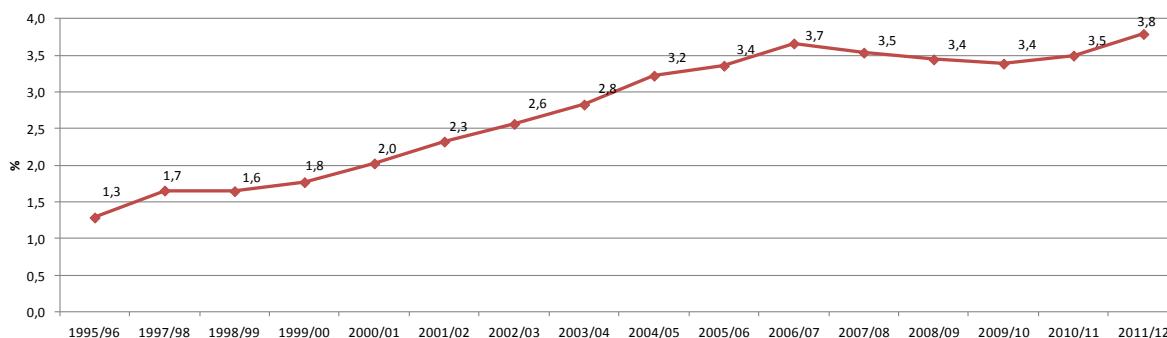


⁹ Doravante quando nos referirmos a estudantes da CPLP ou a estudantes de países da CPLP deve entender-se que nos estamos a reportar a estudantes oriundos dos países *estrangeiros* que integram a CPLP, com exclusão dos Portugueses, embora Portugal também integra essa comunidade.

¹⁰ Os dados que constituem a série estatística que é objecto de análise no presente capítulo referem-se ao universo constituído pelo total de inscritos, incluindo os participantes em programas de mobilidade com duração mínima de um ano. Para o último ano, são apresentados dois resultados, em duas colunas diferentes: o primeiro refere-se ao mesmo universo dos anos anteriores; e o segundo inclui os participantes em programas de mobilidade com duração mínima de três meses. Para o ano lectivo de 1996/1997, não existe informação disponível.

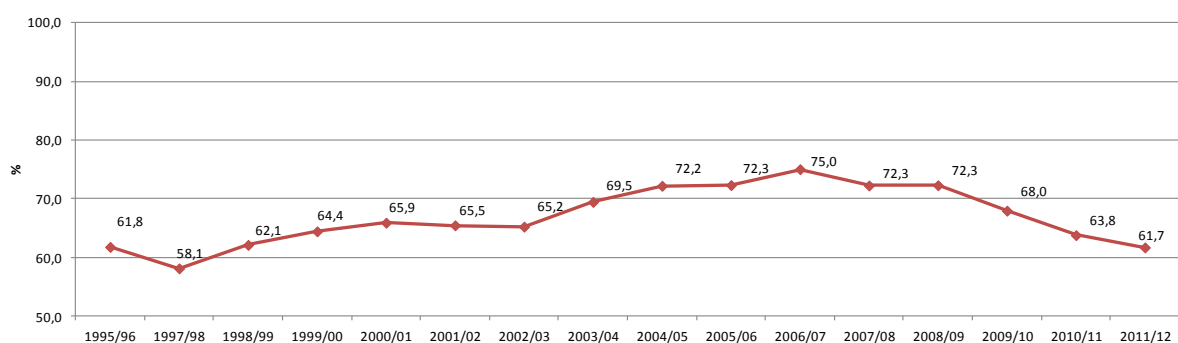
Entre 2006/2007 e 2007/2008, registou-se uma relativa estagnação, que dá lugar a uma quebra de cerca de 3 % no ano seguinte. O aumento retoma a partir de então, tornando-se mais intenso nos últimos dois anos (6,8 % e 5,4 % respectivamente), de tal forma que o último ano marca um máximo histórico de 14870 inscritos (total de alunos inscritos numa instituição de ensino superior, incluindo os inscritos em programas de mobilidade internacional de duração mínima de 12 meses). Apesar de mais rápido, o ritmo de crescimento no período mais recente é claramente inferior ao do número de estudantes de países estrangeiros exteriores à CPLP, que atingiu 24,4 %, 28,6 % e 15,3% nos três últimos anos. Revela-se assim uma nova tendência para uma internacionalização não apenas mais forte (a proporção de estudantes estrangeiros supera os 6 % no último ano), mas principalmente mais diversificada (*vide* Figura 4.2 e Figura 4.3.). O grupo de alunos estrangeiros, que cresceu somente 25% em dez anos, entre 1997/1998 e 2007/2008, aumentou 84 % em apenas três, desde 2008/2009. Contribuiu portanto significativamente para o aumento geral do número de alunos entre 2009/2010 e 2010/2011 (13,1 % do número adicional de alunos) e para mitigar a redução total de 2,8 % que se verificou no último ano (sendo o incremento registado entre os estrangeiros equivalente a 10,9 % da diminuição do número total de alunos). O contributo dos alunos oriundos da CPLP foi claramente menor, com uma participação no crescimento de 6,6 % e na contenção da quebra de 6,8 %. O peso dos alunos estrangeiros e em particular dos que vêm de fora da CPLP é ainda mais elevado quando consideramos também aqueles que frequentam as instituições portuguesas de ensino superior em regime de mobilidade por períodos inferiores a um ano (por três ou seis meses), uma informação que se encontra apenas disponível para o último ano. Quando incluimos estes estudantes em mobilidade de curta duração, o número de estrangeiros eleva-se de 24101 para 29045 e a sua proporção de 6,1 % a 7,3 % no total de inscritos (de 14870 a 16019 e de 3,8 % a 4 %, no caso dos naturais de países da CPLP)¹¹.

Figura 4.2. Evolução do peso dos inscritos da CPLP no total dos inscritos



¹¹ Para acesso a informação mais completa e discriminada, *vide* Anexo A.

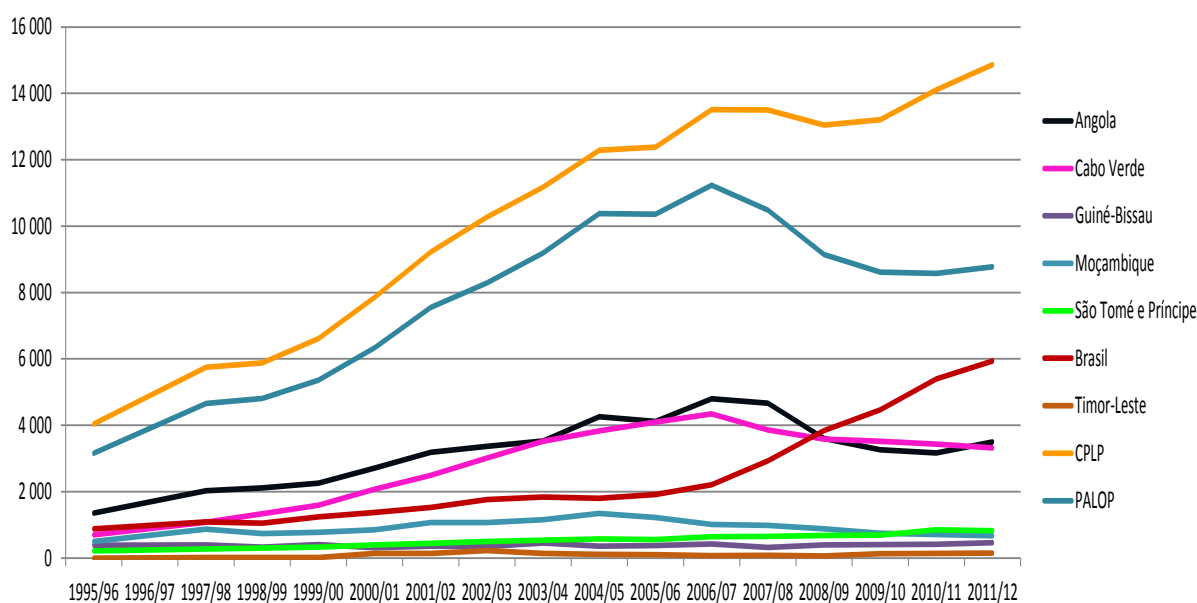
Figura 4.3. Evolução do peso dos inscritos da CPLP no total dos inscritos “Estrangeiros”



4.1. Nacionalidade e género

A evolução do conjunto de estudantes inscritos oriundos da CPLP revela um comportamento mais estável e consistente do que a do total de estudantes, que apresenta maiores flutuações. Contudo, a maior estabilidade e consistência global da evolução do contingente de alunos da CPLP é a resultante de movimentos de sentido contrário que de certo modo oculta. Basta, de facto, descer um patamar na análise dos dados, considerando as variações por nacionalidade ou por género, para que se evidenciem evoluções contrastantes, que acabam por se compensar.

Figura 4.4. Evolução dos Inscritos da CPLP por nacionalidade de 1995/1996 a 2011/2012



Tome-se, em primeiro lugar, a evolução por nacionalidade, que se caracteriza por comportamentos relativamente diferenciados ao longo do período em análise. No início do período, os inscritos naturais de países africanos de língua portuguesa (PALOP) representavam cerca de 80 %

dos originários da CPLP. Essa percentagem chegou a 84,5 % em 2004/2005, mantendo-se acima de 83 % nos dois anos subsequentes. Significa isto que a maior parte do crescimento durante a fase inicial de expansão, até 2006/2007, fica a dever-se à entrada de um maior contingente de alunos dos PALOP, em particular de angolanos e cabo-verdianos (que desde 2000/2001 representam mais de $\frac{3}{4}$ dos africanos), que regista um incremento a uma taxa anual cumulativa de 12,3 %. Nesse mesmo período, o número de estudantes brasileiros também aumenta, mas mais lentamente (a uma taxa de 8,7 %), registando-se portanto uma redução da sua parte no conjunto dos inscritos da CPLP (*vide* Figura 4.4.)

Depois de 2006/2007, inverte-se a tendência. Os matriculados oriundos dos PALOP diminuem até 2010/2011 a uma taxa anual de 7,1 %. Esta redução é maior no caso dos de nacionalidade angolana do que entre os cabo-verdianos: a média dos três anos lectivos entre 2008/2009 e 2010/2011 é inferior em 26 % à dos três anos anteriores para os angolanos e em 14 % para os cabo-verdianos. Desta quebra resulta, até 2008/2009, uma contracção, ainda que menor, do total dos estudantes da CPLP. A partir de então, porém, o crescimento do quantitativo de alunos de nacionalidade brasileira mais do que compensa a redução dos de origem africana. O aumento gradual que se prolongava desde 1999/2000, intensifica-se a partir de 2007/2008 (com taxas superiores a 30 % nesse ano e no seguinte), atingindo uma taxa anual acumulada de 19,1 % até final do período em estudo. Em consequência desta evolução, nos dois últimos anos, o peso dos inscritos oriundos do Brasil eleva-se a quase 40 % do total de estudantes da CPLP, uma proporção que sobe a 44 % quando se contabilizam também aqueles que se encontram em regime de mobilidade por períodos inferiores a um ano, situação em que se encontram 1144 brasileiros mas apenas 5 estudantes dos PALOP (e nenhum de Timor-Leste).

O Brasil é assim, desde 2008/2009, o país, entre os que integram a CPLP, com maior contingente de inscritos em instituições de ensino superior portuguesas, contando a partir do ano seguinte mais de um terço do total de inscritos no ensino superior. Seguem-se Angola, que até esse mesmo ano lectivo ocupava de forma consistente o primeiro lugar com uma quota-parte superior a um terço do total, que diminuiu nos últimos anos para valores na ordem dos 22 % ou 23 %, e Cabo-Verde que, depois de um forte crescimento, que fez subir a sua quota-parte a mais de 30 % entre 2003/2004 e 2006/2007, viu gradualmente reduzida a sua representatividade para pouco mais de 22 %. Estes três países, no seu conjunto, representam em média, nos últimos seis anos, 85 % dos alunos da CPLP, uma proporção que tem vindo a crescer consistentemente. Os demais países da CPLP têm quotas muito inferiores, nenhuma delas ultrapassando 6 %, embora seja de referir que relativamente à sua população, São Tomé e Príncipe apresenta quantitativos importantes. É de salientar ainda o recuo progressivo de Moçambique enquanto país de origem de estudantes do ensino superior português, de valores médios superiores a 11% até 2003/2004 para apenas 4,5 % no último ano.

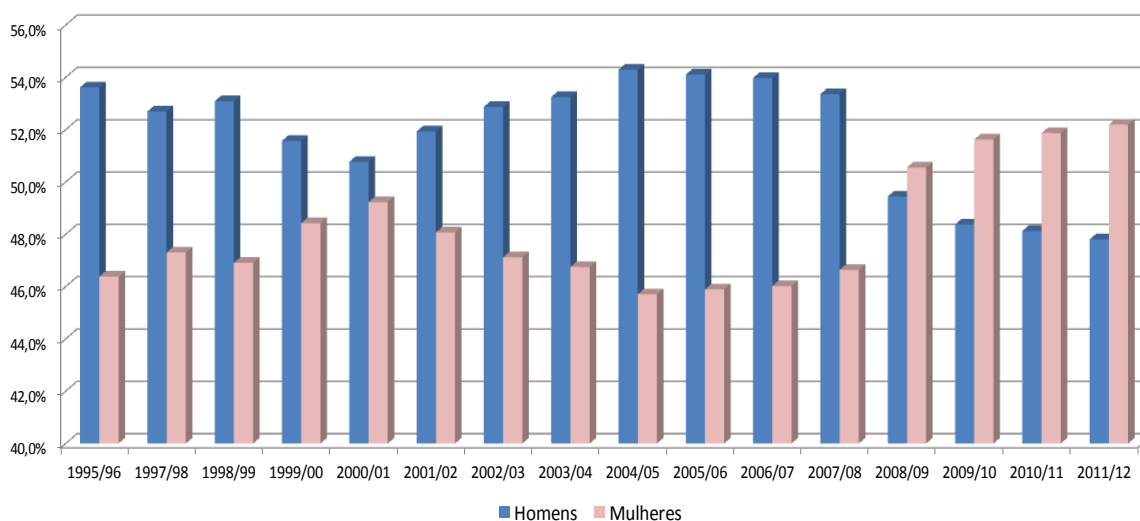
Se a evolução é relativamente diferenciada segundo as diversas nacionalidades por que se distribuem os estudantes da CPLP, não o é menos quanto à sua repartição por género.(*vide* Figura 4.5.) De resto, as variações acham-se em boa parte associadas. Até 2007/2008, os estudantes do sexo masculino constituem de forma consistente a maioria, representando em média 53 % do total, entre um mínimo de 50,8 % em 2000/2001 e um máximo de 54,3 % em 2004/2005. Esta distribuição contrasta significativamente tanto com a relativa aos outros estrangeiros, como com a dos portugueses, que apresentam, no mesmo período, taxas médias de masculinidade claramente inferiores (e próximas), respectivamente de 44,9 % e 43,9 %.

Desde 2008/2009 até final do período, verifica-se uma rápida inversão da situação, pois os alunos do sexo masculino constituem em média 48,4 % e no último ano 47,8 % do total, uma distribuição que é quase simétrica da anterior e se aproxima já muito das relativas aos portugueses (47 %) e aos demais estrangeiros (45,9 %). A esta mudança não é estranha a diferente composição nacional do conjunto de estudantes da CPLP e, em particular, o importante reforço dos inscritos oriundos do Brasil. Na verdade, entre os naturais dos PALOP mantém-se o predomínio global dos estudantes do sexo masculino, embora este se atenua de uma média de 54,5 % até 2007/2008 para uma média de 52,1 % nos anos posteriores até final da série. Essa redução é particularmente evidente no caso dos nacionais de Angola, pois o peso dos estudantes do sexo masculino chegou em 2007/2008 a 64,5 % e nos últimos anos caiu para cerca de 55 % .

No que diz respeito aos naturais de Cabo-Verde, a contracção foi menor porque o predomínio masculino nunca fora tão grande, atingindo um máximo de 52,9 % em 2000/2001. Desde o ano lectivo de 2004/2005, a distribuição por género inverte-se, ficando os alunos do género masculino em minoria. Nos anos seguintes, a redução prossegue, atingindo-se no ano final da série o valor mais baixo de 46 % (idêntico ao dos demais estrangeiros). Já no que ao Brasil diz respeito, os estudantes do sexo masculino nunca constituíram a maior parte do contingente, cabendo-lhes, nos últimos anos, uma parcela na ordem dos 41 %, extremamente baixa, mesmo quando contrastada com a dos demais estrangeiros, não pertencentes à CPLP, e com a dos estudantes portugueses.

Entre os grupos de estudantes originários dos outros países da CPLP (Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), conserva-se um claro predomínio masculino, na ordem dos 60% ou mais, com excepção dos de São Tomé e Príncipe, que se caracterizam por uma distribuição equilibrada, oscilando entre a maior representatividade das mulheres, entre 2005/2006 e 2009/2010, e a dos homens, nos últimos dois anos.

Figura 4.5. Distribuição dos inscritos da CPLP por sexo de 1995/1996 a 2011/2012



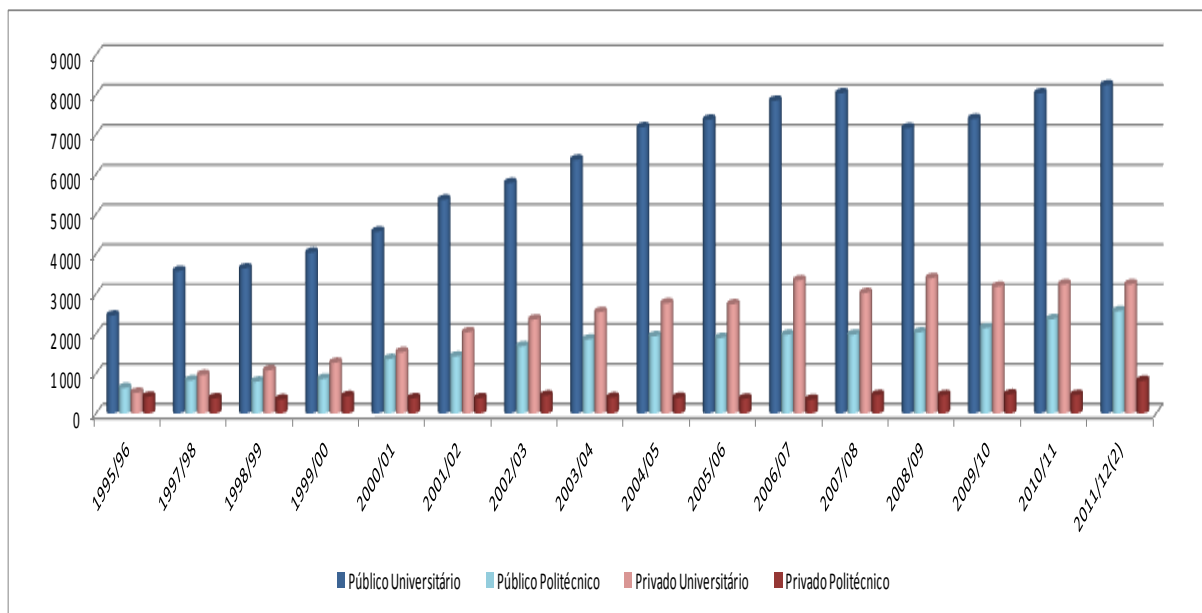
4.2. Subsistemas e tipos de ensino

Depois de termos acompanhado a evolução dos efectivos dos estudantes nacionais de países da CPLP inscritos em instituições de ensino superior portuguesas desde o ano lectivo de 1995/1996 e de termos analisado, para o mesmo período, os seus atributos pessoais, para os quais a informação disponível permite a construção de uma série (nacionalidade e género), cabe agora passar à análise do efeito conjugado das suas opções e da oferta formativa, ao nível do sistema e das instituições. Trata-se então de identificar as principais linhas de evolução ao longo dos últimos dezassete anos da distribuição dos alunos oriundos de países da CPLP pelos subsistemas (Público/Privado) e tipos de ensino (universitário/politécnico), pelos graus e níveis de formação académica, pelas áreas científicas, pelas regiões e pelas instituições.

No que diz respeito à repartição por subsistemas e tipos de ensino verifica-se o predomínio consistente, ao longo de todo o período em estudo, do ensino público e do ensino universitário ((vide Figura 4.6.)). Pode dizer-se que, com algumas pequenas oscilações, perto de três quartos dos alunos da CPLP que frequentam o ensino superior português estão inscritos no ensino público (média de 74 %). A percentagem mais elevada encontra-se no ano inicial da série (76,7 %) e a mais baixa em 2008/2009 (70,5 %). Não existe uma tendência clara na variação de valores, mas a média é mais elevada na primeira metade (74,8 %) do que na segunda metade (73,1 %) do período. Este comportamento aproxima-se tanto do dos estudantes portugueses como dos demais estrangeiros e só nos primeiros três anos da série se registam diferenças superiores a 10 % no peso relativo do sistema de ensino público para os três conjuntos de estudantes. Há, porém, uma diferença a registar, pois enquanto no caso dos estudantes da CPLP não há, como se disse, uma tendência definida da evolução da percentagem de inscritos no ensino público, tanto para os estudantes portugueses como para os

estrangeiros de fora da CPLP, e em especial para estes últimos, há uma tendência de crescimento dessa percentagem desde 2004/2005, que chega a ultrapassar os 80 % nos anos mais recentes.

Figura 4.6. Evolução dos inscritos da CPLP por subsistema de ensino de 1995/1996 a 2011/2012



A distribuição dos alunos da CPLP em Portugal por tipo de ensino (universitário/politécnico) revela uma clara preponderância do ensino universitário, de perto de 80 % – em média 79,8 % –, ainda mais elevada portanto do que a do ensino público. Desde 1997/1998, não se verificam desvios significativos relativamente a essa média, sendo o maior de apenas 3,8 %, precisamente no ano lectivo de 2006/2007 em que o ensino universitário atingiu a máxima quota-parte dos alunos (82,8 %). A partir de então verificou-se uma contracção, gradual e de pequena amplitude, dessa proporção, de tal forma que no último ano o valor é um dos mais baixos de toda a série (77,2 %). A larga maioria dos alunos inscritos no ensino universitário frequenta um estabelecimento do subsistema público. No início do período, nos primeiros seis anos, essa maioria corresponde a perto de três quartas partes, reduzindo-se depois para valores próximos dos 70 %, que se mantêm ao longo da série sem grandes flutuações. Do mesmo modo, entre os que frequentam o ensino superior politécnico, os inscritos em instituições públicas estão em larga maioria (em média 77 %), que se elevou mesmo acima dos 80 % a partir de 2003/2004, embora no último ano da nossa série tivesse voltado a descer para 75,8 %.

A ordem das preferências no cruzamento entre subsistema e tipo de ensino, tal como é manifestada pelas estatísticas dos inscritos, é a mesma durante todo o período, ainda que com oscilações nas proporções relativas: primeiro o ensino universitário público; em segundo lugar, o ensino universitário particular e cooperativo; em terceiro lugar, o ensino superior politécnico público; e, finalmente, em quarto lugar, o ensino superior politécnico particular e cooperativo. Nota-se, a este

nível, uma forte estabilidade na ordem das preferências. As principais variações ao longo do período resultam de uma gradual diminuição da importância relativa do ensino universitário público, interrompida entre 2003/2004 e 2005/2006, que se acentua depois com uma quebra significativa em 2008/2009. Verifica-se depois uma recuperação nos três anos seguintes e uma nova descida no último ano. Assim, os cursos universitários que até 2002/2003 atraíam em média 60 % dos estudantes da CPLP, vêem essa proporção reduzida a 57,9 % nos cinco anos seguintes e novamente a 56,8 % até final do período. Em contrapartida, os inscritos no ensino universitário particular, que eram em média menos de 20 % do total até 2002/2003 passam a constituir cerca de 23 %. A percentagem de alunos no ensino superior politécnico público também sobe a partir de 2008/2009, atingindo o ponto mais alto de toda a série no último ano, em que se regista igualmente um crescimento significativo (de 3,3% para 5,2 %) dos alunos matriculados no ensino superior politécnico particular.

São de sublinhar algumas particularidades nacionais relativamente ao padrão geral de distribuição registado nos últimos anos. Em primeiro lugar, a maior importância do ensino superior privado para os nacionais de Angola, congregando 41,9 % e 49,5 % dos estudantes nos últimos dois anos respectivamente 1142 e 1242. Note-se que uma grande parte destes alunos – 56 % em 2010/2011 e 47% em 2011-2012 – frequenta a Universidade Lusófona. Ao invés, o ensino público tem uma atractividade superior à média para os nacionais de Moçambique, São Tomé e Príncipe e principalmente de Timor-Leste (95 % nos dois últimos alunos). Por outro lado, é de referir a maior inclinação pelo ensino superior politécnico público dos alunos oriundos de Cabo-Verde (mais de 30% no período mais recente) e embora em menor escala também da Guiné-Bissau.

Para o conjunto dos estudantes da CPLP, a evolução das preferências a este nível não se distingue substancialmente da dos demais alunos estrangeiros (embora entre estes o ensino universitário público tenha um peso claramente superior e o particular e cooperativo uma quota-parte menor), mas afasta-se de forma significativa das tendências de distribuição dos alunos portugueses por subsistema e tipo de ensino. Com excepção dos cabo-verdianos que se repartem segundo um modelo próximo, embora com uma quota-parte mais alta para o ensino universitário privado. Na verdade, no caso dos estudantes nacionais, há uma tendência clara de contracção do ensino superior particular e cooperativo (que entre 1997/1998 e 2001/2002 agregava em média 31,4 % dos inscritos e nos últimos cinco anos apenas 22,7 %), que é mais pronunciada no segmento universitário do que no politécnico. Em contrapartida, é de assinalar o reforço do ensino politécnico público cuja representatividade entre os estudantes portugueses passa de menos de 25 % a mais de 30 %, constituindo a segunda escolha, em prejuízo do ensino universitário particular e cooperativo, desde 1999/2000 e por um diferencial superior a 10 pontos percentuais desde 2003/2004¹².

Desta análise comparada resulta portanto a maior atractividade das universidades privadas para os estudantes estrangeiros em geral e em particular da CPLP do que para os nacionais e, inversamente, a

¹² No último ano a diferença atinge 17,2 pontos percentuais.

menor atractividade do ensino superior politécnico em geral e, muito particularmente o ensino superior politécnico público¹³.

4.3. Graus académicos e áreas de formação

Prosseguindo a caracterização minuciosa da inserção sistémica dos estudantes da CPLP no ensino superior português, convém agora analisar a sua distribuição por nível ou grau académico. Neste domínio, será necessário tomar em consideração as alterações que foram sendo introduzidas ao próprio sistema de cursos, graus e diplomas oferecidos pelas instituições de ensino superior, designadamente a criação dos cursos de especialização tecnológica (de nível pós-secundário não superior), que começam admitir alunos no ano lectivo de 2004/2005, e a reforma adoptada no quadro do chamado «processo de Bolonha», com a extinção do grau de bacharel (e dos respectivos complementos de formação para obtenção do grau de licenciado) e a instituição dos cursos de mestrado integrado, que começam a produzir efeitos desde 2006/2007.¹⁴

Neste contexto, algumas grandes tendências são imediatamente observáveis. Desde logo, o rápido apagamento dos cursos de bacharelato, em que, no primeiro ano da série, ainda se encontravam inscritos 22,3 % dos estudantes da CPLP que frequentavam o ensino superior em Portugal, mas que, cinco anos depois, não representavam mais que 1,7 %, uma proporção que se reduziu até 1 % em 2003/2004. Em compensação, as licenciaturas, que no início do período em estudo eram já, e a grande distância, o grau académico mais procurado (74,6 %), reforçam a sua posição, chegando a juntar 91,6% dos discentes em 2001/2002 e mantendo-se a um nível muito alto até 2005/2006 (88,8 %). No ano seguinte, atingiam o ponto máximo em termos absolutos (11513 inscritos), mas iniciavam uma rota descendente em termos relativos, por via do fortíssimo crescimento da procura de cursos de mestrado. Este crescimento coincide com a introdução da reforma dos graus académicos aprovada no contexto do processo de Bolonha. Entre 2005/2006 e 2008/2009, o número de alunos da CPLP inscritos em programas de mestrado multiplica-se por mais de cinco e a sua quota sobe de 4,9 % a quase uma quarta parte, mantendo um rumo ascendente até final do período (31,6 %). Esta evolução é muito semelhante, quase paralela, à dos estudantes portugueses, mas o aumento é apesar de tudo um pouco mais lento e de menor amplitude do que o referente aos estrangeiros exteriores à CPLP, entre os quais os estudantes de mestrado superam os 30 % em 2008/2009 e são mais da terça-parte no último ano da série (34,1 %). Tendo em consideração que o número de estrangeiros – tanto originários de países da CPLP como de fora dela – inscritos em cursos de mestrado tem continuado a aumentar de forma significativa, a ampliação da sua quota-parte só não prosseguiu a um ritmo superior porque entretanto começou a alargar-se o segmento dos estudos de doutoramento, por efeito conjugado dos esforços desenvolvidos pelas instituições universitárias portuguesas, nomeadamente

¹³ Para acesso a informação mais completa e discriminada, *vide* Anexos B e C.

¹⁴ Para acesso a informação mais completa e discriminada, *vide* Anexos D e E.

no sentido da sua internacionalização, e da maior procura da formação avançada em países periféricos. No caso dos naturais da CPLP, observa-se desde 2005/2006 um crescimento dos candidatos a doutoramento a uma taxa anual cumulativa de quase 30 %. Em 2011/2012 eram 1830 ou 12,3 % do total de estudantes, números que podem ser comparados com os 1691 ou 14,2 % referentes aos demais estrangeiros. Note-se que entre os portugueses, apesar do avanço registado, a proporção de inscritos em programas de doutoramento não vai além dos 4,3 % do total.

Uma análise diferenciada por países de nacionalidade permite detectar algumas variações relativamente ao padrão médio da CPLP no que se refere à repartição pelos diversos níveis e graus académicos. O modelo mais singular é o dos estudantes brasileiros, entre os quais aqueles que seguem estudos de pós-graduação constituem uma fracção superior. Desde 2007/2008, estão em maioria, representando em média 56 %. A diferença relativamente ao padrão médio é maior no caso dos candidatos a doutoramento que, desde 2002/2003, são mais de 10 % do total; desde 2005/2006 mais de 15 % e desde 2007/2008 mais de 20 %. Nos últimos anos essa proporção aproxima-se de 23 % (1351 inscritos). É um crescimento que foi certamente favorecido pelo efeito conjugado das políticas públicas de promoção da investigação científica e da formação avançada, adoptadas em Portugal e no Brasil, permitindo por exemplo que nacionais do Brasil possam beneficiar dos incentivos do Estado português ao desenvolvimento de estudos de doutoramento, ou facultando apoio directo do Estado brasileiro àqueles que queiram realizar a sua formação no estrangeiro, nomeadamente em Portugal, por exemplo através do ambicioso programa «Ciência sem Fronteiras»¹⁵. No entanto, por maior que seja a ambição deste programa, deve notar-se que a multiplicação de candidatos de origem brasileira em doutoramentos oferecidos pelas universidades portuguesas teve início muito antes da sua aprovação – cujas consequências não se manifestaram ainda na informação disponível –, embora seja necessário lembrar que já funcionavam outros programas, de iniciativa federal ou estadual, com objectivos semelhantes, mas a uma escala muito inferior.

Entre os nacionais de Moçambique também se observa uma sobrerrepresentação, embora mais recente e de menor alcance do que a que se verifica entre os brasileiros, dos matriculados em programas de formação avançada. O crescimento principia em 2008/2009, quando os inscritos em programas de doutoramento constituíam 7 % dos que frequentavam o ensino superior em Portugal, e acelera em 2010/2011, atingindo no ano seguinte, o último da série, 17,2 %. Os estudantes timorenses revelam também uma preferência pelos estudos pós-graduados, embora, no seu caso, se encaminhem menos para o nível de doutoramento, mesmo que os inscritos neste nível tenham duplicado o seu peso relativo no último ano para 9,2 %, do que para o de mestrado, que representa 47,1 % (cabendo 32,7 % a mestrados de 2.º ciclo e 14,4 % a mestrados integrados) e chegou a constituir 64,1 % do total em 2008/2009. Note-se que, no que concerne aos alunos provenientes de

¹⁵ Instituído pelo Decreto n.º 7642, de 13 de Dezembro de 2011.

Timor-Leste, os quantitativos são muito baixos, da ordem dos 100 a 150 no total, e portanto muito sensíveis a pequenas variações.

Quanto ao perfil de distribuição por graus académicos dos estudantes procedentes dos demais países integrantes da CPLP, regista-se uma proporção menos expressiva dos inscritos em estudos pós-graduados, em particular a nível de doutoramento. Apesar de tudo, entre os angolanos, a parte referente à pós-graduação subiu no último ano a perto de 40 % (33,3 % e 6,4 % respectivamente para mestrados e doutoramentos). Nos casos de cabo-verdianos, guineenses e santomenses, a percentagem dos que se encontram em programas de formação avançada é manifestamente mais baixa, em torno de 3 % nos dois primeiros casos e 1,2 % no último.

Vejamos agora a repartição por áreas científicas de formação dos estudantes da CPLP que frequentam o ensino superior em Portugal¹⁶. Uma característica dessa repartição impõe-se de imediato a uma primeira observação: o claro predomínio da área das *Ciências Sociais, Comércio e Direito* que agrega, em média, ao longo de todo o período considerado, pouco menos de metade do total dos estudantes (48,3 %). Este predomínio é um dado permanente, embora se assinalem algumas oscilações, designadamente uma tendência inicial de crescimento, que eleva a quota-parte desta área de formação até 55,7 % em 2006/2007, iniciando depois um declínio (que é maior entre os estudantes de Cabo Verde) que se acentua nos últimos três anos. No último atinge 44,2 %, regressando ao nível inicial da série (*vide*.Quadro 4.1).

Convém assinalar que a preponderância desta área é mais expressiva ao nível da licenciatura (51,5 %, em média, ao longo de todo o período, e 55,5 % nos últimos cinco anos), do que a nível de mestrado (44,3 % e 37,5 %) ou doutoramento (23,8 % e 33,9 %, respectivamente). Apesar de tudo, nesta fase mais recente, entre os que optam por esta área – o que é de resto um fenómeno geral - aumentou a parte que cabe a mestrados (de uma média de cerca de 5 % para 20,2 %) e doutoramentos (de menos de 1 % para 6,7 %).

A segunda área em que se concentra uma parcela maior de alunos é, a larga distância, a de *Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção*, que agrega, em média, 17,5 % do conjunto. Este valor procede de um primeiro crescimento, que situa a parte relativa a esta área acima dos 20 % até 1998/1999 (mais forte no caso dos estudantes moçambicanos e santomenses), começando então um decréscimo que, embora interrompido durante dois anos (2002/2004), conduzirá ao ponto mais baixo da série em 2006/2007 (15,4 %). A partir de então dá-se uma certa recuperação (17,1 % em 2009/2010), embora não muito consistente, pois nos últimos dois anos volta a registar-se um pequeno recuo (16 % no final da série).

¹⁶ Para este efeito usámos a CNAEF (Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação aprovada pela portaria nº256/2005 de 16 de Março.

Quadro 4.1. Graus Académicos por Área de Formação

Graus académicos	Agricultura	Artes, Humanidades	Cien. Soc. Comér. Dir.	Ciën. Matem. Inform.	Educação	Engenh. Indús. Const.	Saúde Protec. Social	Serviços	Desconhecido
1996/1997-2000/2001									
Licenciatura	2,2	6,5	46,3	6,7	6,2	19,1	8,2	4,8	0,0
Mestrado	3,3	10,4	45,3	9,8	5,9	13,6	4,5	7,2	0,0
Doutoramento	20,6	2,2	11,1	11,9	13,3	29,9	5,0	6,1	0,0
Outros	3,2	7,1	32,6	4,2	4,4	17,4	17,8	13,2	0,0
2001/2002-2006/2007									
Licenciatura	1,2	6,4	52,4	7,1	4,3	17,3	6,9	4,6	0,0
Mestrado	0,9	10,8	49,1	7,8	8,9	9,7	3,9	9,0	0,0
Doutoramento	4,7	6,8	23,8	14,2	12,3	20,4	4,1	13,7	0,0
Outros	0,3	6,0	28,9	7,7	0,9	6,6	38,4	11,3	0,0
2007/2008-2011/2012									
Licenciatura	0,6	7,8	55,5	8,1	1,7	13,8	6,4	6,0	0,1
Mestrado	0,9	7,6	37,5	6,2	8,3	25,0	8,5	6,1	0,0
Doutoramento	2,7	13,5	33,9	12,8	13,8	11,8	3,3	8,1	0,0
Outros	1,3	6,4	33,1	10,2	0,7	18,2	11,6	18,4	0,0

Percentagem média anual para cada período (em linha).

Deve sublinhar-se ainda que o peso relativo desta área é mais forte a nível da pós-graduação e que a distribuição por graus académicos sofreu uma mudança muito significativa após as alterações legislativas introduzidas no quadro do processo de Bolonha. Assim, entre os inscritos em cursos que visam a obtenção do grau de mestre, esta área representa, em média, 15,5 % no conjunto do período em estudo, mas 25 % no último quinquénio. É mesmo a área dominante a nível do mestrado integrado, com 56,6 % do total de estudantes da CPLP. Já a nível de doutoramento, a sua representatividade diminuiu significativamente, pois de uma média de 20,1 % para toda a série, desceu para 11,8 % nos últimos cinco anos, não porque os inscritos em programas de formação avançada tenham diminuído – pelo contrário, registam até um nítido crescimento – mas porque aumentaram menos do que os de outras áreas.

Em todo o caso, alterou-se substancialmente o perfil da formação nesta área, não tanto pelo alargamento da quota-parte dos candidatos a doutoramento (que sobe nos últimos cinco anos a 5,1% de uma média anterior de 2,5 %), mas principalmente pelo aumento da parcela que cabe aos mestrados que passam a representar 52,6 % (pertencendo 22,4 % os mestrados integrados e 30,2 % aos demais). Deste modo, no últimos anos, os alunos de licenciatura são apenas 40,7 % do total dos que frequentam cursos da área de *Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção*, quando antes eram em média 87 %.

Abaixo destas duas áreas de formação, ficam, também a considerável distância, três outros domínios do conhecimento, com níveis de representatividade média muito semelhantes: *Saúde e Protecção Social* (com 7,4 % dos inscritos), *Ciências, Matemática e Informática* (com 7,3 %) e *Artes e Humanidades* (7,1 %). A esta proximidade dos valores médios não corresponde, porém, uma evolução idêntica. A área da *Saúde* apresenta os valores mais elevados nos primeiros anos da série, atingindo o máximo logo no primeiro ano e entrando num declínio que se torna mais pronunciado a partir de 2006/2007 (e é notório entre os moçambicanos); nos últimos dois anos a sua quota-parte corresponde a 6,9 % do total de estudantes da CPLP em Portugal. O campo das *Ciências, Matemática e Informática* revela um percurso de avanços (1996-1999; 2001-2004; 2008; 2010-2012) e recuos (2000; 2005-2007; 2009), com uma tendência geral de crescimento da sua posição relativa que se eleva no final do período a 8,8 %. Quanto às *Artes e Humanidades*, a sua parte começa por flutuar ligeiramente abaixo de 6,5 % até 2003/2004 e depois em torno de 7 %, até 2008/2009, aumentando significativamente nos últimos três anos (em especial, por conta do recrutamento de alunos brasileiros), de tal forma que ascenderam no final da série à posição de terceira área de formação mais importante com 9,5 %.

Podem observar-se também algumas disparidades na distribuição dos estudantes que optaram por estas três áreas pelos diferentes graus académicos e na sua evolução. Na área da *Saúde e Protecção Social*, em que o peso dos bacharelatos se manteve até mais tarde, nota-se o reforço dos mestrados que passaram a constituir nos últimos cinco anos o grau mais procurado (46,4 %), em boa parte, mas não só, por via da instituição dos mestrados integrados (que atraem 20 % dos estudantes nesta área, menos portanto que os outros mestrados). É em todo o caso neste novo nível de formação pós-graduada que esta área tem um maior peso específico, recrutando um pouco menos da quinta-parte dos que a frequentam.

Quanto à área de *Ciências, Matemática e Informática*, que revela uma distribuição bastante estável nos primeiros dois terços do período, conhece, como as demais, um avanço dos alunos admitidos em cursos de mestrado mas principalmente em programas de doutoramento, que passam a constituir respectivamente 19,5% e 14,8 %. É precisamente no segmento da formação avançada que esta área demonstra uma maior relevância, com 12,8 % do total de matriculados em programas de 3.º ciclo. Esta evolução é em larga medida partilhada pela área de *Artes e Humanidades* que, no entanto, sempre teve uma proporção mais elevada de estudantes de mestrado, chegando, no período mais recente, aos 23 %. Cumpre salientar ainda o aumento expressivo dos candidatos a doutoramento, que formam mais de 15 % do total desta área, fazendo dela a terceira mais importante deste nível de formação com 13,5 %.

Num quarto patamar, situam-se as áreas de *Serviços* e de *Educação*, com uma representatividade média entre 5 % e 6 %. A evolução da primeira caracteriza-se pela estabilidade, registando um ligeiro aumento até 2002/2003, a que sucede uma contracção igualmente modesta até 2007/2008 e um novo

impulso, este um tanto mais forte (em particular entre os moçambicanos), nos últimos quatro anos. Como acontece com a generalidade das áreas, a parte referente à formação pós-graduada, em especial a nível de mestrado, aumentou consideravelmente, atingindo uma média de 22,6 % nos últimos cinco anos. Já o comportamento da área da *Educação* é o mais errático, com oscilações significativas a curto prazo, dentro de uma tendência decrescente, que reduz o seu peso a menos de 4 % até ao ano lectivo de 2009/2010. Nos últimos dois anos, porém, esta área conhece uma nova recuperação (particularmente visível no caso de angolanos, moçambicanos e brasileiros), que faz subir a sua quota-parte a 6,7 %. Para tal recuperação muito contribuiu o crescimento do número dos admitidos em programas de mestrado e doutoramento, que eram no ano terminal da série respectivamente 44,5 % e 29,5 % do total de inscritos na área (sendo este último valor o mais alto entre todas as áreas). No período mais recente, a área da *Educação* tornou-se mesmo a segunda com maior número de inscritos no nível mais elevado de formação.

Finalmente, a área da *Agricultura* tem uma expressão exígua desde o início do período (no máximo 3,4 % em 1997/1998), que se torna mesmo meramente residual (inferior a 1 %) depois de 2005/2006. Valerá a pena no entanto assinalar, o peso relativo que têm no seu seio os estudos doutorais (24,2 % nos últimos cinco anos), um valor que, como acabámos de ver, só é superado pela área da *Educação*.

Para completar a análise da distribuição por área científica de formação dos estudantes da CPLP que se encontram inscritos em instituições de ensino superior em Portugal, é certamente relevante considerar como essa distribuição se cruza com a repartição por género. Para além de uma certa tendência geral para a feminização, a que já nos referimos, e que avança a ritmos e níveis diferenciados consoante as áreas, observa-se uma divisão sexual das preferências que em alguns casos é muito pronunciada. Assim, encontramos áreas que constituem ostensivamente domínios de eleição de um dos géneros, como acontece, do lado feminino, com a de *Educação* e de *Saúde e Protecção Social*, que apresentam taxas de feminização crescentes e superiores a 70 %, e do lado masculino com a de *Engenharia, Indústria Transformadora e Construção* (com uma concentração também superior a 70 %) e, em menor escala, a de *Ciências, Matemática e Informática* (em que o predomínio dos homens se mantém acima de 60 % até 2007/2008, baixando depois para cerca de 58 % até final do período).

Esta configuração da divisão por géneros não pode de forma alguma surpreender, pois corresponde a um perfil tradicional. O que merece por isso uma nota é não tanto o predomínio de um dos géneros, mas a sua intensidade, designadamente nas áreas de *Engenharia, Indústria Transformadora e Construção*, de *Educação* e de *Saúde e Protecção Social*, em particular nesta última durante a fase mais recente. Para além disso, deve assinalar-se o surpreendente reforço da componente masculina na área de *Artes e Humanidades* e a resistência à feminização, que só ganha verdadeiramente uma dimensão significativa nos últimos quatro anos, da das *Ciências Sociais*,

Comércio e Direito. Em suma, mesmo num contexto de acentuado alargamento do acesso das mulheres ao ensino superior, os estereótipos da divisão sexual do trabalho acabam por determinar, mesmo tratando-se de trabalho qualificado, as escolhas das áreas de formação superior que dão acesso a profissões ou carreiras tidas por caracteristicamente masculinas ou femininas¹⁷.

4.4. Instituições e regiões

Durante os dezassete anos que perfazem o período estudado no presente trabalho, as preferências por instituições específicas de ensino superior portuguesas, manifestadas pelos estudantes da CPLP que nelas se inscrevem, revelam algumas oscilações. Do que antes se disse da sua divisão por subsistemas e tipos de ensino não pode esperar-se outro resultado que não seja a selecção preferencial de estabelecimentos universitários públicos. Efectivamente, ao longo de todo período, há um núcleo de universidades públicas que se situam de forma persistente entre as instituições com maior número de inscritos provenientes de países da CPLP. A Universidade de Coimbra, as quatro instituições universitárias públicas de Lisboa (Universidade de Lisboa, Universidade Técnica, Universidade Nova e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), a Universidade do Porto, a Universidade o Minho e a Universidade Aberta figuram sempre no topo da lista dos estabelecimentos mais procurados pelos estudantes da CPLP. Há apenas duas instituições que não pertencem ao subsistema universitário público que também surgem regularmente nos primeiros lugares das listas: uma universidade particular (a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) e um instituto politécnico público (o Instituto Politécnico de Lisboa).

Tanto no primeiro como no último ano da série, a Universidade de Coimbra aparece em primeiro lugar entre as instituições que mais estudantes da CPLP atraem, tendo registado um forte crescimento nos últimos cinco anos, que a voltou a guindar à posição cimeira (da quinta em que caíra em 2005/2006). Sendo a mais antiga das universidades portuguesas, goza de um prestígio considerável nos países de língua portuguesa, mormente no Brasil, onde é vista como a universidade de referência. Além disso, tem um padrão de recrutamento algo diferente da maior parte das universidades públicas. Se em todas se verificou nos últimos cinco anos um acentuado crescimento do número de inscritos em programas de pós-graduação (mestrado e doutoramento), na Universidade de Coimbra conserva-se uma proporção maior de estudantes de licenciatura. Com excepção da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (que tem apenas 72 alunos da CPLP) e não considerando a Universidade Aberta que, pelo facto de se tratar de uma instituição de ensino a distância, exhibe um comportamento específico da variação dos efectivos e da sua repartição por graus académicos, a Universidade de Coimbra, a par do ISCTE-IUL, é a que tem uma percentagem mais elevada de inscritos em cursos de licenciatura (44,8 %, enquanto a maioria das universidades públicas tem 35 a 38 %). Assim, com 1781 estudantes matriculados, a Universidade de Coimbra tem mais 20 % de inscritos do que a

¹⁷ Para informação mais exaustiva sobre as áreas de educação e formação, *vide* Anexo F.

segunda instituição com mais alunos (a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) e quase mais 80 % do que a terceira (e segunda universidade pública, a Universidade de Lisboa). Quanto à distribuição dos estudantes por graus académicos, deve salientar-se que as principais universidades públicas do norte do País (Universidade do Porto, Universidade do Minho e Universidade de Aveiro) são aquelas em que os candidatos a doutoramento têm um peso relativo superior, acima da terça-parte, e chegando mesmo, no caso da Universidade do Minho, a ultrapassar os 40 %. Na Universidade do Porto, em 2005/2006, essa proporção era já superior a 20 %, então a mais elevada.

É importante destacar também, por se tratar de uma situação excepcional, no quadro do subsistema de ensino superior particular e cooperativo, a capacidade de recrutamento da Universidade Lusófona. É, de resto, um fenómeno que se prolonga pelo menos desde 2000/2001, ano em que contava mais de 500 alunos da CPLP (sendo a quinta instituição de ensino com maior número de inscritos). Cinco anos mais tarde era mesmo o primeiro entre os estabelecimentos de ensino presencial regular, sendo apenas suplantada pela Universidade Aberta cujos alunos não residiam necessariamente em Portugal. Acolhia então 8,7 % do total dos estudantes da CPLP e 9,9 % dos dos PALOP que se encontravam matriculados quase exclusivamente em cursos de licenciatura. Nesse ano lectivo de 2005/2006, os alunos de Angola e Cabo-Verde formavam em conjunto três quartos de todos os nacionais de países da CPLP inscritos na Universidade Lusófona. No ano seguinte, registou-se ainda um aumento considerável do número de estudantes angolanos que se elevou a mais de 600, mantendo-se até ao presente nessa ordem de grandeza, embora tenha averbado um certo recuo no último ano. No entanto, a Universidade Lusófona viu reforçada a sua quota-parte no total (9,9 %) e em especial entre os estudantes dos PALOP, dos quais admitiu 12,3 %. Acompanhando a tendência geral, a instituição abriu-se aos estudantes brasileiros, que constituem já 26,8 % do total da CPLP..

A repartição dos alunos da CPLP pelos estabelecimentos de ensino superior indicia uma distribuição regional fortemente concentrada. De facto, somente três regiões – Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro – reúnem a larga maioria dos inscritos, mais de 90 % durante todo o período considerado. As variações, que existem, traduzem-se em transferência entre as três regiões não alterando muito a sua representatividade total. O mesmo acontece com a distribuição distrital, pois apenas quatro distritos – Lisboa, Coimbra, Porto e Braga – congregam de forma consistente cerca de 80 % dos alunos da CPLP. A evolução é caracterizada até 2006/2007 pelo crescimento do peso relativo do distrito de Lisboa e da sua região – que concentram quase dois terços dos estudantes – à custa das regiões Norte e Centro (principalmente da primeira, embora o distrito de Coimbra recue mais do que o do Porto). A partir de então observa-se uma redução da região da capital, para níveis um pouco acima dos 50 %, por recuperação das regiões Norte e Centro, verificando-se no penúltimo ano da série um significativo impulso do distrito de Coimbra.

Este padrão de distribuição regional apresenta algumas particularidades quando se consideram as diferentes nacionalidades. A uma mais forte concentração dos angolanos na região de Lisboa, que se acentua até 2007/2008, reduzindo-se depois mas para um patamar acima dos $\frac{3}{4}$ dos inscritos, corresponde, entre os cabo-verdianos, uma grande estabilidade na predominância da capital e da sua região, mas a um nível claramente inferior (45% a 50%). Já no caso dos estudantes brasileiros, a concentração nas três regiões principais é semelhante à tendência geral, mas a divisão entre elas segue um padrão específico, pois a parte que cabe à região da capital é claramente menor (nunca atinge os 50 % e chega mesmo a 37 %, mantendo-se próximo desse valor até ao presente) e regista-se um alargamento da quota da região centro que sobe acima dos 30 % nos últimos anos.¹⁸

¹⁸ Para acesso a informação mais completa e discriminada, *vide* Anexos G, H e I.

CAPÍTULO V - PRINCIPAIS PERFIS DOS ESTUDANTES DA CPLP NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

Depois de observadas as grandes tendências do comportamento de um grupo de variáveis que, no seu conjunto, permitem caracterizar a evolução, ao longo dos últimos dezassete anos, da frequência do ensino superior em Portugal por estudantes estrangeiros nacionais de países da CPLP, trata-se agora de proceder a uma caracterização mais exaustiva dessa frequência num corte temporal mais curto. Após uma análise diacrónica, que mobilizou um corpo necessariamente limitado de variáveis, proceder-se-á a uma análise sincrónica, reportada ao último ano para o qual há dados disponíveis susceptíveis de serem tratados (ano lectivo de 2011/2012). Serão exploradas informações que não foram recolhidas para anos anteriores ou que seria impossível examinar em profundidade no contexto de uma análise serial compatível com o estatuto deste estudo e que se referem a um conjunto alargado de variáveis que possibilitam uma caracterização mais pormenorizada dos estudantes de países da CPLP que frequentam o ensino superior em Portugal e das respectivas escolhas. O objectivo, para além de desenvolver alguns dos aspectos da análise serial anterior, é identificar os principais perfis desses estudantes, com base numa combinação dos seus atributos pessoais, da procura que exercem junto das instituições de ensino superior em Portugal e da forma como acedem a essas instituições.

Para maior consistência da análise e tendo em atenção o número de variáveis e, como veremos adiante, a relativa dispersão dos dados respectivos, proceder-se-á em primeiro lugar à identificação dos mais importantes perfis pessoais dos estudantes; em segundo lugar, à definição dos perfis de procura; em terceiro lugar, à análise das formas de ingresso e acesso; e, por fim, à conjugação entre estas diferentes dimensões.

5.1. Perfis pessoais dos estudantes

Na sequência do que ficou dito no capítulo sobre a evolução dos efectivos dos estudantes da CPLP, devemos sublinhar que, no que à distribuição por nacionalidades diz respeito, o Brasil é o país que fornece o maior contingente (5603 inscritos ou 38,6 %), seguindo-se Angola (3500 inscritos ou 24,1 %) e Cabo Verde (3318 ou 22,8 %)¹⁹. No conjunto, mais de 85 % dos estudantes provêm destes três países e cerca de 60 % são originários dos PALOP.

¹⁹ No presente capítulo, o universo de observação é constituído pelos estudantes estrangeiros nacionais de países da CPLP inscritos em todos os níveis de formação do ensino superior em Portugal, excluindo-se aqueles que se encontram em situação de mobilidade, isto é, aqueles que frequentam temporariamente uma instituição portuguesa, para obtenção de alguns créditos, mantendo uma inscrição numa instituição estrangeira, onde deverão concluir o respetivo grau académico.

Estas primeiras conclusões exigem, porém, uma importante qualificação que decorre da discriminação dos dados pelos níveis formação em que os estudantes se encontram inscritos. Efectivamente, quando se considera apenas a formação inicial (designadamente as licenciaturas e os chamados mestrados integrados), Cabo-Verde, enquanto país de origem de quase 30 % dos estudantes, é o mais representativo, a curta distância do Brasil (28,1 %) e de Angola (25,1 %). O predomínio do Brasil concentra-se portanto ao nível da formação pós-graduada (com 56,3 %), a larga distância de Angola (22,4 %) e de Cabo-Verde (11,1 %). A concentração geográfica do recrutamento de estudantes a este nível de formação é muito superior, não só pelo peso do Brasil mas porque os três países com efectivos mais numerosos representam quase 90 % do total (*vide* Quadro 5.1.).

Quadro 5.1. Nacionalidade por nível de formação

País	CET		Licenciaturas		Especializações		Mestrado integrado		Mestrados		Doutoramentos		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Angola	34	12,5	2050	26,5	29	26,9	212	18,6	952	27,6	223	12,2	3500	24,1
Brasil	93	34,2	2200	28,4	55	50,9	280	24,6	1627	47,2	1348	73,8	5603	38,6
Cabo Verde	107	39,3	2200	28,4	9	8,3	415	36,4	484	14,1	103	5,6	3318	22,8
Guiné-Bissau	1	0,4	320	4,1	1	0,9	39	3,4	88	2,6	12	0,7	461	3,2
Moçambique	5	1,8	316	4,1	12	11,1	73	6,4	152	4,4	116	6,4	674	4,6
São Tomé e Príncipe	26	9,6	595	7,7	2	1,9	99	8,7	91	2,6	10	0,5	823	5,7
Timor Leste	6	2,2	61	0,8		0,0	22	1,9	50	1,5	14	0,8	153	1,1
Total	272	100,0	7742	100,0	108	100,0	1140	100,0	3444	100,0	1826	100,0	14532	100,0

Uma vez que a composição sexual dos contingentes de estudantes é diferente consoante os países de onde são oriundos, a representatividade desses países também varia segundo cada um dos géneros. No total de inscritos, existe uma certa preponderância do sexo feminino, com 52 %, valor que sobe apenas marginalmente no nível de formação inicial, para 52,7 %. Na formação pós-graduada existe uma quase paridade entre os dois géneros (50,9 % e 49,1 % para o feminino e masculino, respectivamente). O cruzamento da distribuição por género e por nacionalidade revela, por sua vez, diferenças significativas. Existem apenas dois países em que as mulheres são em maior número do que os homens: o Brasil (58,6 %) e Cabo-Verde (54 %), não sendo essa distribuição de todo afectada pelo nível de formação. Isso não é válido para os demais países, a respeito dos quais pode observar-se uma distribuição sexual mais equilibrada ao nível da formação inicial, mas um claro predomínio do género masculino na formação pós-graduada (nesses cinco países as mulheres não chegam a representar 40 % dos estudantes de pós-graduação).

Assim, o peso relativo de cada um dos países é diferente no conjunto dos estudantes de cada um dos géneros. Provêm do Brasil 43,4 % de todas as mulheres inscritas e apenas um terço dos homens (66,7 % e 47,9 % ao nível da pós-graduação respectivamente). No caso de Angola, a representatividade é maior no sexo masculino (27,5 %) do que no feminino (20,9 %), diferença que se acentua a nível da formação pós-graduada. Este padrão é válido também para Moçambique e para a Guiné-Bissau.

Se às características pessoais já referidas acrescentarmos a composição etária, poderemos notar também algumas disparidades importantes. De um ponto de vista geral, o grupo etário com maior número de efectivos é o grupo entre os 23 e os 29 anos de idade, com 36,7 %, seguido do grupo com menos de 23 anos, com 22,9 %, o que significa que os menores de 30 anos constituem quase 60 % do conjunto. Se compararmos estes elementos com os relativos aos estudantes portugueses, veremos que os segmentos mais jovens representam, entre os nacionais de países da CPLP, uma fracção claramente inferior. Assim, no universo dos portugueses, os menores de 23 anos constituem 51,8 % e os menores de 30 anos de idade 77,9 %. A composição do conjunto de estudantes da CPLP no ensino superior português é claramente menos jovem também relativamente aos demais estrangeiros, pois neste caso os menores de 30 anos são 71 %. Esta diferença resulta em parte de uma proporção superior de inscritos em programas de pós-graduação entre os estudantes da CPLP, que se reflecte forçosamente num nível etário superior. Contudo, se nos ativermos aos estudantes de formação inicial, a diferença continua a ser significativa, pois a este nível os menores de 30 anos são cerca de 75 % do conjunto de estudantes da CPLP e notoriamente mais de 80 % dos portugueses (83,9 %) e dos demais estrangeiros (82,5 %); e a distância é muito mais ampla quando se considera apenas o primeiro (e mais jovem) dos escalões etários (menos de 23 anos). Pode por isso justamente entender-se que a menor juventude constitui um atributo relevante para a caracterização específica do conjunto de estudantes da CPLP.

No entanto, esta visão geral da distribuição etária esconde uma grande diversidade, tanto no que diz respeito aos países de origem como ao género. Temos assim, por um lado, um país como Cabo Verde, de onde provém uma população estudantil muito jovem, tendo 40,5 % menos de 23 anos e 84,5 % menos de 30 anos de idade (ou seja, uma proporção superior à dos próprios portugueses neste segundo escalão); e, por outro lado, países como Angola e Moçambique, entre cujos nacionais é maior a proporção daqueles que têm mais de 45 anos (16,9 % e 16,4 %) do que dos que têm menos de 23 anos (15 % ou ainda menos). Estes países são os únicos onde os menores de 30 anos são menos de metade e os maiores de 40 mais de 25 % do total. O contingente de estudantes de São Tomé e Príncipe é claramente o segundo mais jovem, tendo o Brasil e Timor-Leste distribuições intermédias o que, no primeiro caso, decorre da elevada proporção de estudantes de pós-graduação (*vide* Quadro 5.2.).

Quadro 5.2. Nacionalidade por Género e Idade

Idade	> 23	23-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 +	Total
Angola								
H	202	550	297	256	231	185	198	1919
	10,5%	28,7%	15,5%	13,3%	12,0%	9,6%	10,3%	
M	327	517	224	182	128	107	96	1581
	20,7%	32,7%	14,2%	11,5%	8,1%	6,8%	6,1%	
HM	529	1067	521	438	359	292	294	3500
	15,1%	30,5%	14,9%	12,5%	10,3%	8,3%	8,4%	
Brasil								
H	462	809	433	220	147	117	133	2321
	19,9%	34,9%	18,7%	9,5%	6,3%	5,0%	5,7%	
M	563	1112	642	326	225	219	195	3282
	17,2%	33,9%	19,6%	9,9%	6,9%	6,7%	5,9%	
HM	1025	1921	1075	546	372	336	328	5603
	18,3%	34,3%	19,2%	9,7%	6,6%	6,0%	5,9%	
Cabo Verde								
H	547	681	146	59	26	31	35	1525
	35,9%	44,7%	9,6%	3,9%	1,7%	2,0%	2,3%	
M	796	786	128	35	14	18	16	1793
	44,4%	43,8%	7,1%	2,0%	0,8%	1,0%	0,9%	
HM	1343	1467	274	94	40	49	51	3318
	40,5%	44,2%	8,3%	2,8%	1,2%	1,5%	1,5%	
Guiné-Bissau								
H	48	115	57	27	16	16	5	284
	16,9%	40,5%	20,1%	9,5%	5,6%	5,6%	1,8%	
M	53	80	22	11	4	5	2	177
	29,9%	45,2%	12,4%	6,2%	2,3%	2,8%	1,1%	
HM	101	195	79	38	20	21	7	461
	21,9%	42,3%	17,1%	8,2%	4,3%	4,6%	1,5%	
Moçambique								
H	48	115	73	56	41	39	29	401
	12,0%	28,7%	18,2%	14,0%	10,2%	9,7%	7,2%	
M	49	82	36	37	23	23	23	273
	17,9%	30,0%	13,2%	13,6%	8,4%	8,4%	8,4%	
HM	97	197	109	93	64	62	52	674
	14,4%	29,2%	16,2%	13,8%	9,5%	9,2%	7,7%	
São Tomé e Príncipe								
H	82	219	53	28	13	8	17	420
	19,5%	52,1%	12,6%	6,7%	3,1%	1,9%	4,0%	
M	120	203	48	8	10	6	8	403
	29,8%	50,4%	11,9%	2,0%	2,5%	1,5%	2,0%	
HM	202	422	101	36	23	14	25	823
	24,5%	51,3%	12,3%	4,4%	2,8%	1,7%	3,0%	
Timor Leste								
H	8	40	14	13	10	13	1	99
	8,1%	40,4%	14,1%	13,1%	10,1%	13,1%	1,0%	
M	17	17	6	4	5	2	3	54
	31,5%	31,5%	11,1%	7,4%	9,3%	3,7%	5,6%	
HM	25	57	20	17	15	15	4	153
	16,3%	37,3%	13,1%	11,1%	9,8%	9,8%	2,6%	

Quando relacionamos a distribuição etária com o género, encontramos um padrão que se repete de forma sistemática e que revela uma composição mais jovem do conjunto de estudantes do sexo feminino. As mulheres com menos de 30 anos de idade são 62,5 % do total e as com menos de 23 anos representam 25,5 % (56,3 % e 20 % respectivamente no caso dos homens). Dos estudantes com

menos de 23 anos, 57,9 % são do sexo feminino. Ao invés, as maiores de 40 anos são apenas 15 % do total (18,8 % para os homens) e, dos inscritos com mais de 50 anos, quase 55 % são do sexo masculino. Inserindo esta combinação entre estrutura etária e distribuição sexual no contexto das diferentes nacionalidades, pode dizer-se que existem dois perfis nacionais opostos, o de Cabo Verde, por um lado, que associa maior juventude e feminização, e, por outro, o de Angola e Moçambique, que combina maior senioridade e masculinidade.

Prosseguindo a análise das variáveis de caracterização pessoal de ordem sociodemográfica, consideremos agora o estado civil. Trata-se de uma variável pouco discriminativa, na medida em que a larguíssima maioria dos estudantes da CPLP inscritos em instituições de ensino superior em Portugal são solteiros (82,4 %), sendo os casados, com ou sem registo formal, pouco mais de 15 % (viúvos, divorciados e separados têm uma expressão residual). Os estudantes casados concentram-se em duas nacionalidades: Brasil (56,8 %) e Angola (26,9 %). São as mulheres brasileiras com mais de 30 anos de idade (em particular as que se encontram no grupo etário dos 30-34 anos) e os homens angolanos com mais de 35 os grupos com maior número de estudantes casados. No primeiro caso, representam uma fracção muito significativa do conjunto (38,7 %).

Estas quatro variáveis sociodemográficas – país de nacionalidade, género, idade e estado civil – perfazem um conjunto para o qual possuímos um universo de respostas muito próximo do universo de inscritos²⁰. Justifica-se, por isso, que procuremos através da sua associação uma primeira identificação dos principais perfis pessoais dos estudantes da CPLP. A possibilidade de adicionar outras variáveis implicaria, por um lado, uma redução drástica do universo de observação, por via do aumento das não respostas ou de respostas não substantivas («outra situação»/«desconhece») e, por outro, ampliaria o efeito de dispersão, que mesmo com uma combinação de apenas quatro variáveis, sendo uma delas pouco discriminativa, já é considerável. Por isso, a definição dos perfis pessoais mobiliza em primeiro lugar essas quatro variáveis.

Através dessa análise identificaram-se 23 perfis pessoais – isto é, 23 combinações específicas de atributos, no caso as referidas quatro variáveis de caracterização sociodemográfica – que representam, cada um dos quais, pelo menos 1 % do total estudantes da CPLP no ensino superior em Portugal (*vide* Quadro 5.3.). Desses perfis, apenas quatro representam 5 % ou mais e nenhum atinge os 6,5 %. Apesar de uma certa dispersão, 23 perfis em 392 possíveis²¹ permitem caracterizar, no seu conjunto, um pouco menos de dois terços (64,6 %) dos inscritos. Os perfis mais representativos referem-se a mulheres jovens (com menos de 30 anos de idade, ou mesmo com menos de 23 anos), solteiras, originárias do Brasil ou de Cabo Verde. Um segundo grupo de perfis diz respeito a homens jovens também, solteiros, provenientes do Brasil, de Cabo Verde ou de Angola. É de notar que

²⁰ Nas três primeiras o universo de respostas coincide com o universo de inscritos. No que se refere ao estado civil faltam apenas seis respostas.

²¹ $7 \text{ (nacionalidades)} \times 2 \text{ (géneros)} \times 7 \text{ (escalões etários)} \times 4 \text{ (estados civis)} = 392$.

apenas dois em vinte e três perfis se reportam a outro país além desses três (São Tomé e Príncipe) e que só dois também se referem a estudantes casados, nomeadamente a mulheres brasileiras do segundo e terceiro escalão etário, isto é, tendo entre 23 e 34 anos.

Quadro 5.3. Perfis Pessoais Principais
Nacionalidade por sexo, grupo etário e estado civil

	Nacionalidade	Sexo	Grupo etário	Estado Civil	%
1	Brasil	Mulher	23-29	solteira	6,3
2	Cabo Verde	Mulher	< 23	solteira	5,5
3	Cabo Verde	Mulher	23-29	solteira	5,3
4	Brasil	Homem	23-29	solteiro	5,0
5	Cabo Verde	Homem	23-29	solteiro	4,6
6	Brasil	Mulher	< 23	solteira	3,8
7	Cabo Verde	Homem	< 23	solteiro	3,7
8	Angola	Homem	23-29	solteiro	3,6
9	Angola	Mulher	23-29	solteira	3,2
10	Brasil	Homem	< 23	solteiro	3,2
11	Brasil	Mulher	30-34	solteira	2,6
12	Angola	Mulher	< 23	solteira	2,2
13	Brasil	Homem	30-34	solteiro	2,1
14	Brasil	Mulher	30-34	casada	1,7
15	Angola	Homem	30-34	solteiro	1,7
16	São Tomé e Príncipe	Homem	23-29	solteiro	1,5
17	Angola	Homem	< 23	solteiro	1,4
18	São Tomé e Príncipe	Mulher	23-29	solteira	1,4
19	Angola	Homem	35-39	solteiro	1,3
20	Angola	Mulher	30-34	solteira	1,2
21	Brasil	Mulher	23-29	casada	1,2
22	Angola	Homem	40-44	solteiro	1,2
23	Brasil	Mulher	35-39	solteira	1,2

N=14526

5.2. Perfis da procura

Transpondo o olhar para as variáveis que exprimem a procura de formação exercida pelos estudantes estrangeiros nacionais de países da CPLP junto das instituições de ensino superior em Portugal, poderemos identificar os principais perfis das suas escolhas. Consideraremos cinco variáveis para compor esses perfis: tipo e subsistema de ensino (público/privado; universitário/politécnico); nível de formação; área de formação e estabelecimento de ensino.

Como vimos no capítulo anterior, a preferência dos estudantes vai claramente para o ensino universitário (76,8 %) e para o ensino público (71,2 %). Na combinação entre subsistema e tipo de ensino, a sucessão das preferências vai do ensino universitário público (54,6 %) ao ensino

universitário privado (22,2 %); e do ensino politécnico público (17,6 %) ao ensino politécnico privado (5,6 %). Este é um traço consistente da procura dos estudantes da CPLP (*vide* Quadro 5.4.).

Quadro 5.4. Perfis de Procura

Subsistema e Tipo de Ensino por Nível de Formação		
	N.º	%
Ensino Universitário	11160	76,8
Ensino Público	7931	54,6
Curso de especialização tecnológica	1	0,0
Licenciatura	3001	20,7
Especializações	96	0,7
Mestrado integrado	893	6,1
Mestrado	2250	15,5
Doutoramento	1690	11,6
Ensino Privado	3229	22,2
Curso de especialização tecnológica	30	0,2
Licenciatura	2324	16,0
Mestrado integrado	247	1,7
Mestrado	492	3,4
Doutoramento	136	0,9
Ensino Politécnico	3372	23,2
Ensino Público	2554	17,6
Curso de especialização tecnológica	238	1,6
Licenciatura	2003	13,8
Especializações	3	0,0
Mestrado	310	2,1
Ensino Privado	818	5,6
Curso de especialização tecnológica	3	0,0
Licenciatura	414	2,8
Especializações	9	0,1
Mestrado	392	2,7
Total	14532	100,0

Se a este grupo de opções associarmos o nível de formação, verificaremos que a formação inicial (nomeadamente as Licenciaturas e Mestrados integrados) é a que atrai maior número de estudantes, em particular os cursos que conferem o grau de licenciado, que são os mais procurados, independentemente do subsistema ou tipo de ensino (*vide* Quadro 5.4.). Os inscritos nesses cursos são 53,3 % do total. Em todo o caso, deve notar-se que há mais estudantes de mestrado no ensino universitário público do que estudantes de licenciatura no ensino universitário privado ou no ensino politécnico público, para já não falar do ensino politécnico privado. De resto, a formação pós-graduada concentra-se nas universidades públicas, que atraem três quartos dos alunos matriculados neste nível de ensino (dois terços de todos os que frequentam cursos de mestrado e 92 % dos

inscritos em programas de doutoramento). Mais de metade dos nacionais de países da CPLP que estudam em universidades públicas portuguesas está inscrita na formação pós-graduada. Ao invés, nas universidades privadas, a pós-graduação preenche menos de um quinto da procura dos estudantes da CPLP.

Quando se introduz na equação, além do nível, também a área de formação, verifica-se o predomínio generalizado das «Ciências Sociais, Comércio e Direito». Esta área, que representa 44,4 % dos inscritos, domina em quase todos os tipos, subsistemas e graus, à excepção dos chamados mestrados integrados (programas conducentes à obtenção directa do grau de mestre), que possuem uma expressão disciplinar própria com incidência particular nas áreas de Engenharia, Arquitectura e Construção e Saúde; e ainda dos mestrados do ensino politécnico público (em que é a segunda área mais importante, apenas suplantada pela de «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção») e das licenciaturas e mestrados do ensino politécnico privado (em que se destacam respectivamente as áreas de saúde e de educação).

Entre os perfis de procura definidos pela combinação de quatro variáveis – subsistema, tipo de ensino, nível e área de formação – pertencem à área de «Ciências Sociais, Comércio e Direito» os cinco mais representativos: licenciaturas nas universidades privadas e públicas e nos institutos politécnicos públicos; mestrados e doutoramentos nas universidades públicas (*vide* Quadro 5.5.). No ensino universitário privado, essa área concentra 58 % dos inscritos (mais do que nas universidades públicas, onde chega mesmo assim a (51,5 %). As «ciências empresariais» (em especial nos institutos politécnicos públicos, mas também nas universidades), as ciências sociais e do comportamento (a nível de licenciatura e doutoramento) e o Direito (a nível de mestrado) são as subáreas mais relevantes. Se descermos ao nível dos cursos propriamente ditos, são o Direito e a Gestão, nas suas diversas modalidades (Gestão, Gestão de Empresas, Gestão de Recursos Humanos, etc.) que dominam largamente (embora a Psicologia tenha também um lugar de relevo).

Depois da área de «Ciências Sociais, Comércio e Direito», a mais procurada é a de «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção» (com 16 %), principalmente a nível de licenciatura (nos institutos politécnicos públicos) e mestrado integrado (nas universidades públicas), seguindo-se um conjunto de outras áreas com uma representatividade relativamente próxima («Artes e Humanidades», com 9,5 %; «Ciências, Matemática e Informática», com 8,8 %, e depois «Serviços», com 7 %, «Educação», com 6,8 % e «Saúde e Protecção Social» com 6,7 %).

Quadro 5.5. Principais Perfis da Procura
Subsistema e Tipo de Ensino, Nível e Área de Formação

	N.º	%
Ciências Sociais, Comércio e Direito - Licenciatura - Ensino Universitário - Privado	1610	11,1
Ciências Empresariais	675	4,6
Ciências Sociais e do Comportamento	461	3,2
Direito	377	2,6
Ciências Sociais, Comércio e Direito - Licenciatura - Ensino Universitário - Público	1434	9,9
Ciências Sociais e do Comportamento	682	4,7
Ciências Empresariais	461	3,2
Direito	235	1,6
Ciências Sociais, Comércio e Direito - Mestrado - Ensino Universitário - Público	1157	8,0
Direito	438	3,0
Ciências Sociais e do Comportamento	422	2,9
Ciências Empresariais	250	1,7
Ciências Sociais, Comércio e Direito - Licenciatura - Ensino Politécnico - Público	759	5,2
Ciências Empresariais	672	4,6
Ciências Sociais, Comércio e Direito - Doutoramento - Ensino Universitário - Público	598	4,1
Ciências Sociais e do Comportamento	262	1,8
Direito	157	1,1
Ciências Empresariais	139	1,0
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção - Licenciatura - Ensino Politécnico - Público	590	4,1
Engenharia e Técnicas Afins	379	2,6
Arquitectura e Construção	175	1,2
Ciências, Matemática e Informática - Licenciatura - Ensino Universitário - Público	556	3,8
Ciências Físicas	192	1,3
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção - Mestrado Integrado - Ensino Universitário - Público	501	3,4
Engenharia e Técnicas Afins	309	2,1
Arquitectura e Construção	190	1,3
Artes e Humanidades - Licenciatura - Ensino Universitário - Público	465	3,2
Humanidades	324	2,2
Artes	141	1,0
Artes e Humanidades - Mestrado - Ensino Universitário - Público	280	1,9
Humanidades	165	1,1
Ciências Sociais, Comércio e Direito - Mestrado - Ensino Universitário - Privado	264	1,8
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção - Licenciatura - Ensino Universitário - Público	258	1,8
Engenharia e Técnicas Afins	218	1,5
Saúde e Protecção Social - Licenciatura - Ensino Politécnico - Público	257	1,8
Saúde	226	1,6
Ciências, Matemática e Informática - Doutoramento - Ensino Universitário - Público	247	1,7
Artes e Humanidades - Doutoramento - Ensino Universitário - Público	243	1,7
Humanidades	175	1,2
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção - Licenciatura - Ensino Universitário - Privado	243	1,7
Engenharia e Técnicas Afins	161	1,1
Educação - Mestrado - Ensino Politécnico - Privado	242	1,7
Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	242	1,7
Ciências, Matemática e Informática - Mestrado - Ensino Universitário - Público	233	1,6
Serviços - Licenciatura - Ensino Politécnico - Público	206	1,4
Serviços Pessoais	139	1,0
Educação - Mestrado - Ensino Universitário - Público	202	1,4
Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	202	1,4
Educação - Doutoramento - Ensino Universitário - Público	200	1,4
Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	200	1,4
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção - Doutoramento - Ensino Universitário - Público	193	1,3
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção - Mestrado - Ensino Universitário - Público	177	1,2
Saúde e Protecção Social - Licenciatura - Ensino Politécnico - Privado	152	1,0
Saúde	140	1,0
Serviços - Licenciatura - Ensino Universitário - Privado	150	1,0
Saúde e Protecção Social - Mestrado Integrado - Ensino Universitário - Público	145	1,0
Saúde	145	1,0

Note-se que na área de «Saúde», são mais os inscritos em licenciaturas (de enfermagem ou tecnologias da saúde) no ensino politécnico (público e privado) do que em mestrados integrados (de medicina ou ciências médicas) das universidades públicas. É de salientar ainda que a maior parte dos matriculados na área de «Educação» são estudantes de pós-graduação, em mestrados e doutoramentos no ensino universitário público, mas mais ainda em mestrados de instituições politécnicas privadas, em especial de duas delas, aliás ligadas entre si: os Institutos de Ciências Educativas de Lisboa e Felgueiras, que atraem também alunos de mestrado em «ciências empresariais», isto é, em gestão (*vide* Quadro 5.6.).

Quadro 5.6. Principais Perfis de Procura
Subsistema e tipo de ensino, nível e área de formação e estabelecimento

		N.º	%
1	Ensino Universitário - Privado - Licenciatura - Ciências Sociais, Comércio e Direito Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	707	4,9
2	Ensino Universitário - Público - Licenciatura - Ciências Sociais, Comércio e Direito Universidade Aberta	385	2,6
3	Ensino Universitário - Privado - Licenciatura - Ciências Sociais, Comércio e Direito Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	276	1,9
4	Ensino Universitário - Público - Mestrado - Ciências Sociais, Comércio e Direito Universidade de Lisboa	269	1,9
5	Ensino Universitário - Público - Licenciatura - Ciências, Matemática e Informática Universidade de Coimbra	257	1,8
6	Ensino Universitário - Público - Doutoramento - Ciências Sociais, Comércio e Direito Universidade de Coimbra	219	1,5
7	Ensino Universitário - Público - Mestrado - Ciências Sociais, Comércio e Direito ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	212	1,5
8	Ensino Universitário - Público - Mestrado - Ciências Sociais, Comércio e Direito Universidade de Coimbra	204	1,4
9	Ensino Universitário - Público - Doutoramento - Ciências Sociais, Comércio e Direito ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	196	1,3
10	Ensino Politécnico - Público - Licenciatura - Ciências Sociais, Comércio e Direito Instituto Politécnico de Lisboa	180	1,2
11	Ensino Politécnico - Privado - Mestrado - Educação Instituto Superior de Ciências Educativas	180	1,2
12	Ensino Universitário - Público - Licenciatura - Ciências Sociais, Comércio e Direito Universidade Técnica de Lisboa	178	1,2
13	Ensino Universitário - Privado - Licenciatura - Engenharia Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	177	1,2
14	Ensino Universitário - Público - Licenciatura - Ciências Sociais, Comércio e Direito Universidade de Coimbra	167	1,1
15	Ensino Universitário - Público - Licenciatura - Artes e Humanidades Universidade de Coimbra	164	1,1
16	Ensino Politécnico - Público - Licenciatura - Engenharia Instituto Politécnico de Lisboa	160	1,1
	Total	3931	27,1

Esta última situação remete para uma característica da oferta das instituições privadas que é a maior concentração em certos níveis e áreas de formação, que contrasta de forma evidente com a dispersão que caracteriza a oferta das instituições públicas, em especial das universidades. Por este motivo, quando procedemos a uma combinação das variáveis fundamentais da procura (nível e área de formação e estabelecimento de ensino), apesar de, como vimos, a procura do ensino público universitário suplantar largamente a do ensino privado, há duas universidades particulares que aparecem em lugar de destaque como foco de procura de licenciaturas na área de «Ciências Sociais, Comércio e Direito», em especial nas áreas de «Ciências Empresariais (Gestão) e de Direito; são a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia e a Universidade Autónoma de Lisboa – Luís de Camões. A posição da Universidade Aberta, apesar de se tratar de uma instituição pública, é de certo modo semelhante, beneficiando ainda do facto de possibilitar a frequência dos seus cursos a distância, sem exigir a presença física dos estudantes.

A análise dos perfis de procura definidos pela combinação de cinco variáveis – subsistema e tipo de ensino, nível e área de formação e estabelecimento – identifica 16 perfis que representam cada um no mínimo 1 % e no conjunto menos de 4000 estudantes, isto é, apenas 27,1 % do total de nacionais da CPLP inscritos no ensino superior em Portugal. Revela-se, deste modo, uma considerável dispersão das suas opções a este nível (*vide* Quadro 5.6.).

A análise desagregada, através da combinação de níveis e áreas de formação, não deve porém ocultar as preferências institucionais dos estudantes da CPLP, que não são menos reveladoras da natureza das suas opções. Entre as 20 instituições mais procuradas, que atraem mais de 80 % dos inscritos, encontram-se 14 Universidades (3 das quais privadas) e 6 Institutos Politécnicos (1 privado). Duas instituições figuram em lugar de destaque, atraindo cada uma delas mais de 10 % dos estudantes (*vide* Quadro 5.7). São ambas universidades, mas com um perfil muito diferente: a Universidade de Coimbra, instituição pública, matriz do ensino superior em Portugal, com forte actividade ao nível da investigação científica e da formação pós-graduada, oferecendo um vasto leque de áreas e níveis de formação; e a Universidade Lusófona, instituição privada criada no contexto da massificação do ensino superior em Portugal, concentrando-se mais na formação inicial (é, de resto, a que capta maior número de alunos de licenciatura) e em algumas especialidades, mas desenvolvendo uma vocação específica para o acolhimento de estudantes dos países de Língua Portuguesa. Abaixo destes dois estabelecimentos de ensino superior, figuram as principais instituições universitárias públicas (Universidade de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, ISCTE-IUL e Universidade Nova de Lisboa), entre as quais as quatro sediadas na capital e ainda o Instituto Politécnico de Lisboa, e só depois duas outras universidades particulares (a Universidade Autónoma de Lisboa e a Universidade Católica Portuguesa) e alguns institutos politécnicos, todos públicos à excepção do Instituto de Ciências Educativas que baseia a sua oferta em mestrados nas áreas de gestão e de formação de professores.

Quadro 5.7. As vinte instituições mais procuradas pelos estudantes da CPLP

Universidade de Coimbra	1611	11,1%
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	1468	10,1%
Universidade de Lisboa	994	6,8%
Universidade Técnica de Lisboa	798	5,5%
Universidade do Porto	687	4,7%
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	674	4,6%
Universidade Nova de Lisboa	667	4,6%
Universidade do Minho	626	4,3%
Universidade Aberta	558	3,8%
Instituto Politécnico de Lisboa	501	3,4%
Universidade de Aveiro	489	3,4%
Universidade de Évora	421	2,9%
Universidade Católica Portuguesa	405	2,8%
Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	374	2,6%
Instituto Superior de Ciências Educativas	280	1,9%
Instituto Politécnico do Porto	272	1,9%
Instituto Politécnico de Coimbra	261	1,8%
Universidade do Algarve	248	1,7%
Instituto Politécnico de Setúbal	236	1,6%
Instituto Politécnico de Leiria	215	1,5%
Total	11785	81,1%

A identificação dos principais perfis de procura remete para uma relação de natureza pós-colonial. O peso na procura dos estudantes da CPLP de áreas de formação em que, é particularmente relevante a subsistência de dimensões comuns do contexto cultural e institucional, herdadas da experiência colonial, como é o caso das ciências sociais e, em especial, do Direito indiciam a eficácia dos vínculos pós-coloniais como fundamento da opção pelo prosseguimento de um percurso de formação superior em Portugal. Não se trata apenas de oportunidades diferentes entre países com fortes disparidades de níveis de desenvolvimento, que convocariam os estudantes de preferência para formações de cariz mais científico e técnico que, não deixando de ser escolhidas, são opções muito menos frequentes. Trata-se do resultado de uma relação com espessura histórica e cultural para que aponta também a capacidade de atracção da Universidade de Coimbra, cujo prestígio, independentemente dos seus méritos próprios, assenta em boa parte numa legitimação mais histórica e cultural, do que técnica ou científica, em sentido estrito, que opera não apenas nos países africanos de língua portuguesa, mas mais ainda no Brasil.

5.3. Condições de acesso e ingresso no ensino superior

Existem diversas vias pelas quais os estudantes, nacionais e estrangeiros, podem ingressar no sistema de ensino superior em Portugal. Como se sabe, a entrada é regulada pelo Estado, que determina os requisitos mínimos de acesso e fixa o número de vagas dos cursos de formação inicial oferecidos por todas as instituições, públicas ou privadas, universitárias ou politécnicas, estabelecendo ainda diferentes regimes de ingresso nas instituições públicas, nomeadamente o chamado concurso nacional de acesso. Estes regimes são abertos aos estudantes estrangeiros que queiram frequentar o ensino superior em Portugal, desde que cumpram os respectivos preceitos, prevendo-se inclusivamente condições propícias a esse cumprimento, como por exemplo a admissibilidade de habilitações de acesso ou de provas de ingresso realizadas no estrangeiro. A abertura da possibilidade de transferência e de reconhecimento dos créditos obtidos em instituições estrangeiras é também uma condição favorável. Finalmente, existem regimes de ingresso, aprovados no quadro de políticas de cooperação internacional, que são especialmente dirigidos a estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente aos seus bolseiros, ou a nacionais de Timor-Leste.

Quadro 5.8. Acesso e ingresso no ensino superior - Formação inicial(a)

Regime de ingresso	Grau anterior obtido em Portugal		Grau anterior obtido no estrangeiro		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Regime geral de acesso	515	36,3	199	15,4	714	26,3
Provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos (DL n.º 64/2006)	343	24,2	218	16,8	561	20,7
Transferência (Portaria n.º 401/2007)	101	7,1	453	35,0	554	20,4
Bolseiros nacionais de países africanos de expressão portuguesa (Portaria n.º 854-B/99)	201	14,2	202	15,6	403	14,8
Mudança de curso (Portaria n.º 401/2007)	155	10,9	185	14,3	340	12,5
Titulares de cursos médio e superiores	45	3,2	22	1,7	67	2,5
Titulares de diploma de especialização tecnológica (Portaria n.º 393/2002)	49	3,5	0	0,0	49	1,8
Funcionários estrangeiros de missão diplomática e seus familiares (Portaria n.º 854-B/99)	2	0,1	8	0,6	10	0,4
Naturais e filhos de naturais de Timor Leste (Portaria n.º 854-B/99)	5	0,4	4	0,3	9	0,3
Cidadãos portugueses bolseiros no estrangeiro ou funcionários públicos em missão oficial no estrangeiro e seus familiares (Portaria n.º 854-B/99)	1	0,1	4	0,3	5	0,2
Acesso especial ao curso de Medicina por licenciados num dos domínios constantes de elenco aprovado pelo órgão científico da faculdade de medicina	1	0,1	1	0,1	2	0,1
Funcionários portugueses de missão diplomática e seus familiares (Portaria n.º 854-B/99)	1	0,1	0	0,0	1	0,0
Total	1419	100,0	1296	100,0	2715	100,0

(a) Inscritos no 1.º ano de cursos de formação inicial pela primeira vez, excluindo Cursos de Especialização Tecnológica (CET)

A observação das formas de ingresso dos estudantes oriundos de países da CPLP permite identificar dois perfis diferentes, consoante completaram o grau anterior (que lhes dá acesso ao ensino superior) em Portugal ou num país estrangeiro. Efectivamente, aqueles que obtiveram as habilitações de acesso em Portugal ingressam em primeiro lugar (36,3 %) através do regime geral, isto é, através do concurso nacional, ou de um concurso local ou institucional, enquanto apenas 15,4 % dos que concluíram o grau anterior no estrangeiro entram por esta via, ingressando principalmente através de transferência (35 %), o que significa que já frequentavam o ensino superior fora de Portugal (*vide* Quadro 5.8.). Entre os que adquiriram as habilitações anteriores em Portugal, perto de um quarto dos estudantes ingressaram através das provas especiais para maiores de 23 anos.

Os regimes especiais criados propositadamente para facilitar a entrada no ensino superior português aos estudantes nacionais dos Países Africanos de Língua Portuguesa e de Timor Leste acabam por aproveitar a apenas alguns. É entre os Santomenses que é maior a proporção dos que acedem ao ensino superior através desses regimes (46,2 %), seguindo-se os Guineenses (35,8 %), os Cabo-verdianos (34,4 %), os Timorenses (32,1 %), os Moçambicanos (31,8 %) e finalmente os Angolanos (1,7 %) que quase só excepcionalmente usufruem das facilidades que lhes são concedidas, ingressando pelas mesmas vias, de carácter geral, através das quais entram também os estudantes portugueses.

Quadro 5.9. Bolseiros – Formação Inicial (a)

Países	Bolseiros		Candidatos		Não bolseiros		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Angola	71	3,1	51	2,2	2173	94,7	2295
Brasil	78	3,0	142	5,5	2352	91,4	2572
Cabo Verde	291	10,7	74	2,7	2357	86,6	2722
Guiné-Bissau	61	16,9	18	5,0	281	78,1	360
Moçambique	55	14,0	15	3,8	324	82,2	394
São Tomé e Príncipe	158	21,9	31	4,3	531	73,8	720
Timor Leste	10	11,2	4	4,5	75	84,3	89
Total	724	7,9	335	3,7	8093	88,4	9152

(a) Cursos de formação inicial, incluindo Cursos de Especialização Tecnológica (CET)

No caso dos estudantes originários dos PALOP, o facto de só uma pequena parte usufruírem de uma bolsa de estudo impede muitos de beneficiarem do regime especial de acesso. São poucos, de facto, mesmo entre os oriundos dos PALOP, os estudantes da CPLP que recebem uma bolsa – de entidade pública ou particular, nacional ou estrangeira – não chegando a 8 %, entre os que ingressam como tal e os que se identificam como bolseiros em resposta ao inquérito. A diferença entre nacionais dos diferentes países é assinalável, entre os Santomenses, dos quais mais de 20 % são bolseiros, e os Angolanos e Brasileiros, entre os quais só 3 % o são. O apoio ao ingresso e à frequência através da

concessão de bolsas está portanto longe de ser uma condição necessária para os jovens da CPLP acederem ao ensino superior português (*vide* Quadro 5.9.).

5.4. Perfis pessoais e perfis de procura

Examinadas separadamente, por um lado, as características sociodemográficas dos estudantes da CPLP que frequentam o ensino superior em Portugal e, por outro, as suas opções, em matéria de nível, área e instituição de formação, cabe agora associar os resultados dessas observações, no sentido de recortar os perfis globais mais característicos (*vide* Quadro 5.10.).

- (1) Recorde-se que a análise dos dados permitiu identificar as mulheres brasileiras, solteiras, com 23-29 anos como o grupo mais representativo. Estudam principalmente em universidades (83,4 %), públicas (67 %), onde frequentam cursos da área de «Ciências Sociais, Comércio e Direito» e, embora em menor escala, também de «Artes e Humanidades». Procuram mais a formação pós-graduada (mestrados, em especial) do que as licenciaturas. As mais jovens, com menos de 23 anos, fazem globalmente as mesmas opções, salvo, como é natural, quanto aos níveis de formação, pois mais de 80 % inscrevem-se em cursos de licenciatura. A Universidade de Coimbra e a Universidade de Lisboa são as instituições preferidas pelas estudantes brasileiras, no caso das mais jovens a preferência pela mais antiga universidade portuguesa é muito vincada (atrai 34,7% das estudantes brasileiras com menos de 23 anos).
- (2) Entre as jovens cabo-verdianas, que formam o segundo grupo mais representativo, as opções são um tanto diferentes. O ensino politécnico merece a preferência de 46 % das que têm menos de 23 anos e de 30 % das que têm entre 23 e 29 anos, que se encontram maioritariamente matriculadas (umas e outras) em cursos de licenciatura. No segundo escalão etário (23-29 anos), o ensino universitário privado (em particular, a Universidade Lusófona) representa uma opção para um terço das estudantes. As áreas científicas preferidas são, como sempre, a de «Ciências Sociais, Comércio e Direito», mas também, o que constitui uma escolha mais específica deste grupo, as áreas de «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção», de «Saúde e Protecção Social» e de «Ciências, Matemática e Informática». A Universidade Lusófona, a Universidade Católica e vários institutos politécnicos públicos são as instituições que acolhem um maior número de estudantes do sexo feminino nacionais de Cabo-Verde.
- (3) Num terceiro grupo, incluímos os brasileiros jovens do sexo masculino. Deve sublinhar-se, que no escalão etário dos 23-29 anos, os estudantes fazem muitas opções comuns independentemente do género, preferindo as universidades públicas (pela mesma ordem: Coimbra, Lisboa, Porto, Minho, etc.) e a formação pós-graduada. As diferenças afloram no que às áreas científicas diz respeito, não tanto a nível de licenciatura e mestrado, onde prevalecem a de «Ciências Sociais, Comércio e Direito» e depois a de «Artes e Humanidades», mas a nível de

mestrado integrado e doutoramento, em que a «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção» adquire uma posição relevante. Entre os mais jovens, com menos de 23 anos, que se inscrevem sobretudo em cursos de licenciatura (83,5 %) nota-se uma rara preferência pela área de «Ciências, Matemática e Informática» (com 28 %), que frequentam sobretudo na Universidade de Coimbra. Neste caso, esta área de formação fica claramente acima da área dominante de «Ciências Sociais, Comércio e Direito» (21 %), que se encontra quase a par da de «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção» (20 %).

- (4) No grupo dos jovens cabo-verdianos do sexo masculino, também encontramos com frequência escolhas comuns às que fazem as estudantes da mesma idade. Este grupo encontrou uma alternativa real para as universidades públicas (embora estas acolham 44,2 % dos alunos), tanto nas universidades particulares (24 %), como nos institutos politécnicos públicos (30 %). Neste último subsistema, a primazia, no que se refere às áreas científicas, vai, tanto a nível da licenciatura como do mestrado, para a «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção». Do mesmo modo, é muito significativo o número dos que ingressam nos mestrados integrados dessa área, que figura em segundo ou terceiro lugar na ordem das escolhas dos que frequentam mestrados e licenciaturas nas universidades, onde, apesar de tudo, predomina a área de «Ciências Sociais, Comércio e Direito». Estas tendências acentuam-se no caso dos estudantes mais jovens. Para estes, como acontece com as suas compatriotas do sexo feminino, o peso do ensino politécnico eleva-se a mais de 40 % e o do ensino universitário particular reduz-se reciprocamente a 16 %. As áreas científicas de «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção» e de «Ciências, Matemática e Informática» atraem também uma fracção superior destes jovens. No que diz respeito às instituições, as escolhas caracterizam-se por uma considerável dispersão, pois nenhum dos estabelecimentos chega a atrair 10 % dos estudantes. Seja como for, a Universidade Lusófona (no escalão etário 23-29 anos), a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade Católica Portuguesa são as instituições que acolhem maior número de estudantes deste grupo.
- (5) Finalmente, com um último grupo, formado pelos jovens angolanos dos dois sexos com 23 a 29 anos de idade, fechamos os dez perfis pessoais mais representativos. Neste caso, é de assinalar a menor importância das universidades públicas e inversamente o peso do ensino universitário particular que acolhe 52 % dos estudantes do sexo feminino e 45 % dos do sexo masculino e do ensino politécnico público (que atrai 23 e 20 % dos estudantes respectivamente). A área de «Ciências Sociais, Comércio e Direito» domina em todos os tipos de ensino e níveis de formação, à excepção das licenciaturas e mestrados do ensino politécnico, entre os estudantes do sexo masculino, em que predomina a área de «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção». As preferências institucionais deste grupo são semelhantes às dos estudantes cabo-

verdianos, integrando-se a Universidade Autónoma de Lisboa entre os estabelecimentos mais procurados.

Quadro 5.10. Principais Perfis Pessoais e de Procura

Elementos de análise comparativa

País	Sexo	Idade	Subsistema	Grau	Área de Formação	Instituição
Brasil	F	23-29	Univ Púb 67% Polit Púb 17 % Univ Priv 16 %	Mest 42 % Lic 39 % Dout 12 %	Ciências Soc, Com e Dir 45% Artes e Humanidades 16 % Ciências, Mat e Inform 9%	Univ Coimbra 20 % Univ Lisboa 13 % Univ Porto 9%
		< 23	Univ Púb 62,5 % Polit Púb 25 % Univ Priv 12,5 %	Lic 84% Mest int 7%	Ciências Soc, Com e Dir 28% Artes e Humanidades 22 % Ciências, Mat e Inform 18%	Univ Coimbra 35 % Univ Lisboa 7 % Univ Nova Lisboa 5%
	M	23-29	Univ Púb 75 % Polit Púb 12 % Univ Priv 12 %	Mest 38% Dout 15 % Lic 37%	Ciências Soc, Com e Dir 38% Engenharia 18% Artes e Humanidades 17%	Univ Coimbra 25 % Univ Lisboa 12 % Univ Porto 9 %
		< 23	Univ Púb 70 % Polit Púb 20 % Univ Priv 9 %	Lic 84% Mest int 7%	Ciências, Mat e Inform 28% Ciências Soc, Com e Dir 21 % Engenharia 20 %	Univ Coimbra 41 % Univ Lisboa 5 % Univ Nova Lisboa 4%
Cabo Verde	F	< 23	Polit Púb 44 % Univ Púb 39 % Univ Priv 15 %	Lic 81 % Mest int 10 %	Ciências Soc, Com e Dir 45 % Engenharia 18 % Saúde 7%	Inst Polit Lisboa 8% Univ Técnica Lisboa 7% Univ Católica 6 %
		23-29	Univ Púb 37 % Univ Priv 33 % Polit Púb 26 %	Lic 68% Mest 20 %	Ciências Soc, Com e Dir 55 % Engenharia 13 % Saúde 7%	Univ Lusófona 17 % Univ Técnica Lisboa 7% Univ Católica 5 %
	M	23-29	Univ Púb 44 % Polit Púb 30 % Univ Priv 24 %	Lic 59% Mest int 19 %	Engenharia 40% Ciências Soc, Com e Dir 29 % Ciências, Mat e Inform 13%	Univ Lusófona 9 % Univ Técnica Lisboa 8% Univ Católica 7 %
		< 23	Univ Púb 42 % Polit Púb 41% Univ Priv 16 %	Lic 74 % Mest int 19 %	Engenharia 45% Ciências Soc, Com e Dir 26 % Ciências, Mat e Inform 14%	Univ Técnica Lisboa 9% Univ Católica 8 % Inst Polit Bragança 7%
Angola	M	23-29	Univ Priv 45 % Univ Púb 36 % Polit Púb 14%	Lic 65 % Mest 22 % Mest int 10 %	Ciências Soc, Com e Dir 51 % Engenharia 27% Ciências, Mat e Inform 9%	Univ Lusófona 24% Univ Técnica Lisboa 7% Univ Autónoma 7%
	F	23-29	Univ Priv 52 % Univ Púb 25 % Polit Púb 13% Polit Priv 10%	Lic 70 % Mest 21 % Mest int 7 %	Ciências Soc, Com e Dir 66 % Engenharia 10 % Saúde 7%	Univ Lusófona 24% Univ Autónoma 11% Univ Técnica Lisboa 6%

Os resultados da observação prestam-se a uma análise comparativa que nos permitiu detectar a associação entre determinados atributos pessoais ou características sociodemográficas e certas escolhas ou perfis de procura. Para este fim, é útil recorrer ao método comparativo, tal como foi desenvolvido a partir da formalização de John Stuart Mill, em *A System of Logic*, no sentido de analisar os casos segundo as suas semelhanças ou diferenças significativas (cruciais ou específicas)²². Desse modo, será possível propor um modelo que, a partir das variáveis de caracterização pessoal,

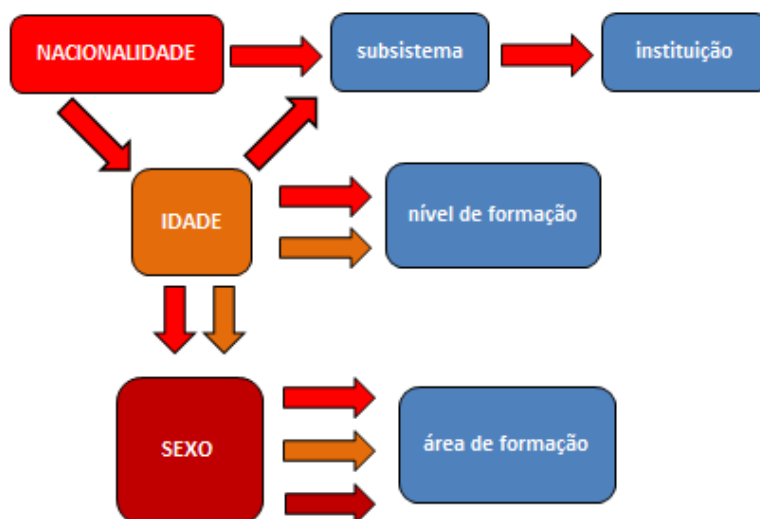
²² Sobre o método comparativo e a sua aplicação nas ciências sociais, *vide* Ragin, 1987 e Skocpol, 1984: 378-379.

tomadas como variáveis independentes, sugira possibilidades de compreensão das opções tomadas pelos estudantes da CPLP quanto a níveis, áreas e instituições de formação, enquanto variáveis dependentes.

A primeira das variáveis a considerar, a nacionalidade, condiciona (determina ou limita) a escolha do subsistema. Enquanto os nacionais do Brasil, independentemente de outras características (sexo, idade), privilegiam largamente o subsistema universitário público e os nacionais de Angola manifestam preferência pelo ensino universitário privado, os nacionais de Cabo Verde repartem as suas escolhas de forma mais equilibrada entre esses dois subsistemas e um terceiro, o ensino politécnico público. Este padrão reflecte-se directamente na escolha das instituições: universidades públicas, com a Universidade de Coimbra à cabeça, para os brasileiros; universidades privadas com a Universidade Lusófona à cabeça, para os Angolanos; institutos politécnicos públicos (em primeiro lugar o de Lisboa), universidades públicas (Universidade Técnica de Lisboa) e privadas (Universidade Lusófona e Universidade Católica), para os cabo-verdianos. Neste último caso, a nacionalidade não opera directamente, mas indirectamente, através da idade. Embora as universidades públicas atraíam uma fracção significativa dos estudantes cabo-verdianos, essa fracção é inferior a metade. Entre os outros, os mais jovens, de ambos os sexos, orientam-se em boa parte para os institutos politécnicos públicos, enquanto os do segundo escalão etário recorrem às universidades privadas. Significa isto que, no interior da nacionalidade cabo-verdiana (semelhança) a idade opera como diferença específica condicionando a opção pelo sistema de ensino.

Figura 5.1. – Modelo de Análise

As relações entre as variáveis independentes e dependentes



Nacionalidade e idade estão também associadas na determinação da escolha do nível de formação: a preferência pela formação pós-graduada cabe aos brasileiros (de ambos os sexos) com mais de 23 anos. Nesse mesmo escalão etário, cabo-verdianos e angolanos preferem a formação inicial, distinguindo-se muito menos dos mais jovens do que os brasileiros.

Nacionalidade, directa ou indirectamente, e idade, em associação com a nacionalidade, são variáveis eficazes para a compreensão das escolhas em matéria de subsistema de ensino e de nível de formação. A idade influencia ainda a selecção da área de formação, operando, porém, no interior da diferença específica mais eficaz que condiciona essa opção: o sexo. Efectivamente, nota-se uma dissemelhança nas opções entre géneros quanto à área disciplinar de estudo. Por trás da preeminência quase generalizada da área de «Ciências Sociais, Comércio e Direito», uma análise mais minuciosa permite identificar contrastes significativos entre as opções dos estudantes dos dois sexos. Não só a predominância da área dominante não é tão forte entre os estudantes do sexo masculino, como a sua primeira escolha pode recair sobre outra área (como a «Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção» no caso dos cabo-verdianos; ou as «Ciências, Matemática e Informática» no caso dos brasileiros mais jovens), como a segunda área mais procurada é outra («Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção» em vez de «Artes e Humanidades»), reforçando-se geralmente o peso das áreas científicas e técnicas. Estas são mais escolhidas pelos menores de 23 anos em cada um dos dois sexos, pelo que deve assinalar-se, na sequência do que acima se disse, que, embora a um nível inferior, a idade também influencia a escolha das áreas de formação, constituindo, no caso dos estudantes brasileiros, a diferença específica que permite compreender a disparidade das opções.

Pode portanto concluir-se da análise dos dados que foram sendo construídos ao longo do presente capítulo que as variáveis sociodemográficas que aqui foram consideradas ajudam a compreender, directa ou isoladamente, de forma mediada, ou em associação, os diversos padrões de procura que a análise de outras variáveis permitiu apurar. Será possível encontrar ainda outras variáveis, de natureza mais vincadamente sociológica, que nos permitam caracterizar os estudantes da CPLP e as suas opções?

CAPÍTULO VI - CONTRIBUTO PARA UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS ESTUDANTES DA CPLP NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

6.1. Problemas de uma caracterização socioeconómica

Uma das ambições do presente estudo é contribuir para uma caracterização socioeconómica do universo de estudantes originários de países da CPLP no ensino superior português e em particular dos estudantes de doutoramento, não apenas no sentido de ficar a conhecer os seus atributos, mas de compreender como o recrutamento desses estudantes se enquadra nos processos de reprodução e mobilidade social. Na última edição do inquérito aos inscritos no ensino superior (2011/2012) que constitui a fonte privilegiada deste trabalho, as informações recolhidas permitem, em princípio, proceder a essa caracterização. A inclusão de questões relativas à inserção profissional do próprio estudante e dos seus progenitores e às habilitações escolares destes últimos facilitaria a identificação dos perfis sociológicos desses estudantes.

Contudo, a forma de inquirição e as taxas de resposta, que ficam muito longe do universo dos inquiridos, reduzem o significado da informação estatística recolhida. A percentagem dos que respondem de forma significativa a uma questão fundamental para qualquer caracterização das origens sociais ou económicas – a profissão do pai dos alunos – não vai além de 30 %. Na medida em que o instrumento de inquirição, embora apresente um elenco de categorias profissionais que aparentemente se pretende exaustivo, admite respostas não substantivas («desconhece» ou «outra situação»), a informação que pode ser usada, isto é, o conjunto de respostas com base nas quais pode desenvolver-se a análise sociológica, fica muito longe do universo de estudantes inquiridos. E se, para efeito do objectivo enunciado no começo deste capítulo, tomarmos como indicador não apenas uma variável, mas uma combinação de variáveis – designadamente a profissão, a situação na profissão e o nível de habilitações escolares dos pais – quedamo-nos com um universo de observação que é um segmento menor do universo de referência. Acresce que não podemos considerar legitimamente que esse segmento constitui uma amostra representativa do conjunto. É provável que a taxa de resposta relativamente ao nível escolar do pai seja tanto mais baixa quanto mais baixo for esse nível. O mesmo poderá dizer-se relativamente à profissão. É também plausível que esta seja omitida com maior frequência quando se trata de uma ocupação menos valorizada, de um ponto de vista material e simbólico, aos olhos do próprio inquirido.

Assim, não será possível extrapolar, nem para o universo de estudantes da CPLP, nem para os demais, as conclusões que se possam extrair da análise das informações relativas ao segmento que as forneceu através das suas respostas. Por isso mesmo, essa análise deve ser entendida apenas como um contributo, de certa forma exploratório, para o conhecimento de alguns aspectos da composição social dos estudantes da CPLP no ensino superior em Portugal. Por isso mesmo, também, optou-se

por separar essa caracterização socioeconómica da identificação dos perfis principais desses estudantes, realizada com base em informação relativa ao seu universo.

Os riscos apontados são ainda ampliados pela escolha das categorias utilizadas na arrumação das respostas. Se, do ponto de vista do nível escolar, a classificação é clara e discriminativa, a classificação das profissões apresenta alguns problemas, o menor dos quais não será por exemplo a impossibilidade de distinguir entre trabalhadores não qualificados dos diferentes sectores de atividade económica, nomeadamente da agricultura e dos demais sectores. Além disso, a classificação das «situações na profissão» e o cruzamento dessa classificação com a das profissões apresentam dificuldades suplementares²³.

Apesar de todas estas dificuldades, e desde que elas não sejam escamoteadas, as informações recolhidas justificam, pela sua riqueza, um tratamento que constituirá certamente um contributo para a caracterização socioeconómica dos estudantes da CPLP e para o seu posicionamento relativamente aos processos de reprodução e de mobilidade social. Para tanto, a análise comparativa poderá produzir resultados elucidativos, confrontando, em primeiro lugar, os estudantes nacionais de países da CPLP e os portugueses e, depois, tomando grupos diferentes entre os próprios estudantes da CPLP. Um dos objetivos fundamentais deste trabalho consiste justamente na comparação entre, por um lado, aqueles que já residiam em Portugal antes de iniciarem os seus estudos superiores, fazendo parte das comunidades residentes, e, por outro lado, aqueles que se deslocaram expressamente para frequentar o ensino superior em Portugal. Postulou-se como hipótese principal deste trabalho, que os residentes (isto é, imigrantes ou descendentes das comunidades de imigrantes dos países de língua portuguesa) teriam um perfil socioeconómico inferior ao daqueles que se deslocaram especialmente para estudar em Portugal.

A definição de tal perfil é baseada nas origens socioprofissionais e no nível das habilitações escolares dos pais. Construiu-se um indicador da posição socioeconómica por meio do cruzamento de três variáveis de caracterização social do pai do estudante: profissão; situação na profissão e nível escolar. Procurámos, pois, com esse indicador, integrar situação socioprofissional e situação socioeducativa que geralmente são apresentadas de forma separada. Para operacionalizar este indicador, mobilizando a informação estatística disponível, foi necessário tomar um conjunto de opções de carácter metodológico nas quais não nos deteremos agora uma vez que se encontram expostas de forma pormenorizada em anexo²⁴. Bastará dizer aqui que se criou uma tabela de conversão entre as posições socioeconómicas determinadas pelo referido indicador e o esquema das classes sociais proposto por John Goldthorpe e Robert Eriksson²⁵.

²³ Vide Anexos J e K.

²⁴ Vide Anexo K.

²⁵ Goldthorpe (1980), Goldthorpe & Eriksson (1993). Para a tabela de conversão *vide* o Anexo K.

A opção por este esquema, a que Manuel Villaverde Cabral (1988:384-386) já recorreu para análise da mobilidade social em Portugal, ficou a dever-se à sua maior proximidade relativamente às categorias da classificação portuguesa de profissões utilizadas no inquérito, quando cruzadas com a situação na profissão, e à profundidade da escala que utiliza e portanto à sua maior capacidade discriminativa, permitindo distinguir entre sectores de atividade e considerar especificamente, pelo menos em parte, por exemplo, os trabalhadores do sector agrícola²⁶. Ao criar um lugar próprio para os pequenos proprietários e artesãos com ou sem empregados, o esquema de Goldthorpe permite acomodar melhor que nenhum outro as posições dos trabalhadores por conta própria nas profissões de nível intermédio. Não fica portanto tão fechado como outros numa análise estritamente estrutural – ainda que a incorpore – mostrando-se mais flexível pois toma em consideração a natureza das ocupações, os níveis e sectores de atividade. Ainda que pensado para conceptualizar a estrutura de classes das sociedades industriais, pareceu mais adaptado às sociedades em análise, isto é, às sociedades dos países da CPLP e de Portugal, onde os trabalhadores independentes com empregados ou isolados (e portanto também os pequenos proprietários e empresários) têm uma maior relevância. Nos países africanos, os empregos assalariados, apesar do seu crescimento, são uma pequena parte dos novos empregos e por maioria de razão do conjunto dos postos de trabalho, uma vez que a economia informal desempenha um papel decisivo (enquadrando grande parte da população, nomeadamente jovem, o que também se verifica no Brasil)²⁷. Nesse sentido, e também porque foi especificamente concebido para a análise da mobilidade social, que constitui um dos principais objetos deste trabalho, o esquema de Goldthorpe afigurou-se o esquema teórico mais adequado aos propósitos deste trabalho.

6.2. Reprodução e mobilidade social

A obtenção de um diploma do ensino superior constitui nas sociedades contemporâneas uma forma de credenciação que confere vantagens tanto materiais, garantindo melhores oportunidades de acesso a algumas das posições mais bem remuneradas no mercado de trabalho – algumas das quais estão mesmo reservadas aos portadores desses títulos –, como simbólicas, atribuindo-lhes mais prestígio e estima social. O valor social dos diplomas depende em larga medida da sua escassez relativa.

Nas sociedades industriais avançadas, em que o conhecimento adquire uma relevância crescente, embora a criação de postos de trabalho qualificados (e a correlativa destruição de empregos indiferenciados) cresça a um ritmo intenso, o crescimento do número de diplomados foi ainda mais rápido, em resultado do aumento da procura social e de políticas públicas que respondem à pressão para alargamento da oferta correspondente. Assim, assiste-se a uma frustração das expectativas de

²⁶ Deve sublinhar-se que a versão da classificação portuguesa das profissões usada no questionário não permite distinguir entre sectores de atividade ao nível dos trabalhadores não qualificados.

²⁷ African Economic Outlook (2012); BIT (2012).

muitos diplomados e a uma banalização dos diplomas que engendra a sua desvalorização relativa e vem reforçar, por sua vez, a diferenciação – e a hierarquização – entre instituições e áreas de formação, induzindo ainda uma busca de qualificações superiores, a nível de pós-graduação. Esta diferenciação e esta busca exprimem-se cada vez mais no espaço internacional.

A internacionalização do ensino superior e a mobilidade estudantil resultam assim da conjugação entre duas linhas estratégicas, a das instituições e dos próprios sistemas académicos regionais ou nacionais de ensino superior no sentido de captar mais e melhores alunos e a dos próprios estudantes e a das suas famílias que alargam o horizonte da sua ação, aproveitando todas as oportunidades que se lhes apresentam à escala global num mundo altamente competitivo. A mobilidade internacional constitui portanto um dos recursos que os estudantes podem mobilizar no sentido de diferenciar e valorizar o seu percurso formativo, usando o espaço social à escala global e as oportunidades que nele se geram (no ensino superior e eventualmente também no mercado de trabalho) na prossecução dos seus objetivos de reprodução ou promoção social. De certa forma, o alargamento do horizonte geográfico da ação pode encurtar as distâncias no espaço social – no sentido que lhe emprestou Pierre Bourdieu (1980, 1989) – facultando recursos que poderão facilitar o acesso a posições sociais mais vantajosas.

Se é certo que este contexto se configura de modo diferente em sociedades onde a expansão do ensino superior foi limitada e onde existe ainda uma grande carência de diplomados, a verdade é que a questão do desemprego jovem assume proporções dramáticas, atingindo também os mais qualificados (BIT, 2012). Embora o problema seja mais aflitivo no Norte de África do que na África subsaariana, num país como Cabo Verde, em 2011, a taxa de desemprego era mais elevada entre os diplomados (16,8 %) e titulares do ensino secundário (19,4 %) do que a média nacional (12,2 %) ²⁸. Assim, não só por causa do carácter lento e tardio do desenvolvimento do ensino superior, nessas sociedades, as elites e os grupos em trajetórias ascendentes há muito integraram os percursos de mobilidade estudantil internacional nas suas estratégias de reprodução e mobilidade social. Não se trata apenas de contornar a escassez da oferta e as eventuais dificuldades de acesso no país de origem. Trata-se de explorar o valor acrescentado produzido pela qualidade e notoriedade de uma formação completada numa instituição de prestígio (ou num sistema regional ou nacional prestigiado), num cenário de crescente polarização social (BIT, 2012: 25). O crescimento do desemprego entre jovens diplomados na maior parte dos países africanos, a que se aludiu, vem reforçar essa dimensão internacional, de uma forma que é apenas aparentemente paradoxal.

Todavia, esta possibilidade não está acessível a todos, mas apenas àqueles que dispõem de recursos (próprios ou proporcionados por redes em que se integram), em termos de capital cultural, social ou económico (Bourdieu, 1989), que lhes permitem obter a informação sobre as instituições e os cursos de maior prestígio ou que asseguram melhores oportunidades, que lhes facultam o acesso a

²⁸ Taxa de Desemprego por nível de instrução IE-2011, Observatório do emprego de Cabo Verde, 2012.

diferentes apoios e lhes asseguram as condições indispensáveis para a respetiva frequência, entre as quais as de carácter financeiro. Estas circunstâncias não podem deixar de condicionar a caracterização socioeconómica dos estudantes que se deslocam para prosseguir estudos superiores no estrangeiro, e em particular os estudantes da CPLP.

Embora, como antes se referiu, nem todos tomem o rumo de Portugal, são muitos os que o preferem como destino, escolha que de resto se encontra facilitada pela própria organização do tráfego aéreo e pelo funcionamento de redes familiares (Constant & Tien, 2009). Um estudo comparativo das migrações de jovens africanos qualificados para as antigas potências coloniais em 1990-2001 veio sublinhar a importância de fatores como os vínculos históricos, os «vestígios coloniais» na designação dos autores, e a língua comum na opção pelo destino da emigração. O estudo destaca o forte magnetismo de Portugal, em particular tendo em consideração o nível relativo de riqueza do país (que costuma ser um dos fatores de escolha), um magnetismo superior, em termos proporcionais, ao das demais potências coloniais, por exemplo o Reino Unido (Constant & Tien, 2009). No entanto, como também se referiu, nem todos os estudantes da CPLP em Portugal são estudantes internacionais, isto é, que vieram especialmente para frequentar o ensino superior. Muitos são imigrantes ou descendentes de imigrantes, que podem inclusivamente ter nascido em Portugal²⁹. A própria referência às redes, que se baseiam nas relações de parentesco, de amizade e de conhecimento, e ao seu peso como fator de atração e como facilitadoras da integração social, remete para a importância das comunidades de imigrantes.

Esta dupla realidade, entre estudantes internacionais e imigrantes, solicita, como antes se referiu, uma análise comparativa no sentido de distinguir entre uns e outros e de apurar as características específicas destes dois grupos. Não sendo o único este é um dos fatores que estruturam a abordagem constante deste capítulo.

6.3. Nível socioeducativo e reprodução social

A observação do nível socioeducativo dos pais dos estudantes da CPLP em Portugal revela o peso significativo das habilitações mais elevadas, ao nível dos ensinos superior e secundário. Para esse universo, esses graus representam 53,1 % e 47,6 %, respetivamente para os pais e para as mães, o que demonstra o carácter socialmente seletivo do recrutamento, tendo em atenção que as taxas de titulares desses níveis de habilitação nos países de origem são muito baixos (*vide* Quadro 6.1.). Cerca de 30 % têm o pai ou a mãe com uma graduação do ensino superior. Atendendo ao que se conhece das sociedades dos países de origem (e mesmo das comunidades imigrantes), não surpreende que a proporção de pais com habilitações superiores seja mais alta do que a das mães. Se alguma surpresa pode haver é a relativa proximidade entre essas proporções.

²⁹ Recorde-se que, para efeitos do presente trabalho, considerámos imigrantes ou filhos de imigrantes os estudantes que declararam residir em Portugal e que aqui completaram a habilitação anterior.

O carácter seletivo do recrutamento sobressai ainda mais quando se confrontam esses números com os dados correspondentes relativos aos estudantes portugueses (46 % e 42 %), entre os quais é claramente mais reduzida a fração dos que têm pais com o ensino superior³⁰. Ora, apesar do atraso relativo de Portugal no contexto europeu quanto à percentagem de diplomados na população, essa percentagem é muito inferior nos restantes países de língua portuguesa. Em Cabo Verde, por exemplo, em 2010, apenas 4,6 % da população possuía habilitações superiores ou equivalentes, enquanto no Brasil, após um fortíssimo crescimento de uma década, ainda ia não além de 7,9 %³¹.

O carácter socialmente restritivo, em termos de capital cultural ou académico, tal como este pode ser credenciado por um diploma de ensino superior, é válido para os vários segmentos em que dividimos o conjunto dos estudantes da CPLP. Nota-se, no entanto, entre os que designámos como estudantes internacionais um maior exclusivismo que funciona mais na base do que no topo. Relativamente a esses estudantes, os imigrantes com progenitores diplomados pelo ensino superior são em proporção muito semelhante (ligeiramente superior entre os pais e ligeiramente inferior entre as mães), a diferença é, porém, maior no que se refere aos portadores do ensino secundário (em torno de cinco pontos percentuais), que ultrapassam 30 % dos pais e das mães dos estudantes internacionais. Reciprocamente, no que diz respeito aos que não vão além do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a percentagem é visivelmente superior entre os pais de imigrantes (*vide* Quadro 6.1.).

O padrão da distribuição é bastante consistente, existe, no entanto um caso localizado que merece referência. Em geral, os pais dos estudantes em formação complementar ou avançada apresentam um perfil socioeducativo ligeiramente mais elevado no que se refere aos diplomas superiores, mas inferior quanto ao ensino secundário (isto é, é menor a proporção de pais de alunos de pós-graduação com este grau de ensino do que os da formação inicial, sejam estudantes internacionais ou imigrantes). É um dado relativamente surpreendente pois seria de esperar que a soma dos detentores dos graus secundário, pós-secundário e superior representassem uma maior quota-parte, o que não se verifica (*vide* Quadro 6.1.). Mais surpreendente é porém a existência de um grupo significativo de estudantes de mestrado cujos pais (mais as mães do que os pais) têm um perfil socioeducativo muito baixo, sendo analfabetos ou sabendo ler e escrever sem chegarem a ter quatro anos de escolaridade. Trata-se de um conjunto de quase 400 estudantes, 80 % dos quais de nacionalidade angolana, sendo 2/3 do sexo masculino e prosseguindo cursos de mestrado em formação de professores (60 %) ou gestão de empresas (30 %) no Instituto de Ciências Educativas e do Instituto de Ciências Educativas de Felgueiras. É sem dúvida um caso peculiar.

³⁰ Convém, todavia, ler os dados com precaução, pois a taxa de respostas válidas, isto é, das que não respondem «desconhece» e optam por um nível escolar efetivo, é entre os portugueses muito superior, o que pode inclinar o perfil socioeducativo para um perfil inferior. Em todo o caso, os números não são muito diferentes dos que foram apresentados por Machado *et al.*, 2003:57.

³¹Cabo-Verde, 2012; *Resultados Gerais da Amostra do Censo de 2010*, MEC, Brasil (2012).

Quadro 6.1. Origens socioeducativas – nível escolar dos pais

	CPLP Total				CPLP Formação inicial								Portugal							
					Estudantes internacionais				Imigrantes				Formação inicial				Total			
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pai		Mãe	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Não sabe ler nem escrever	277	3,6	511	6,5	33	1,3	86	3,3	26	1,1	86	3,4	672	0,3	985	0,4	845	0,3	1284	0,5
Sabe ler < 4º ano/ 4ª classe	342	4,5	380	4,8	65	2,6	87	3,4	88	3,6	104	4,1	3023	1,4	3799	1,7	4033	1,5	5267	1,9
Ensino básico 1.º ciclo 4 anos de escolaridade	1044	13,7	1126	14,2	362	14,6	387	15,0	334	13,7	405	15,8	48752	22,0	42199	18,6	61184	23,0	53954	19,9
Ensino básico 2.º ciclo 6 anos de escolaridade	424	5,6	481	6,1	114	4,6	149	5,8	168	6,9	211	8,2	26893	12,1	25969	11,5	30878	11,6	30070	11,1
Ensino básico 3.º ciclo 9 anos de escolaridade	659	8,6	752	9,5	194	7,8	240	9,3	286	11,7	342	13,3	39870	18,0	40500	17,9	47027	17,7	47456	17,5
Ensino secundário 12 anos de escolaridade	1772	23,2	1831	23,2	782	31,5	827	32,0	642	26,3	677	26,4	48274	21,8	50799	22,4	56281	21,2	59019	21,8
Ensino médio /CET	826	10,8	896	11,3	257	10,4	249	9,6	207	8,5	221	8,6	7987	3,6	6670	2,9	10078	3,8	8414	3,1
Ensino superior bacharelato/licenciatura	1777	23,3	1566	19,8	526	21,2	453	17,5	525	21,5	418	16,3	36059	16,3	45890	20,3	43555	16,4	54550	20,1
Ensino superior mestrado	325	4,3	273	3,5	95	3,8	84	3,3	98	4,0	67	2,6	5826	2,6	6539	2,9	6650	2,5	7521	2,8
Ensino superior doutoramento	178	2,3	92	1,2	51	2,1	20	0,8	67	2,7	31	1,2	4247	1,9	3173	1,4	4978	1,9	3624	1,3
Total ensino superior	2280	29,9	1931	24,4	672	27,1	557	21,6	690	28,3	516	20,1	46132	20,8	55602	24,5	55183	20,8	65695	24,2
Total respostas válidas	7624	100,0	7908	100,0	2479	100,0	2582	100,0	2441	100,0	2562	100,0	221603	100,0	226523	100,0	265509	100,0	271159	100,0
Desconhecido	6908	47,5	6624	45,6	2076	45,6	1973	43,3	2158	46,9	2037	44,3	74319	25,1	69399	23,5	102486	27,8	96836	26,3
Total	14532		100,0		4555		100,0		4599		100,0		295922		100,0		367995		100,0	

6.4. Perfil social e lugar de classe

A caracterização mais completa da situação social dos estudantes da CPLP, integrando a profissão, a condição perante a profissão e o nível escolar dos pais, remete para o seu posicionamento no esquema de classes adaptado de John Goldthorpe. A repartição dos estudantes pelos lugares definidos por esse esquema, tal com se encontra expressa no Quadro 6.2. permite imediatamente confirmar algumas ideias que foram avançadas no subcapítulo precedente, em particular a dimensão fortemente reprodutiva do recrutamento dos estudantes originários da CPLP no ensino superior em Portugal. A parte que cabe às classes superiores e em especial à primeira de entre elas é altamente elucidativa. No conjunto destes estudantes, mais de 30 % provêm da classe dos administradores, quadros superiores, gestores de grandes empresas e grandes proprietários, a que se somam mais 16,7 % procedentes da classe de administradores, funcionários e profissionais de categoria média, técnicos superiores, gestores de pequenas empresas e supervisores de trabalhadores não manuais (*vide* Quadro 6.2.). Estas duas classes que, no seu conjunto, formam o que John Goldthorpe designa a *service class*, enquadram um pouco menos de metade da totalidade de estudantes.

Este perfil é claramente mais exclusivo que o dos estudantes portugueses. Embora o seu recrutamento denuncie do mesmo modo a função de reprodução social desempenhada pelo ensino superior em Portugal, as duas classes superiores, representando respetivamente 22 % e 14,2 % , ou seja mais de um terço do total, preenchem uma parte não tão dilatada (*vide* Quadro 6.2.). Esta situação deixa margem para aquilo que já foi denominado um *duplo padrão de recrutamento*, isto é, uma dinâmica de mobilidade social, através da qual chegam ao ensino superior estudantes de origens sociais mais modestas³². Poderá mesmo dizer-se que, no caso dos estudantes portugueses, é discernível um *triplo padrão de recrutamento*, pois há também jovens que ingressam no ensino superior, procedentes dos escalões intermédios, isto é, de uma posição que poderá equivaler a uma classe média-baixa empregados em rotinas não-manuais da administração, comércio e serviços, assim como pequenos proprietários e artesãos com ou sem empregados. No que aos escalões inferiores diz respeito, há três classes que dividem entre si quase igualmente uma quota global de pouco mais de 30 %; são elas os técnicos de categoria inferior; os trabalhadores manuais qualificados e os trabalhadores manuais semi-qualificados ou indiferenciados, a quem se abriam expectativas para converter os novos recursos escolares em capital simbólico e social e porventura também, embora de forma mais diferida, em capital económico, perspectivas, em suma de promoção social.

³² Costa, Machado e Almeida, 1990; Machado *et al.*, 2003:58-59.

Quadro 6.2. Origens socioeconómicas dos estudantes
Análise comparativa – CPLP e Portugal

Classes		CPLP												Portugal			
		Total						Em Formação Inicial						Total		Em Formação Inicial	
		Imigrantes		Estudantes internacionais		Total		Imigrantes		Estudantes internacionais		Total					
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
I	Administradores; funcionários e profissionais de categoria superior; gestores de grandes empresas industriais; grandes proprietários	437	25,3	945	35,7	1382	31,6	337	24,2	394	28,4	731	26,3	37050	22,0	30908	21,7
II	Administradores, funcionários e profissionais de categoria média; técnicos superiores; gestores de pequenas empresas industriais; supervisores de trabalhadores não-manuais	262	15,2	467	17,6	729	16,7	207	14,9	290	20,9	497	17,9	24004	14,2	20338	14,3
III	Empregados em rotinas não manuais (administração, comércio, vendas e serviços)	276	16,0	108	4,1	384	8,8	241	17,3	110	7,9	351	12,6	18429	10,9	15905	11,2
IV.a	Pequenos proprietários, artesãos, com empregados	178	10,3	248	9,4	426	9,7	125	9,0	147	10,6	272	9,8	19925	11,8	16698	11,7
IV.b	Pequenos proprietários, artesãos, sem empregados	122	7,1	245	9,3	367	8,4	90	6,5	148	10,7	238	8,6	14061	8,3	11698	8,2
IV.c	Agricultores e camponeses; outros trabalhadores independentes do sector primário	30	1,7	64	2,4	94	2,1	22	1,6	27	1,9	49	1,8	2574	1,5	2064	1,5
V	Técnicos de categoria inferior, supervisores de trabalhadores manuais	88	5,1	150	5,7	238	5,4	65	4,7	56	4,1	121	4,4	17265	10,2	14278	10,0
VI.a	Trabalhadores manuais qualificados	133	7,7	99	3,7	232	5,3	119	8,6	61	4,4	180	6,5	17214	10,2	14727	10,4
VI.b	Trabalhadores manuais qualificados da agricultura	28	1,6	56	2,1	84	1,9	24	1,7	28	2,0	52	1,9	1571	0,9	1276	0,9
VII	Trabalhadores manuais semiquilificados ou indiferenciados	174	10,1	266	10,0	440	10,1	161	11,6	126	9,1	287	10,3	16676	9,9	14398	10,1
Total		1728	100,0	2648	100,0	4376	100,0	1391	100,0	1387	100,0	2778	100,0	168769	100,0	142290	100,0

Estas considerações sobre os estudantes portugueses são necessárias para conhecermos o termo da confrontação, no quadro da análise comparativa que propiciará o conhecimento dos traços específicos dos estudantes da CPLP. Apesar do maior peso das classes superiores, a que nos referimos, insinua-se também um padrão intermédio, semelhante ao dos portugueses, em categorias idênticas, apenas um pouco menos expressivo. Já quanto ao terceiro padrão recrutamento, que opera em escalões inferiores, funciona apenas no mais baixo, da classe dos trabalhadores semi-qualificados ou indiferenciados e com uma expressão claramente mais fraca (*vide* Quadro 6.2.).

A análise comparativa mostra-se, portanto, reveladora, mas será útil fazê-la descer mais um patamar, propiciando a confrontação entre os grupos em que dividimos o universo dos estudantes da CPLP, segundo os eixos do nível de formação e da oposição entre imigrante e estudante internacional. Os primeiros dados da observação propiciam de imediato a plena confirmação da hipótese estrutural deste trabalho, de que dois perfis sociais distintos caracterizam dois grupos que classificámos como imigrantes e como estudantes internacionais, posicionando-se estes em plano superior. Assim, os estudantes da classe superior são 35,7 % dos estudantes internacionais e os das duas classes mais elevadas chegam a 53,3 %, uma percentagem que é um pouco mais baixa quando consideramos apenas os inscritos na formação inicial (49,3 %). Comparativamente, para os imigrantes, a *service class* representa cerca de 40 %, (perto de dez pontos percentuais a menos) quase sem variações segundo o nível de formação (*vide* Quadro 6.2.). Os estudantes internacionais constituem portanto o segmento mais exclusivo no universo de estudantes do ensino superior em Portugal que são objecto deste estudo.

As diferenças não se restringem ao topo da hierarquia, encontrando-se noutros pontos ao longo da escala. Em primeiro lugar, ao nível do que podemos chamar *o padrão intermédio de recrutamento*. As classes que mais contribuem para esse padrão são distintas conforme se trata de estudantes internacionais ou imigrantes. Enquanto, no primeiro caso, vêm principalmente das classes dos pequenos e médios proprietários e empresários, no segundo, é da classe dos empregados da administração, comércio e serviços que procedem. E mesmo ao nível inferior da hierarquia, embora seja ao nível dos trabalhadores semi-qualificados e indiferenciados que, de forma consistente, ingressam cerca de 10 % dos estudantes (imigrantes ou internacionais), regista-se também uma entrada de imigrantes (em torno de 8 %) com origens familiares na classe dos trabalhadores manuais qualificados, numa proporção que é dupla dos estudantes internacionais (*vide* Quadro 6.2.). De resto, o perfil de recrutamento destes últimos está todo ele inclinado para cima.

Convém ainda sublinhar que, de acordo com o indicador construído e o tratamento estatístico realizado, os imigrantes revelam padrões de recrutamento claramente mais próximos dos dos estudantes portugueses do que dos estudantes internacionais oriundos da CPLP. Apresentam, porém, um perfil social médio um pouco mais elevado. Esta situação quer dizer duas coisas: por um lado, formou-se nas comunidades de imigrantes um estrato superior, por assim dizer uma elite, que encaminha os seus filhos para o ensino superior; por outro lado, o recrutamento é mais seletivo para os

imigrantes do que para os portugueses, na medida em que, em termos médios, eles têm de chegar a posições superiores no espaço social, que lhes atribuem recursos suplementares para encaminharem os filhos para o ensino superior.

6. 5. O caso específico dos candidatos a doutoramento

No interior dos vários níveis de formação académica e científica oferecidos pelas instituições de ensino superior, o doutoramento reveste-se sem dúvida de características específicas. O prolongamento do ciclo de estudos, a inserção institucional, o desenvolvimento da investigação científica – que por toda a parte é uma das componentes fundamentais da atividade das universidades e um contributo essencial para a produção científica em geral – são, entre outras, circunstâncias que individualizam a formação avançada, a nível de doutoramento. Perante esta situação, caberá indagar se também do ponto de vista social os candidatos à realização do doutoramento se distinguem dos demais.

Quadro 6.3. Origens socioeconómicas dos estudantes de doutoramento

Classes		n.º	%
I	Administradores; funcionários e profissionais de categoria superior; gestores de grandes empresas industriais; grandes proprietários	157	41,6
II	Administradores, funcionários e profissionais de categoria média; técnicos superiores; gestores de pequenas empresas industriais; supervisores de trabalhadores não-manuais	71	18,8
III	Empregados em rotinas não manuais (administração, comércio, vendas e serviços)	9	2,4
IV.a	Pequenos proprietários, artesãos, com empregados	44	11,7
IV.b	Pequenos proprietários, artesãos, sem empregados	31	8,2
IV.c	Agricultores e camponeses; outros trabalhadores independentes do sector primário	9	2,4
V	Técnicos de categoria inferior, supervisores de trabalhadores manuais	15	4,0
VI.a	Trabalhadores manuais qualificados	18	4,8
VI.b	Trabalhadores manuais qualificados da agricultura	4	1,1
VII	Trabalhadores manuais semiqualeificados ou indiferenciados	19	5,0
Total		377	100,0

Em primeiro lugar, será necessário recordar que quase três quartas partes dos estudantes de doutoramento nacionais de países da CPLP são de nacionalidade brasileira. (*vide* Quadro 5.1.). Tão grande predomínio de uma única nacionalidade sobre as demais, empresta certamente ao conjunto as

principais características sociais do perfil do estudante brasileiro de doutoramento. Tanto por este facto, como pelas circunstâncias a que antes nos referimos, seria de antecipar um perfil social de algum modo diferente comparativamente aos dos demais estudantes e em especial aos inscritos na formação inicial.

Na verdade, a diferença consiste afinal no reforço das tendências para um recrutamento mais exclusivo, concentrando-se os estudantes nas classes superiores. Os candidatos pertencentes à classe mais alta constituem por si só 41,6 % e em conjunto com os que se integram na segunda classe da hierarquia atingem quase 60 %. É de notar que, entre os que se dedicam à formação avançada, o padrão complementar de recrutamento inferior que é uma característica da repartição tanto dos estudantes da CPLP (imigrantes ou internacionais), como dos portugueses, não existe entre os candidatos a doutoramento, Apesar de tudo, o forte predomínio das classes superiores deixa uma margem para um segundo, ainda que tímido, lugar de recrutamento, socialmente intermédio, de que beneficiam as classes dos pequenos proprietários e artesãos com ou sem empregados, que representam cerca de 20 % do total.

CONCLUSÃO

A circulação de estudantes, docentes e investigadores é hoje uma dimensão do desenvolvimento de comunidades científicas no âmbito da formação das sociedades do conhecimento que se processa cada vez mais à escala global. A mobilidade internacional de estudantes constitui um dos aspectos mais visíveis dessas novas formas de circulação, mas pode encontrar também fundamento em relações com raízes profundas, como é o caso dos vínculos históricos, linguísticos e pós-coloniais.

Neste contexto, reproduz-se a presença, nas instituições de ensino superior em Portugal, de um importante grupo de estudantes estrangeiros, cidadãos de Estados que integram na Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A análise de uma série temporal de dezassete anos indica que, sob uma aparente estabilidade e uma tendência para um crescimento moderado que eleva a sua representatividade no total de estudantes (mas não no total de estudantes estrangeiros), se verificam fortes variações na composição desse grupo. Assiste-se, assim, ao alargamento da quota-parte dos brasileiros e dos estudantes de pós-graduação e ao grande aumento das mulheres (e à correlativa diminuição dos africanos, em especial angolanos e cabo-verdianos, e dos homens). As mulheres jovens, com menos de 30 anos de idade, brasileiras ou cabo-verdianas, são hoje as mais numerosas. As primeiras estudam Direito e ciências sociais em universidades públicas, a nível de pós-graduação, principalmente mestrados. Já as segundas frequentam licenciaturas em gestão e engenharia em universidades privadas e institutos politécnicos públicos. Só depois vêm os homens, brasileiros, cabo-verdianos e angolanos.

Os perfis sociais dos estudantes da CPLP em Portugal, tanto em matéria de origens socioeducativas como de origens socioprofissionais, evidenciam um recrutamento selectivo (com forte peso das classes superiores) e por isso um elevado índice de reprodução social, ainda mais elevado do que entre os estudantes portugueses. Apesar de tudo, há oportunidades de acesso para os que se encontram nos escalões intermédios e até nos escalões mais baixos da hierarquia social.

Confirmando uma hipótese formulada à partida, os padrões de recrutamento mostram-se diferentes consoante se trata de «estudantes internacionais», que vieram expressamente para Portugal para seguir estudos superiores, e «imigrantes» ou descendentes de imigrantes, que já residiam no País antes de ingressarem no ensino superior. O recrutamento é mais selectivo entre os primeiros, embora mesmo entre os segundos seja mais restritivo do que entre os portugueses, o que significa que têm de chegar a posições relativamente mais altas para que possam encaminhar os filhos para o ensino superior. No caso dos estudantes de doutoramento, é manifesto o carácter exclusivo da selecção.

Forma-se, assim, um espaço de encontro entre duas estratégias. De um lado, as estratégias de internacionalização das instituições de ensino superior. Do outro, as dos estudantes e das suas famílias que, para responderem à falta de oportunidades nos seus países de origem ou para melhorarem a sua posição competitiva, no quadro de uma desvalorização dos diplomas e do crescimento do desemprego de diplomados, procuram prosseguir estudos superiores no estrangeiro. Neste espaço de encontro e no

contexto das migrações internacionais e da globalização, Portugal continua a oferecer um destino de eleição aos nacionais da CPLP, em virtude dos vínculos históricos, linguísticos e pós-coloniais, que encontram mesmo uma nova actualidade, por exemplo, para os numerosos estudantes brasileiros que nos últimos anos se transferem para as universidades portuguesas. Entre estes estudantes da CPLP em Portugal, é certo, muitos são «imigrantes» ou descendentes de «imigrantes», e o seu ingresso numa instituição de ensino superior portuguesa é o resultado de um trajecto de mobilidade anterior. Mas muitos outros são «estudantes internacionais» de classes sociais superiores que incluem este percurso nas suas estratégias de reprodução social.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidade – painéis de observação sociográfica”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- Balsa, Casimiro *et al.* (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior. Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa: Colibri (CEOS).
- Batista, Dulce (1995), ”Racismo e xenofobia nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico”, *Cadernos Anti-racistas*, I, 16-17.
- Baum, Sandy and Stella M. Flores (2011), “Higher Education and Children in Immigrant Families”, *The Future of Children*, Volume (21), 1, Primavera, pp.171-193.
- Beine, Michel, Romain Noël e Lionel Ragot (2012), “The determinants of international mobility of students”, *CESifo Working Paper Series*, 3848
- Bekerman, Zvi e Thomas Geisen, eds. (2012), *International Handbook of Migration, Minorities and Education. Understanding Cultural and Social Differences in Processes of Learning*, Springer: Heidelberg, Londres e Nova Iorque
- Berthelot, Jean Michel (1982), “Les théories de la scolarisation”, *Revue française de sociologie*, volume 23 (4).
- Boudon, Raymond (1973), *L'inégalité des chances. La mobilité sociale dans les sociétés industrielles*, Paris, Armand Colin.
- Boudon, Raymond (1979), *La logique du social: introduction à l'analyse sociologique*, Paris, Hachette.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Difel, Lisboa.
- Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1964), *Les héritiers. Les étudiants et la culture*, Paris, Editions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1970) *La reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Editions de Minuit
- Cabecinhas, R. (2003). “Categorização e diferenciação: A perceção do estatuto social de diferentes grupos étnicos em Portugal”. *Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 5, pp. 69-91.
- Cabral, Manuel Villaverde (1988), “Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal”, *Análise Social*, volume. XXXIII (146-147), pp.381-414
- Cardoso, Sílvia Maria (2008), *O Dualismo Cultural: Os Luso-Caboverdianos entre a Escola, a Família e a Comunidade (Estudo de Caso)*, dissertação de doutoramento Braga, Universidade do Minho.
- Carvalho, João (2009) *A Política de Imigração do Estado Português entre 1991 e 2004*, ACIDI
- Casa-Nova, Maria José (2005), ”(I)Migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas.” *Ensaio: Avaliação Políticas Públicas Educativas*, 13 (47), 181-216.
- Casimiro, Elsa (2008), *Percursos Escolares de Descendentes de Imigrantes de Origem Cabo-verdiana na Diáspora: Lisboa e Roterdão*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Castles, Stephen e Mark. J. Miller (2009), *The Age of Migration*, Palgrave MacMillan, Nova Iorque.
- Cervantes, Mario e Dominique Guellec (2002), “The brain drain: old myths, new realities”, OECD Observer 230, Janeiro.
- Chiswick, Barry R. e Noyna Debburman (2004), “Educational Attainment: Analysis by Immigrant Generation”, *Economics of Education Review*, 23, pp.361–379.

- Coelho, Fernanda Maria (2000), *Socialização e Minorias Culturais: Estatutos Sociais entre Pares de Alunos que Frequentam o 5.º e o 8.º Anos de Escolaridade*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Comissão Europeia (2008), *The Impact of ERASMUS on European Higher Education: Quality, Openness and Internationalisation*, Bruxelas: DG EAC.
- Constant Amélie F. e Bienvenue N. Tien (2009a) “Brainy Africans to Fortress Europe: For Money or Colonial Vestiges?”, *Discussion Papers* 4685, DIW Berlim, Dezembro.
- Constant Amélie F. e Bienvenue N. Tien (2009b), “*African Leaders: Their Education Abroad and FDI Flows*”, *Discussion Papers* 1087, DIW Berlim, Dezembro.
- Correia, Daniela Sofia (2004), *Os Imigrantes do Leste Europeu e o Papel da Educação nas suas Reconfigurações Identitárias*, Dissertação de Mestrado, Porto, Universidade do Porto.
- Correia, Virgílio (1992), “Da compreensão dos resultados escolares das crianças cabo-verdianas”, in Cristina Simões e Frank-Ulrich Seiler (eds.), *Documentos do Encontro “A Comunidade Africana em Portugal”*, Lisboa, Colibri, 17-22
- Cortesão, Luíza e Pacheco, Natércia (1993), “O conceito de educação intercultural: interculturalismo e realidade portuguesa”, *Forma*, 4 (2-3), 33-44
- Costa, R. M. da (1997), *A representação social da escola em crianças africanas e portuguesas do 1º ciclo do ensino básico: seus reflexos no comportamento e aprendizagem escolares*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta
- Coulon A., Paivandi S. (2005), *Les étudiants étrangers en France : l'état des savoirs*, Rapport à l'Observatoire de la Vie Étudiante.
- Docquier, Frédéric e Abdeslam Marfouk (2006). ‘International Migration by Educational Attainment (1990-2000)’, in: C. Ozden e M. Schiff (eds.): *International Migration, Remittances and Development*, Nova Iorque: MIT Press & Palgrave.
- Docquier, Frédéric, Olivier Lohest e Abdeslam MARFOUK (2007). ‘Brain Drain in Developing Countries’, *The World Bank Economic Review*, 21 (2), pp.193-218.
- Ennafaa, Ridha and Saeed Paivandi (2008), “Le non-retour des étudiants étrangers : au-delà de la ‘fuite des cerveaux’”, *Formation Emploi* [Online], 103 | juillet-septembre 2008, Online since 01 September 2010, connection on 07 September 2012.
- Disponível em: <http://formationemploi.revues.org/2356>
- EUROSTAT (2009), *The Bologna Process in Higher Education in Europe. Key indicators on the social dimension and mobility*, Comissão Europeia.
- EURYDICE (2010), *Focus on Higher Education in Europe 2010: The Impact of the Bologna Process*, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Faria, Margarida Lima de, Higher Education And Development Students of the Portuguese Speaking Countries (PALOP) Diaspora: Brain Drain or Brain Gain em: *Actas do 9th European Sociological Association Conference – ESA*.
- Feliciano Cynthia (2006), “Beyond the Family: The Influence of Premigration Group Status on the Educational Expectations of Immigrants’ Children”, *Sociology of Education*, 79 (Outubro), pp.81–303
- Ferreira, Lígia Évora (2008), “O direito ao sucesso educativo: jovens cabo-verdianos no contexto educativo português”, in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

- Ferreira, Vítor e Adérito Sedas Nunes (1968), "O meio universitário em Portugal: subsídios para a análise sociológica da sua estrutura e evolução no período 1945-1967", *Análise Social*, VI (22-23-24), pp.526-595
- Ferreira, Vítor Sérgio (2003), "Transições entre a escola e o trabalho", in Jorge Vala (ed.), *Simetrias e Identidades. Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta, 103- 142.
- Ferro, Maria Jorge Santos Almeida (2010), *Teoria Crítica e Aconselhamento. Para uma intervenção multicultural com os estudantes da cooperação na Universidade de Coimbra*, dissertação de doutoramento em Psicologia, Universidade de Coimbra.
- Garcia, José Luís (2000), "Educação, abandono escolar, grupos imigrantes", in José Luís Garcia (coord.), *Estranhos. Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta, pp. 65-102.
- Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Celta Editora, Oeiras, 1992
- Granoveter, Mark (1973), "The strength of weak ties", *American Journal of Sociology*, 78 (6), pp.1360-1380.
- Granoveter, Mark (1995), *Getting a job. A study of contacts and careers*, Chicago: University of Chicago, 2.ª ed.
- Guerra, João Pedro Miller e Adérito Sedas Nunes (1969), "A crise da universidade em Portugal : reflexões e sugestões", *Análise Social*, VII (25-26), pp.5-49
- Gusmão, Neusa Maria Mendes de (2004), *Os filhos de África em Portugal. Antropologia, Multiculturalidade e Educação*, Lisboa, Universidade de Lisboa; Instituto de Ciências Sociais.
- Horta, Ana Paula Beja e Paul White, "Post-colonial migration and citizenship regimes: a comparison of Portugal and the United Kingdom", *Migrações*, Revista do Observatório da Imigração, n.º 4, Abril, pp.33-58.
- IPAD (2010), *Cooperação Portuguesa. Uma leitura dos últimos quinze e anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2010*. IPAD, MNE.
- Jesuino, Baltasar Martins (1996), *Estilos educativos dos emigrantes caboverdianos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Kahanec, Martin e Renáta Králikova (2011), "Higher Education Policy and Migration: the Role of International Student Mobility", *CESifo DICE Report* 4/2011, pp.20-27
- Kapur, Devesh e John Mchale (2005), *Give Us Your Best and Brightest: The Global Hunt for Talent and Its impact on the Developing World*, Washington, D.C: Center for Global Development.
- Leitão, José (2002), "Integração dos imigrantes como pessoas, trabalhadores e cidadãos", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, II, 89-96.
- Leite, Carlinda (2002), *O Multiculturalismo no Sistema Educativo Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Levels, Mark, Jaap Dronkers e Gerbert Kraaykamp (2006), Educational Achievement of Immigrant Children in Western Countries: Origin, Destination, and Community Effects on Mathematical Performance, *MPRA Paper* No. 21653
Disponível em <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/21653/>
- Machado, Fernando Luís (1992), "Etnicidade em Portugal – Contrastes e Politização" in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12, pp. 123-136
- Machado, Fernando Luís (1994), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís (1996), "Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal", Ana Benavente, et al. (eds.), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional da Educação, 171-238.
- Machado, Fernando Luís (1999), "Imigrantes e estrutura social", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 29, pp.51-76.

- Machado, Fernando Luís (2009), "Quarenta anos de imigração africana: um balanço", *Ler História: Emigração e Imigração*, pp. 135-165.
- Machado, Fernando Luís e Ana Raquel Matias (2006), "Jovens descendentes de Imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica", *Working Paper 13*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Machado, Fernando Luís e Maria Abranches (2005), "Caminhos limitados de integração social trajetórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 48, pp. 69-91.
- Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias e Sofia Leal (2005), "Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos", *Análise Social*, vol. XL, no 176, pp. 695-714.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, e João Ferreira de Almeida (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, pp. 189-209.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- Machado, Fernando Luís, Joana Azevedo e Ana Raquel Matias (2009), *Bibliografia e Filmografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal 2000-2008*, Lisboa: Forum Gulbenkian Migrações.
- Marques, Margarida e Joana Lopes Martins (2005), *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento - A Escola perante a Diversidade*, Lisboa, ACIME.
- Marques, Maria Margarida, Maria João Valente Rosa, e Joana Martins (2007), "School and diversity in a weak state: the Portuguese case", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 33, 7, pp. 1145- 1168
- Martins, António Sota (2006), "A escola e a escolarização dos filhos dos imigrantes de Leste em Portugal", in Débora Quaresma, e Susana Guerra (eds.), *Fora de Lugar. Fronteiras, Migrações e Minorias*, Lisboa, Publidisa, pp. 53-70.
- Martins, António Sota (2008), *A Escola e a Escolarização em Portugal. Representações dos Imigrantes da Europa de Leste*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Martins, Filipa A. M. Oliveira (2006), *Etnias Diferentes não Produzem Resultados Diferentes no Sucesso Escolar*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Martins, Lina Susana Rodrigues (2007), *Um Olhar sobre o (In)Sucesso Escolar na Diversidade Cultural: Estudo de Caso*, dissertação de mestrado, Porto, Universidade Aberta.
- Martins, Susana Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2005), *Condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal*, Lisboa, DGES/MCTES.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti e António Firmino da Costa (2008), *Estudantes do Ensino Superior: Inquérito às Condições Socioeconómicas, 2007*, Lisboa, DGES/MCTES.
- Mauritti, Rosário (2002), "Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- Michel, Eva (1997), *Educação para a tolerância num mundo multicultural: o caso do islamismo em manuais escolares portugueses*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- Milheiro, Ana Maria (1992), *A educação multicultural e a integração das minorias étnicas*, Documentos do Encontro "A Comunidade Africana em Portugal", Lisboa, Colibri.
- Mirotshnik, Viktoria (2008), *Integração e Escola em Populações Imigrantes da Ex-URSS*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

- Mourato, Isabel Cristina dos Santos Duarte Da Conceição (2011), *A Política de Cooperação Portuguesa com os PALOP: Contributos do Ensino Superior Politécnico*, dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade Lusófona.
- Disponível em [/www.adelinotorres.com/teses/Isabel%20Mo.pdf](http://www.adelinotorres.com/teses/Isabel%20Mo.pdf)
- Navarro, Margarida (1992), “Escolarização de crianças pertencentes a minorias étnicas”, Documentos do Encontro “A Comunidade Africana em Portugal”, Lisboa, Colibri, 23-32.
- Nunes, Adérito Sedas (1968a), “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar” *Análise Social*, VI (22-23-24), pp. 295-385
- Nunes, Adérito Sedas (1968b), “O sistema universitário em Portugal : alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento” *Análise Social*, VI (22-23-24), pp. 386-474
- Nunes, Adérito Sedas, Maria Eduarda Cruzeiro e José David Miranda (1969), “A universidade no sistema social português : uma primeira abordagem”, *Análise Social*, VIII (32), pp.646-707
- Nunes, Tomaz Silva, Cristina Sá Carvalho, e Maria Luísa Boléo (2006), *Cooperação Família- Escola: Um Estudo de Situações de Famílias Imigrantes na sua Relação com a Escola*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- OCDE (2006), *Perspectives des migrations internationales*, SOPEMI (Système d’observation permanente des migrations), Paris.
- Oliveira, Mónica Marques de (2006), *O Ensino do Português a Adultos Imigrantes: Orientações e Práticas*, dissertação de mestrado, Braga, Universidade do Minho.
- Ozden, Caglar e Maurice Schiff (2005), *International Migration, Remittances, and Brain Drain*, Nova Iorque: World Bank & Palgrave MacMillan
- Pacheco, Natércia (1996), ”Da luta anti-racista à educação intercultural”, *Inovação*, IX (1-2), 53-62
- Pacheco, Natércia (1996), *Tempos de sozinhos em Pasárgada. Estratégias identitárias dos estudantes dos PALOP em Portugal*, Dissertação de doutoramento em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Peixoto, João (1993), “Migrações e Mobilidade: As Novas Formas da Emigração Portuguesa a partir de 1980”, in *Emigração/Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Editorial Fragmentos, Algés, pp.278-307.
- Pereira, A. et al. (2005), “Estudantes dos PALOP e de Timor Lorosae na Universidade de Coimbra: Identificação das necessidades através de ‘focus group’”. In A. Pereira. & E. Motta (eds.). *Actas do Congresso Nacional “Acção Social e Aconselhamento no Ensino Superior: Investigação e Intervenção”*. Universidade de Coimbra. Coimbra. 12-13 Maio 2005. pp. 73-80.
- Pessoa, Inês Costa (2004) “Estudantes do espaço lusófono nas universidades portuguesas”, *Janus* 2004, PÚBLICO & UAL,
- Disponível em : http://janusonline.pt/2004/2004_2_14.html
- Pires, Ana Maria da Silva Milheiro Miranda (1993), *Multiculturalismo, escolas e minorias étnicas: análise de duas práticas interculturais no distrito de Setúbal*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Pires, Heldemerina Samutelela (1996), “Análise do insucesso escolar dos estudantes dos PALOP na Universidade de Coimbra numa perspectiva transcultural”, *Africana*, n.º 16, 1996 , pp. 91-165
- Pires, Heldemerina Samutelela (2000), “Estudantes dos PALOP no ensino superior português: do acesso à progressão”, *Psicologia*, 14(2), pp. 149-157

- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração – Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras
- Pires, Sónia Brigitte da Rocha (2000), *A Segunda Geração de Imigrantes em Portugal e diferenças do Percurso Escolar: Os jovens de origem caboverdiana versus de origem hindu-indiana* Dissertação de Mestrado, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Plano para a Integração dos Imigrantes*, PCM-ACIDI, Lisboa 2007
- II Plano para a Integração dos Imigrantes 2010-2013*, PCM, ACIDI, FEINPT, Lisboa 2010
- Disponível em www.acidi.gov.pt/.../Consulte+a+versão+do+Plano+2...
- Portes, Alejandro (2000), “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 33, pp. 133-158.
- Portes, Alejandro (2004), ‘The schooling of children of immigrants: Contextual effects on the education attainment of the second generation’, *Proceedings of the National Academy of Sciences*,. 101, pp. 11920-11927
- Portes, Alejandro e Dag Macleod (1996), “Educational progress of children of immigrants: The roles of class, ethnicity, and school context”, *Sociology of Education*, 69, pp.255-275.
- Portes, Alejandro e Min Zhou (1993), “The New Second Generation – Segmented Assimilation and Its Variants.” *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 530, pp.74–96.
- Portes, Alejandro e Rubén G. Rumbaut (1996), *Immigrant America: A Portrait*. Berkeley: University of California Press.
- Portes, Alejandro e Rubén G. Rumbaut (2001), *Legacies: The Story of the Immigrant Second Generation*. Berkeley: University of California Press
- Ramos, Rui Manuel de Matos (1996), *Identificação nacional: as comunidades escolares de origem afro-lusófona e portuguesa*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Rita, José Palma, e Paula Lopes rita (2004), “A escola no caminho da fixação dos imigrantes do Leste no interior do país. Constrangimentos e desafios”, *Sociedade e Trabalho*, 19/20, pp. 45-60
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz, e Maria Luisa Sobral Mendes (1993), ”Portugal: a profile of intercultural education”, *European Journal of Intercultural Education*, IV (2), 59-65.
- Rumbaut, Rubén G. e Alejandro Portes (2001), *Ethnicities: Children of Immigrants in America*, Berkeley: University of California Press.
- Seabra, Teresa (2008), *Desempenho Escolar, Desigualdades Sociais e Etnicidade. Os Descendentes de Imigrantes Indianos e Cabo-verdianos no Ensino Básico em Portugal*, dissertação de doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- SEF (2011), *Migração Temporária e Circular em Portugal: factos, políticas e Estratégias*, Lisboa: Rede Europeia das Migrações.
- Sharpe, Michael (2005), “Globalization and Migration: Post-Colonial Dutch Antillean and Aruban Immigrant Political Incorporation in the Netherlands” *Dialectical Anthropology*, 29, pp.291–314
- Silva, Maria do Carmo Pereira de Campos Vieira da (1991), *Contributos para uma análise de necessidades educativas para crianças pertencentes a minorias étnicas desfavorecidas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Tavares, Manuel Viegas (1999), *Insucesso Escolar e as Minorias Étnicas em Portugal: Uma abordagem antropológica da educação*. Lisboa, Editora Brochado.
- Teichler, Ulrich, Irina Ferencz e Bernd Wächter (2011), *Mapping mobility in European higher education*, 2 vols., Bruxelas: DG EAC

Ventura, Filomena da Silva (2001), *Atitudes de Professor perante o Aluno Oriundo dos PALOP*, dissertação de mestrado, Porto, Universidade Aberta.

UNESCO-CEPES (2004) “La fuite des cerveaux et le marché du travail universitaire et intellectuel en Europe du Sud-Est”, *L'enseignement supérieur en Europe*, XXIX (3), Paris.

FONTES

DGEEC/MEC Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (bases de dados), Resolução de Conselho de Ministros, n.º 43/99, publicada no *Diário da República*, I Série-B, n.º 115, de 18 de Maio.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 256/2005, *Diário da República*, 1.ª série - N.º 53 – 16 de Março de 2005, pp.2281-2313

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, *Diário da República*, 1.ª série - N.º 85 – 3 de Maio de 2007, pp.2964(2)-2964(23)

Resolução do Conselho de Ministros, n.º 74/2010, *Diário da República*, 1.ª série - N.º 182 — 17 de Setembro de 2010, pp.4097-4116

Decreto n.º 7642, de 13 de Dezembro de 2011, *Presidência da República, Casa Civil*, (Brasil- institui o Programa Ciência sem Fronteiras)

Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril

Portaria n.º 592-B/99, de 19 de Julho, que regulamentou o Decreto-Lei n.º 354/88, de 12 de Outubro

UNESCO (2011), *Global Education Digest 2011. Comparing Education Statistics across the World*, Institute of Statistics.

A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI, documento aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros, n.º 43/99, publicada no *Diário da República*, I Série-B, n.º 115, de 18 de Maio.

<http://www.dcm.mre.gov.br/PEC/G/historico.html>

http://www.africaneconomicoutlook.org/po/em-foco/youth_employment/perspectivas-de-emprego-para-os-jovens/

**Anexo A - Distribuição dos Inscritos em estabelecimentos de ensino superior por sexo -
1995/1996 a 2010/2011^{a)}**

Inscritos	sexo	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Total	HM	313.415	347.473	356.790	373.745	387.703	396.601	400.831	395.063	381.231	368.571	368.982	381.728	378.834	389.841	403.445	392.230	397.337
	M	180.776	194.789	199.444	211.221	221.042	226.113	226.860	221.496	212.149	203.131	198.623	203.202	200.785	206.444	214.097	208.045	211.180
	H	132.639	152.684	157.346	162.524	166.661	170.488	173.971	173.567	169.082	165.440	170.359	178.526	178.049	183.397	189.348	184.185	186.157
Portugal	HM	306.870	337.357	340.369	363.129	374.986	380.909	382.071	378.908	364.220	351.458	350.976	363.046	360.785	370.416	381.336	368.129	368.292
	M	177.524	189.768	190.669	205.781	214.431	217.465	216.215	213.576	203.979	194.796	190.011	194.105	191.501	196.193	202.362	195.286	195.399
	H	129.346	147.589	149.700	157.348	160.555	163.444	165.856	165.332	160.241	156.662	160.965	168.941	169.284	174.223	178.974	172.843	172.893
CPLP	HM	4.036	5.752	5.877	6.614	7.851	9.216	10.277	11.174	12.283	12.377	13.511	13.499	13.049	13.203	14.104	14.870	16.019
	M	1.872	2.721	2.757	3.203	3.865	4.430	4.843	5.224	5.614	5.680	6.218	6.296	6.597	6.816	7.316	7.761	8.436
	H	2.164	3.031	3.120	3.411	3.986	4.786	5.434	5.950	6.669	6.697	7.293	7.203	6.452	6.387	6.788	7.109	7.583
Outras nacionalidades	HM	2.496	4.143	3.582	3.650	4.060	4.861	5.475	4.914	4.728	4.736	4.495	5.183	5.000	6.222	8.005	9.231	13.026
	M	1.376	2.141	1.945	2.013	2.300	2.892	3.108	2.656	2.556	2.655	2.394	2.801	2.687	3.435	4.419	4.998	7.345
	H	1.120	2.002	1.637	1.637	1.760	1.969	2.367	2.258	2.172	2.081	2.101	2.382	2.313	2.787	3.586	4.233	5.681
Desconhecidos	HM	13	221	6.962	352	806	1.615	3.008	67									

**Distribuição dos Inscritos CPLP em estabelecimentos de ensino superior por sexo -
1995/1996 a 2010/2011^{a)}**

País	sexo	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Angola	HM	1.350	2.028	2.111	2.258	2.711	3.183	3.367	3.527	4.258	4.118	4.799	4.670	3.606	3.258	3.165	3.501	3.505
	M	631	973	1.022	1.088	1.431	1.535	1.552	1.553	1.660	1.594	1.691	1.658	1.540	1.394	1.383	1.581	1.584
	H	719	1.055	1.089	1.170	1.280	1.648	1.815	1.974	2.598	2.524	3.108	3.012	2.066	1.864	1.782	1.920	1.921
Brasil	HM	881	1.085	1.047	1.243	1.375	1.525	1.760	1.842	1.797	1.911	2.209	2.934	3.842	4.462	5.395	5.938	7.082
	M	491	563	529	682	760	822	944	985	1.009	1.074	1.264	1.737	2.229	2.640	3.175	3.480	4.152
	H	390	522	518	561	615	703	816	857	788	837	945	1.197	1.613	1.822	2.220	2.458	2.930
Cabo Verde	HM	696	1.077	1.331	1.587	2.075	2.497	3.011	3.516	3.835	4.096	4.347	3.863	3.580	3.515	3.432	3.319	3.320
	M	327	529	631	762	978	1.234	1.441	1.693	1.927	2.069	2.313	1.999	1.916	1.876	1.845	1.793	1.793
	H	369	548	700	825	1.097	1.263	1.570	1.823	1.908	2.027	2.034	1.864	1.664	1.639	1.587	1.526	1.527
Guiné Bissau	HM	388	398	328	401	308	360	348	452	360	376	428	319	392	402	416	462	462
	M	107	124	102	135	113	124	118	164	133	140	186	131	169	162	161	177	177
	H	281	274	226	266	195	236	230	288	227	236	242	188	223	240	255	285	285
Moçambique	HM	504	873	740	776	852	1.074	1.066	1.155	1.345	1.217	1.009	985	881	748	712	674	674
	M	235	415	343	390	392	482	498	534	569	492	419	409	379	341	307	273	273
	H	269	458	397	386	460	592	568	621	776	725	590	576	502	407	405	401	401
São Tomé e Príncipe	HM	216	277	300	333	392	441	496	540	581	556	645	649	684	691	848	823	823
	M	81	109	121	139	165	192	222	256	284	280	319	333	345	362	406	403	403
	H	135	168	179	194	227	249	274	284	297	276	326	316	339	329	442	420	420
Timor Leste	HM	1	14	20	16	138	136	229	142	107	103	74	79	64	127	136	153	153
	M	0	8	9	7	26	41	68	39	32	31	26	29	19	41	39	54	54
	H	1	6	11	9	112	95	161	103	75	72	48	50	45	86	97	99	99

Fonte: DGEEC - MEC

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo B - Distribuição dos Inscritos em estabelecimentos de ensino superior por subsistema de ensino - 1995/96 a 2011/12^a

Subsistema de ensino	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Inscritos	313.415	347.473	356.790	373.745	387.703	396.601	400.831	395.063	381.231	368.571	368.982	381.728	378.834	389.841	403.445	392.230	397.337
Ensino Superior Público	198.774	226.642	238.857	255.008	273.530	284.789	290.532	288.309	282.550	276.538	277.234	288.692	287.587	299.072	314.032	313.086	317.588
Ensino Universitário	139.101	153.951	158.850	164.722	171.735	176.303	178.000	176.827	174.114	172.121	169.567	176.057	175.688	184.244	193.633	194.784	198.267
Ensino Politécnico	59.673	72.691	80.007	90.286	101.795	108.486	112.532	111.482	108.436	104.417	107.667	112.635	111.899	114.828	120.399	118.302	119.321
Ensino Superior Privado	114.641	120.831	117.933	118.737	114.173	111.812	110.299	106.754	98.681	92.033	91.748	93.036	91.247	90.769	89.413	79.144	79.749
Ensino Universitário	89.744	92.390	87.878	86.713	81.544	78.592	75.993	72.774	66.478	61.408	60.420	61.162	60.820	60.947	61.336	55.577	56.082
Ensino Politécnico	24.897	28.441	30.055	32.024	32.629	33.220	34.306	33.980	32.203	30.625	31.328	31.874	30.427	29.822	28.077	23.567	23.667
Portugal	306.870	347.473	356.790	373.745	387.703	396.601	400.831	395.063	381.231	368.571	368.982	381.728	378.834	389.841	381.336	368.129	368.292
Ensino Superior Público	193.953	218.858	231.435	247.279	263.853	272.631	276.177	276.159	269.780	263.809	263.977	274.632	274.560	284.541	296.959	294.612	294.772
Ensino Universitário	135.375	148.310	152.790	158.713	164.408	166.764	166.186	167.426	163.959	161.916	158.910	164.686	165.454	172.749	180.017	180.326	180.482
Ensino Politécnico	58.578	70.548	78.645	88.566	99.445	105.867	109.991	108.733	105.821	101.893	105.067	109.946	109.106	111.792	116.942	114.286	114.290
Ensino Superior Privado	112.917	118.499	108.934	115.850	111.133	108.278	105.894	102.749	94.440	87.649	86.999	88.414	86.225	85.875	84.377	73.517	73.520
Ensino Universitário	88.736	90.780	79.511	84.495	79.137	75.751	72.461	69.419	62.886	57.608	56.200	57.183	56.429	56.739	56.995	51.110	51.112
Ensino Politécnico	24.181	27.719	29.423	31.355	31.996	32.527	33.433	33.330	31.554	30.041	30.799	31.231	29.796	29.136	27.382	22.407	22.408
CPLP	4.036	5.752	5.877	6.614	7.851	9.216	10.277	11.174	12.283	12.377	13.511	13.499	13.049	13.203	14.104	14.870	16.019
Ensino Superior Público	3.097	4.404	4.442	4.906	5.931	6.793	7.472	8.226	9.121	9.268	9.824	10.015	9.194	9.540	10.401	10.810	11.906
Ensino Universitário	2.456	3.575	3.642	4.037	4.564	5.364	5.786	6.368	7.184	7.373	7.849	8.037	7.161	7.394	8.035	8.241	9.260
Ensino Politécnico	641	829	800	869	1.367	1.429	1.686	1.858	1.937	1.895	1.975	1.978	2.033	2.146	2.366	2.569	2.646
Ensino Superior Privado	939	1.348	1.435	1.708	1.920	2.423	2.805	2.948	3.162	3.109	3.687	3.484	3.855	3.663	3.703	4.060	4.113
Ensino Universitário	520	966	1.083	1.273	1.538	2.039	2.358	2.548	2.766	2.740	3.341	3.023	3.398	3.183	3.242	3.241	3.286
Ensino Politécnico	419	382	352	435	382	384	447	400	396	369	346	461	457	480	461	819	827
Outras nacionalidades	2.496	4.143	3.582	3.650	4.060	4.861	5.475	4.914	4.728	4.736	4.495	5.183	5.000	6.222	8.005	9.231	13.026
Ensino Superior Público	1.711	3.168	2.529	2.492	2.952	3.783	3.949	3.870	3.649	3.461	3.433	4.045	3.833	4.991	6.672	7.664	10.910
Ensino Universitário	1.258	1.868	1.989	1.731	2.053	2.631	3.108	3.002	2.971	2.832	2.808	3.334	3.073	4.101	5.581	6.217	8.525
Ensino Politécnico	453	1.300	540	761	899	1.152	841	868	678	629	625	711	760	890	1.091	1.447	2.385
Ensino Superior Privado	785	975	1.053	1.158	1.108	1.078	1.526	1.044	1.079	1.275	1.062	1.138	1.167	1.231	1.333	1.567	2.116
Ensino Universitário	488	635	776	928	860	773	1.104	795	826	1.060	879	956	993	1.025	1.099	1.226	1.684
Ensino Politécnico	297	340	277	230	248	305	422	249	253	215	183	182	174	206	234	341	432
Desconhecidos	13	221	6.962	352	806	1.615	3.008	67									

Fonte: DGEEC - MEC

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo C - Distribuição dos Inscritos da CPLP em estabelecimentos de ensino superior por subsistema de ensino - 1995/96 a 2011/12^{a)}

Subsistema de ensino	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Inscritos CPLP	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
Angola	1350	2028	2111	2258	2711	3183	3367	3527	4258	4118	4799	4670	3606	3258	3165	3501	3505
Ensino Superior Público	918	1427	1464	1510	1876	2111	2063	2289	2921	2849	3277	3296	2076	1924	1840	1769	1771
Ensino Universitário	667	1164	1248	1257	1299	1727	1657	1920	2583	2550	2980	2973	1765	1609	1515	1425	1426
Ensino Politécnico	251	263	216	253	577	384	406	369	338	299	297	323	311	315	325	344	345
Ensino Superior Privado	432	601	647	748	835	1072	1304	1238	1337	1269	1522	1374	1530	1334	1325	1732	1734
Ensino Universitário	219	429	496	575	679	915	1117	1087	1178	1110	1385	1146	1318	1129	1142	1241	1242
Ensino Politécnico	213	172	151	173	156	157	187	151	159	159	137	228	212	205	183	491	492
Cabo Verde	696	1077	1331	1587	2075	2497	3011	3516	3835	4096	4347	3863	3580	3515	3432	3319	3320
Ensino Superior Público	582	913	1120	1328	1724	2030	2362	2729	2938	3078	3221	2854	2655	2621	2572	2521	2522
Ensino Universitário	520	827	980	1112	1423	1521	1668	1854	1933	2030	2132	1824	1679	1661	1564	1467	1468
Ensino Politécnico	62	86	140	216	301	509	694	875	1005	1048	1089	1030	976	960	1008	1054	1054
Ensino Superior Privado	114	164	211	259	351	467	649	787	897	1018	1126	1009	925	894	860	798	798
Ensino Universitário	88	150	174	184	321	432	600	735	837	969	1067	956	870	842	804	729	729
Ensino Politécnico	26	14	37	75	30	35	49	52	60	49	59	53	55	52	56	69	69
Guiné-Bissau	388	398	328	401	308	360	348	452	360	376	428	319	392	402	416	462	462
Ensino Superior Público	361	356	311	368	282	243	321	317	251	256	264	239	290	297	308	369	369
Ensino Universitário	307	328	264	313	238	201	266	256	207	206	193	180	203	211	214	263	263
Ensino Politécnico	54	28	47	55	44	42	55	61	44	50	71	59	87	86	94	106	106
Ensino Superior Privado	27	42	17	33	26	117	27	135	109	120	164	80	102	105	108	93	93
Ensino Universitário	15	36	12	24	12	104	16	126	103	114	153	70	83	90	98	77	77
Ensino Politécnico	12	6	5	9	14	13	11	9	6	6	11	10	19	15	10	16	16
Moçambique	504	873	740	776	852	1074	1066	1155	1345	1217	1009	985	881	748	712	674	674
Ensino Superior Público	341	656	535	543	635	831	815	940	1105	1039	811	809	687	599	559	542	542
Ensino Universitário	236	391	368	438	486	678	678	803	979	934	711	722	588	511	486	449	449
Ensino Politécnico	105	265	167	105	149	153	137	137	126	105	100	87	99	88	73	93	93
Ensino Superior Privado	163	217	205	233	217	243	251	215	240	178	198	176	194	149	153	132	132
Ensino Universitário	72	127	143	146	145	172	170	155	197	143	164	133	161	135	136	109	109
Ensino Politécnico	91	90	62	87	72	71	81	60	43	35	34	43	33	14	17	23	23
São Tomé e Príncipe	216	277	300	333	392	441	496	540	581	556	645	649	684	691	848	823	823
Ensino Superior Público	185	232	233	245	268	305	366	402	415	413	412	465	497	498	622	648	648
Ensino Universitário	160	200	189	205	218	244	276	288	278	274	267	306	327	326	340	382	382
Ensino Politécnico	25	32	44	40	50	61	90	114	137	139	145	159	170	172	282	266	266
Ensino Superior Privado	31	45	67	88	124	136	130	138	166	143	233	184	187	193	226	175	175
Ensino Universitário	15	36	50	64	96	109	104	117	139	114	213	168	168	160	199	152	152
Ensino Politécnico	16	9	17	24	28	27	26	21	27	29	20	16	19	33	27	23	23
Brasil	881	1085	1047	1243	1375	1525	1760	1842	1797	1911	2209	2934	3842	4462	5395	5938	7082
Ensino Superior Público	710	807	760	897	1009	1137	1324	1410	1388	1534	1771	2282	2932	3478	4370	4817	5910
Ensino Universitário	566	652	576	698	768	865	1039	1126	1115	1291	1507	1968	2545	2968	3807	4132	5149
Ensino Politécnico	144	155	184	199	241	272	285	284	273	243	264	314	387	510	563	685	761
Ensino Superior Privado	171	278	287	346	366	388	436	432	409	377	438	652	910	984	1025	1121	1172
Ensino Universitário	110	187	207	279	284	307	344	326	310	288	355	543	793	824	857	925	969
Ensino Politécnico	61	91	80	67	82	81	92	106	99	89	83	109	117	160	168	196	203
Timor-Leste	1	14	20	16	138	136	229	142	107	103	74	79	64	127	136	153	153
Ensino Superior Público		13	19	15	137	136	221	139	103	99	68	70	57	123	130	144	144
Ensino Universitário		13	17	14	132	128	202	121	89	88	59	64	54	108	109	123	123
Ensino Politécnico			2	1	5	8	19	18	14	11	9	6	3	15	21	21	21
Ensino Superior Privado	1	1	1	1	1		8	3	4	4	6	9	7	4	6	9	9
Ensino Universitário	1	1	1	1	1		7	2	2	2	4	7	5	3	6	8	8
Ensino Politécnico							1	1	2	2	2	2	2	1		1	1

Fonte: DGEEC - MEC

Notas: a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo D - Distribuição dos Inscritos em estabelecimentos de ensino superior por nível de formação - 1995/96 a 2011/12 ^{a)}

Nível de Formação	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Total	313415	347473	356790	373745	387703	396601	400831	395063	381231	368571	368982	381728	378834	389841	403445	392230	397337
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1259	2253	4811	5832	6214	7177	7064	7064
Bacharelato c)	69499	77876	76459	74557	75279	77192	81026	83170	81409	77542	48759	11899	1976	18	0	1	1
Licenciatura d)	236158	257971	268396	285706	298178	303713	300809	290690	277609	263953	272722	274093	260477	256714	256028	242481	246196
Especialização	1619	1573	1654	1802	2173	2841	3119	3758	3509	5305	5729	4852	5021	5109	4831	3990	3990
Mestrado e)	6139	7448	7841	8725	8692	8545	10524	11106	11422	12007	29934	74729	92099	105409	117116	119560	120873
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18326	47525	56558	60657	61971	62109	62687
Doutoramento f)	0	2605	2440	2955	3381	4310	5353	6339	6988	8.505	9585	11344	13429	16377	18293	19134	19213
Portugal	306870	337357	340369	363129	374986	380909	382071	378908	364220	351458	350976	363046	360785	370416	381336	368129	368292
CET	0	0	0	0	0	0	0	0	293	1223	2197	4713	5683	6012	6892	6675	6675
Bacharelato c)	67954	75673	75839	74171	74898	76974	80834	83004	81136	77299	48569	11840	1950	18	0	1	1
Licenciatura d)	231331	250573	253315	276363	287043	289476	283912	276206	262389	248893	257703	260341	249183	245447	243819	229958	230111
Especialização	1597	1501	1576	1716	2082	2748	2985	3612	3331	5101	5466	4720	4866	4968	4709	3787	3787
Mestrado e)	5988	7125	7379	8168	7906	7739	9591	10280	10674	11177	28369	71269	87344	99778	110324	111716	111725
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17737	46027	54579	58345	59290	59553	59557
Doutoramento f)	0	2485	2260	2711	3057	3972	4749	5806	6397	7.765	8672	10163	11759	14193	15592	15992	15993
CPLP	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	21	71	101	132	200	272	272
Bacharelato c)	900	971	334	217	132	123	130	116	233	223	170	58	25	0	0	0	0
Licenciatura d)	3011	4422	5126	5821	7182	8439	9240	10038	11063	10986	11513	10191	8497	7992	8143	7965	8759
Especialização	16	46	54	56	59	43	81	84	100	121	171	69	92	80	55	108	108
Mestrado e)	109	263	298	400	375	449	559	622	534	605	1095	2383	3252	3648	4132	4695	4993
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	326	890	1152	1250	1350	1243	1439
Doutoramento f)	0	50	65	120	103	162	267	314	352	425	541	727	1082	1351	1574	1830	1887
Outras nacionalidad	2496	4143	3582	3650	4060	4861	5475	4914	4728	4736	4495	5183	5000	6222	8005	9231	13026
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	35	27	48	70	85	117	117
Bacharelato c)	644	1220	284	167	107	84	61	50	40	20	20	1	1	0	0	0	0
Licenciatura d)	1804	2778	3107	3220	3692	4450	4967	4380	4157	4074	3506	3561	2797	3275	4066	4558	7326
Especialização	6	24	24	29	31	31	50	62	78	83	92	63	63	61	67	95	95
Mestrado e)	42	59	96	142	139	165	198	203	214	225	470	1077	1503	1983	2660	3149	4155
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	263	608	827	1062	1331	1313	1691
Doutoramento f)		62	71	92	91	131	199	219	239	315	372	454	588	833	1127	1312	1333
Desconhecidos	13	221	6962	352	806	1615	3008	67	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DGEEC - MEC

Notas: a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

c) "Bacharelato" inclui os inscritos dos cursos de bacharelato e os inscritos do 1.º ciclo das licenciaturas bietápicas

d) "Licenciatura" inclui os inscritos dos cursos que conferem o grau de licenciado

e) "Mestrado" inclui os inscritos dos cursos de Mestrado, Mestrado 2º ciclo, os dos cursos de Mestrado Integrado, Preparatórios de Mestrado Integrado e Mestrado Integrado (parte terminal)

f) "Doutoramento" inclui os inscritos dos cursos de doutoramento e de doutoramento - 3.º ciclo

Anexo E - Distribuição dos Inscritos da CPLP em estabelecimentos de ensino superior por nível de formação - 1995/96 a 2011/12 ^{a)}

Nível de Formação	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 b)
Total	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
Angola	1350	2028	2111	2258	2711	3183	3367	3527	4258	4118	4799	4670	3606	3258	3165	3501	3505
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	22	19	20	36	34	34
Bacharelato c)	391	339	140	79	44	40	44	28	115	115	103	26	10	0	0	0	0
Licenciatura d)	917	1558	1817	2046	2554	2984	3148	3324	3970	3847	4454	4093	2866	2268	2128	2050	2053
Especialização	6	27	26	30	26	14	30	27	33	24	20	11	30	26	9	29	29
Mestrado e)	36	89	110	80	62	114	94	97	86	79	154	434	560	791	809	1165	1166
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86	201	204	222	231	213	213
Doutoramento f)	0	15	18	23	25	31	51	51	54	51	63	84	121	153	183	223	223
Brasil	881	1085	1047	1243	1375	1525	1760	1842	1797	1911	2209	2934	3842	4462	5395	5938	7082
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	22	29	41	60	93	93
Bacharelato c)	178	192	75	35	25	13	17	16	15	15	14	4	2	0	0	0	0
Licenciatura d)	662	756	865	933	1066	1203	1215	1220	1195	1187	1121	1313	1470	1902	2334	2422	3212
Especialização	4	11	7	9	15	14	24	31	34	43	82	35	39	30	39	55	55
Mestrado e)	37	96	65	183	204	188	324	364	309	354	581	1009	1482	1457	1790	2017	2314
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64	174	342	379	445	382	578
Doutoramento f)	0	30	35	83	65	107	180	211	243	308	406	551	820	1032	1172	1351	1408
Cabo verde	696	1077	1331	1587	2075	2497	3011	3516	3835	4096	4347	3863	3580	3515	3432	3319	3320
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	5	19	36	51	73	107	107
Bacharelato c)	64	79	32	35	25	23	25	16	29	25	22	8	5	0	0	0	0
Licenciatura d)	620	979	1251	1519	2000	2412	2922	3397	3696	3907	4009	3187	2697	2506	2396	2201	2202
Especialização	0	2	5	3	8	7	4	4	14	21	41	11	11	13	2	9	9
Mestrado e)	12	16	39	27	37	48	51	84	76	105	242	603	773	870	870	899	899
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122	341	412	426	442	415	415
Doutoramento f)	0	1	4	3	5	7	9	15	20	28	28	35	58	75	91	103	103
Guiné Bissau	388	398	328	401	308	360	348	452	360	376	428	319	392	402	416	462	462
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	1	1	1	3	1	1
Bacharelato c)	56	31	7	10	3	3	2	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0
Licenciatura d)	326	354	294	374	300	345	317	411	338	345	387	243	304	292	292	320	320
Especialização	1	2	10	4	1	1	8	6	3	9	9	3	2	3	0	1	1
Mestrado e)	5	11	17	13	4	11	20	30	16	13	25	63	75	90	108	127	127
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	33	40	41	47	39	39
Doutoramento f)	0	0	0	0	0	0	1	5	3	6	5	8	10	16	13	13	13
Moçambique	504	873	740	776	852	1074	1066	1155	1345	1217	1009	985	881	748	712	674	674
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	2	5	2	5	5	5
Bacharelato c)	173	292	55	40	17	31	34	45	66	58	28	19	8	0	0	0	0
Licenciatura d)	314	546	626	642	770	953	943	1039	1205	1077	875	766	583	446	359	316	316
Especialização	5	2	6	7	8	6	11	8	9	19	11	8	6	7	4	12	12
Mestrado e)	12	30	49	79	52	71	59	37	37	37	58	149	217	235	246	225	225
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	63	69	79	79	73	73
Doutoramento f)	0	3	4	8	5	13	19	26	28	25	34	41	62	58	98	116	116
São Tomé e Príncipe	216	277	300	333	392	441	496	540	581	556	645	649	684	691	848	823	823
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	5	11	15	19	26	26
Bacharelato c)	38	38	23	18	18	13	7	6	5	4	1	0	0	0	0	0	0
Licenciatura d)	171	215	255	292	356	407	469	511	557	530	598	538	555	527	585	595	595
Especialização	0	2	0	3	1	1	4	8	7	5	8	1	4	1	1	2	2
Mestrado e)	7	21	18	17	14	16	9	9	10	11	32	97	104	134	232	190	190
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	59	71	89	91	99	99
Doutoramento f)	0	1	4	3	3	4	7	6	2	6	5	8	10	14	11	10	10
Timor Leste	1	14	20	16	138	136	229	142	107	103	74	79	64	127	136	153	153
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	2	4	6	6
Bacharelato c)	0	0	2	0	0	0	1	5	3	3	2	0	0	0	0	0	0
Licenciatura d)	1	14	18	15	136	135	226	136	102	93	69	51	22	51	49	61	61
Especialização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado e)	0	0	0	1	2	1	2	1	0	6	3	28	41	71	77	72	72
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	19	14	15	22	22	22
Doutoramento f)	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	3	6	14	14

Fonte: DGEEC - MEC

Notas: a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

c) "Bacharelato" inclui os inscritos dos cursos de bacharelato e os inscritos do 1.º ciclo das licenciaturas bietápicas

d) "Licenciatura" inclui os inscritos dos cursos que conferem o grau de licenciado

e) "Mestrado" inclui os inscritos dos cursos de Mestrado, Mestrado 2º ciclo, os dos cursos de Mestrado Integrado, Preparatórios de Mestrado Integrado e Mestrado Integrado (parte terminal)

f) "Doutoramento" inclui os inscritos dos cursos de doutoramento e de doutoramento - 3.º ciclo

Anexo F - Distribuição dos Inscritos da CPLP por Área de educação e formação (CNAEF) e sexo de 1995/1996 e 2011/2012 a)

CNAEF/sexo	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}	
Agricultura	H	94	102	74	80	75	97	92	84	74	45	36	65	60	62	59	65	69
	M	41	91	51	57	51	86	80	65	60	40	41	58	46	48	59	57	62
	HM	135	193	125	137	126	183	172	149	134	85	77	123	106	110	118	122	131
Artes e Humanidades	H	135	141	160	200	234	273	317	362	467	465	515	534	462	556	638	660	692
	M	213	204	186	229	240	305	358	339	395	400	398	427	469	520	663	746	824
	HM	348	345	346	429	474	578	675	701	862	865	913	961	931	1076	1301	1406	1516
Ciências Sociais, Comércio e Direito	H	868	1153	1266	1503	1782	2167	2469	2768	3354	3285	3895	3694	3102	2824	2890	2874	3035
	M	876	1277	1361	1671	1931	2262	2426	2747	3047	3120	3605	3421	3585	3614	3601	3698	3935
	HM	1744	2430	2627	3174	3713	4429	4895	5515	6401	6405	7500	7115	6687	6438	6491	6572	6970
Ciências, Matemática e Informática	H	153	239	253	223	317	389	468	573	609	578	598	654	555	605	683	762	807
	M	107	148	171	129	192	224	276	309	335	332	358	384	404	445	511	552	617
	HM	260	387	424	352	509	613	744	882	944	910	956	1038	959	1050	1194	1314	1424
Educação	H	78	105	69	77	105	148	126	131	123	282	137	145	117	138	231	351	353
	M	184	263	234	319	515	423	434	360	336	329	298	389	368	355	483	648	661
	HM	262	368	303	396	620	571	560	491	459	611	435	534	485	493	714	999	1014
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	H	533	901	923	930	1046	1204	1411	1510	1497	1478	1545	1576	1548	1591	1612	1676	1807
	M	165	370	324	318	350	363	420	505	515	529	536	603	646	669	710	707	820
	HM	698	1271	1247	1248	1396	1567	1831	2015	2012	2007	2081	2179	2194	2260	2322	2383	2627
Saúde e Proteção Social	H	156	161	148	159	168	212	227	212	261	269	252	203	191	183	201	205	227
	M	234	282	325	342	422	546	568	600	636	616	654	659	666	700	775	816	887
	HM	390	443	473	501	590	758	795	812	897	885	906	862	857	883	976	1021	1114
Serviços	H	147	229	227	239	259	296	324	310	284	295	315	332	417	428	474	507	563
	M	52	86	105	138	164	221	281	299	290	314	328	355	413	465	514	524	575
	HM	199	315	332	377	423	517	605	609	574	609	643	687	830	893	988	1031	1138
Desconhecido	HM															22	85	
Total Geral		4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019

Fonte: DGEEC - MEC

Notas: a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo G - Distribuição dos Inscritos por NUTS II, de 1995/1996 a 2011/2012 ^{a)}

NUTS II	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Total	313415	347473	356790	373745	387703	396601	400831	395063	381231	368571	368982	381728	378834	389841	403445	392230	397337
Alentejo	15313	17196	17972	19708	21469	21500	21441	20484	19829	18429	17566	18340	17683	18258	18999	17127	17254
Algarve	7619	8716	9705	10652	11328	11483	11331	11364	10615	10571	10807	11076	10853	10926	11099	10044	10176
Centro	57473	67207	71426	76243	81335	84186	87501	85568	81991	80199	79997	84611	83163	84239	89038	86742	87828
Lisboa	133008	142070	143166	146465	149481	152750	151390	149947	145269	139042	139485	141252	141784	146272	150669	147079	149075
Norte	94985	106534	108411	114271	117465	120038	122427	121261	116967	114014	114686	119340	118037	122621	125834	123865	125575
R. A. Açores	2718	3105	3403	3630	3725	3614	3663	3427	3358	3069	3193	3348	3642	3865	4040	3800	3837
R. A. Madeira	2299	2645	2707	2776	2900	3030	3078	3012	3202	3247	3248	3761	3672	3660	3766	3573	3592
Portugal	306870	337357	340369	363129	374986	380909	382071	378908	364220	351458	350976	363046	360785	370416	381336	368129	368292
Alentejo	15141	17033	17769	19473	21123	21152	20909	19975	19193	17903	17097	17863	17025	17460	18063	16265	16265
Algarve	7500	8541	9463	10413	11003	11146	10883	10927	10242	10192	10340	10637	10385	10356	10470	9339	9340
Centro	55912	65523	69292	74326	78720	81817	84550	83120	79639	77751	77332	81732	80131	80169	83460	81504	81514
Lisboa	130506	137870	131764	141348	143173	144765	141119	141878	135802	129144	128983	130949	131853	136497	140568	135360	135380
Norte	92973	102856	106172	111396	114579	115960	118410	117050	113183	110645	111306	115363	114276	118571	121206	118535	118667
R. A. Açores	2632	2985	3317	3525	3636	3512	3550	3317	3284	2996	3115	3271	3575	3790	3928	3696	3696
R. A. Madeira	2206	2549	2592	2648	2752	2557	2650	2641	2877	2827	2803	3231	3540	3573	3641	3430	3430
CPLP	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
Alentejo	91	100	114	143	193	218	351	307	432	326	294	355	493	543	632	578	609
Algarve	33	88	106	136	172	225	237	277	251	254	267	274	241	290	315	299	300
Centro	864	1035	1061	1219	1348	1497	1772	1869	1721	1789	1897	1907	2123	2458	3182	3277	3582
Lisboa	1914	2982	3383	3715	4687	5375	5939	6634	7857	8058	8913	8606	7772	7278	7268	7763	8002
Norte	1108	1497	1166	1343	1390	1788	1827	1951	1910	1826	2014	2207	2315	2561	2610	2880	3453
R. A. Açores	13	36	21	36	37	47	80	69	54	46	48	44	36	44	42	38	38
R. A. Madeira	13	14	26	22	24	66	71	67	58	78	78	106	69	29	55	35	35
Outras nacionalidades	2496	4143	3582	3650	4060	4861	5475	4914	4728	4736	4495	5183	5000	6222	8005	9231	13026
Alentejo	81	61	88	92	151	129	178	194	204	200	175	122	165	255	304	284	380
Algarve	86	82	110	98	75	99	109	158	122	125	200	165	227	280	314	406	536
Centro	697	642	959	690	976	866	1155	576	631	659	768	972	909	1612	2396	1961	2732
Lisboa	576	1030	1243	1200	1304	1290	1692	1414	1610	1840	1589	1697	2159	2497	2833	3956	5693
Norte	903	2162	1031	1397	1391	2060	1980	2230	1874	1543	1366	1770	1446	1489	2018	2450	3455
R. A. Açores	73	84	63	67	48	52	28	38	20	27	30	33	31	31	70	66	103
R. A. Madeira	80	82	88	106	115	365	333	304	267	342	367	424	63	58	70	108	127
Desconhecidos	13	221	6962	352	806	1615	3008	67	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DGEEC - MEC

Notas: a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo H - Distribuição dos Inscritos da CPLP por NUTS II, de 1995/1996 a 2011/2012 ^{a)}

NUTS II	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Angola	1350	2028	2111	2258	2711	3183	3367	3527	4258	4118	4799	4670	3606	3258	3165	3501	3505
Alentejo	45	35	48	54	62	53	66	71	84	50	44	81	137	212	165	129	129
Algarve	6	8	14	13	13	19	18	34	14	17	25	27	22	22	25	28	28
Centro	218	227	207	217	255	251	301	269	222	195	218	192	245	255	328	307	308
Lisboa	752	1216	1501	1597	2015	2341	2503	2706	3515	3550	4179	4023	2909	2480	2366	2661	2663
Norte	319	522	319	353	343	478	426	402	390	267	300	321	290	287	276	372	373
R. A. Açores	4	16	10	18	16	15	31	27	16	14	16	4	2	2	5	4	4
R. A. Madeira	6	4	12	6	7	26	22	18	17	25	17	22	1	0	0	0	0
Cabo Verde	696	1077	1331	1587	2075	2497	3011	3516	3835	4096	4347	3863	3580	3515	3432	3319	3320
Alentejo	4	32	20	34	60	86	129	139	163	173	164	139	146	129	132	120	120
Algarve	10	30	42	63	92	127	139	150	153	149	140	124	86	99	97	101	101
Centro	184	302	369	455	509	602	724	839	847	940	908	893	802	756	720	697	697
Lisboa	392	547	693	817	1120	1283	1530	1762	1963	2067	2290	1862	1741	1692	1640	1537	1537
Norte	106	165	204	211	284	380	463	597	670	730	811	810	780	821	826	842	843
R. A. Açores	0	1	3	7	8	14	18	21	32	25	22	23	16	14	10	14	14
R. A. Madeira	0	0	0	0	2	5	8	8	7	12	12	12	9	4	7	8	8
Guiné-Bissau	388	398	328	401	308	360	348	452	360	376	428	319	392	402	416	462	462
Alentejo	6	2	5	9	10	6	6	17	4	4	7	10	12	16	19	19	19
Algarve	0	23	21	19	15	18	18	21	17	13	17	18	8	10	12	11	11
Centro	83	86	81	93	85	85	102	101	85	102	98	56	89	84	84	86	86
Lisboa	229	229	181	240	166	209	188	275	207	218	274	209	251	268	270	313	313
Norte	69	60	43	42	33	37	32	47	34	39	35	29	33	26	33	32	32
R. A. Açores	1	0	2	0	1	2	1	0	0	0	0	1	2	1	1	1	1
R. A. Madeira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moçambique	504	873	740	776	852	1074	1066	1155	1345	1217	1009	985	881	748	712	674	674
Alentejo	27	16	24	22	25	26	25	33	38	27	21	14	21	19	23	26	26
Algarve	2	4	6	10	14	19	20	28	18	20	21	22	17	19	15	8	8
Centro	88	92	84	120	137	133	146	140	128	104	107	111	92	103	89	104	104
Lisboa	259	516	474	448	505	629	629	733	983	921	725	693	644	510	458	411	411
Norte	126	236	145	164	160	242	214	196	161	124	118	129	104	94	123	122	122
R. A. Açores	2	9	5	4	4	3	6	3	1	1	1	1	2	3	4	2	2
R. A. Madeira	0	0	2	8	7	22	26	22	16	20	16	15	1	0	0	1	1
São Tomé e Príncipe	216	277	300	333	392	441	496	540	581	556	645	649	684	691	848	823	823
Alentejo	4	7	6	9	10	10	12	11	13	13	14	23	13	12	18	17	17
Algarve	1	8	9	10	9	15	13	13	14	13	12	11	10	7	10	7	7
Centro	65	73	81	86	93	100	118	124	126	128	121	118	129	132	155	175	175
Lisboa	89	134	152	167	215	254	284	319	361	342	437	433	459	478	520	507	507
Norte	55	53	50	59	61	60	66	69	64	57	59	62	73	62	144	115	115
R. A. Açores	0	0	0	1	2	1	2	3	2	2	2	1	0	0	1	2	2
R. A. Madeira	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Brasil	881	1085	1047	1243	1375	1525	1760	1842	1797	1911	2209	2934	3842	4462	5395	5938	7082
Alentejo	5	10	14	19	27	30	102	36	105	49	46	91	162	134	253	246	277
Algarve	14	15	14	21	28	27	27	30	34	41	51	70	94	122	147	141	142
Centro	226	255	239	247	264	289	324	348	279	291	422	508	753	1099	1769	1870	2174
Lisboa	192	329	362	432	538	588	697	790	789	924	979	1358	1746	1832	1997	2302	2539
Norte	433	458	405	513	506	575	585	616	570	582	671	837	1014	1229	1162	1339	1910
R. A. Açores	6	10	3	4	6	5	11	5	3	4	7	15	15	21	19	14	14
R. A. Madeira	5	8	10	7	6	11	14	17	17	20	33	55	58	25	48	26	26
Timor-Leste	1	14	20	16	138	136	229	142	107	103	74	79	64	127	136	153	153
Alentejo	0	0	0	0	0	3	11	11	12	10	1	4	25	25	21	21	21
Algarve	0	0	0	0	1	0	2	1	1	1	1	2	4	11	9	3	3
Centro	0	0	0	1	5	37	57	48	34	29	23	29	13	29	37	38	38
Lisboa	1	11	20	14	128	71	108	49	39	36	29	28	22	18	17	32	32
Norte	0	3	0	1	3	16	41	24	21	27	20	19	21	42	46	58	58
R. A. Açores	0	0	0	0	1	8	10	9	0	0	0	0	0	2	2	1	1
R. A. Madeira	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Total Geral	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019

Fonte: DGEEC - MEC

Notas: a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997. b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo I - Distribuição dos Inscritos da CPLP por Distrito, de 1995/1996 a 2011/2012^{a)}

Distrito	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
CPLP	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
Aveiro	114	176	158	152	169	165	199	197	222	267	299	300	343	395	454	508	546
Beja	58	29	33	26	15	22	31	43	59	38	40	45	48	46	49	48	48
Braga	223	286	303	324	323	338	364	372	371	414	465	592	566	723	763	846	983
Bragança	4	12	18	21	36	46	64	72	73	57	70	90	93	91	202	175	213
Castelo Branco	57	77	76	128	118	142	191	206	211	244	199	195	186	181	175	210	221
Coimbra	604	720	696	791	891	957	1087	1131	912	863	956	951	1150	1408	2092	2102	2346
Évora	1	50	58	75	106	116	218	151	258	188	154	205	365	417	481	439	470
Faro	33	88	106	136	172	225	237	277	251	254	267	274	241	290	315	299	300
Guarda	8		19	18	15	22	38	51	50	61	66	74	54	55	49	55	55
Leiria	13	32	38	57	74	118	147	149	165	165	177	202	208	216	226	230	242
Lisboa	1810	2852	3190	3513	4470	5123	5614	6298	7516	7750	8580	8268	7364	6781	6753	7259	7479
Portalegre	8	5	6	12	23	30	39	47	51	43	44	49	41	32	34	32	32
Porto	806	848	759	883	938	1077	1140	1245	1239	1252	1332	1297	1445	1556	1518	1726	1999
R. A. Açores	13	36	21	36	37	47	80	69	54	46	48	44	36	44	42	38	38
R. A. Madeira	13	14	26	22	24	66	71	67	58	78	78	106	69	29	55	35	35
Santarém	36	37	48	62	77	82	118	140	169	204	202	184	151	164	162	146	146
Setúbal	116	130	193	202	217	253	325	336	342	308	334	339	413	501	528	512	531
Viana do Castelo	15	36	19	52	33	65	30	54	32	34	30	34	27	36	38	45	45
Vila Real	56	263	43	49	42	240	206	201	190	66	104	188	169	141	69	70	195
Viseu	48	61	67	55	71	82	78	68	60	45	66	62	80	97	99	95	95

Fonte: DGEEC - MEC

Notas: a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

**Anexo J - Classificações utilizadas para a “Profissão”, “Situação na Profissão” e “Nível escolar”
no RAIDES - Inquérito aos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior**

A) Profissão: Codificação de acordo com a Classificação Portuguesa de Profissões - CPP, versão 2010:

Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos: Compreende as tarefas e funções das profissões dos representantes do poder legislativo, de órgãos executivos, da Administração Pública, direcção e gestão de empresas e outras organizações, com especial incidência na definição do regime jurídico, supervisão da execução da política do Governo, apoio aos governantes na implementação das leis e políticas definidas pelos executivos, planeamento, direcção, coordenação e avaliação das actividades desenvolvidas pelas empresas ou outras organizações.

Especialistas das actividades intelectuais e científicas: Compreende as tarefas e funções das profissões intelectuais e científicas, com particular incidência nos domínios da investigação, desenvolvimento e aplicação do conhecimento humano (ciências físicas, naturais, sociais e humanas).

Técnicos e profissões de nível intermédio: Compreende as tarefas e funções das profissões técnicas de nível intermédio, com especial incidência nos domínios das ciências físicas, de engenharia, indústria, ciências da vida, saúde, áreas financeira, administrativa, negócios, jurídica, social, desportiva, cultural e tecnologias de informação e comunicação.

Pessoal administrativo: Compreende as tarefas e funções das profissões administrativas, com especial incidência no registo, organização, arquivo, cálculo e recuperação de informação e execução de tarefas administrativas e operações de manuseamento de dinheiro, organização de viagens e pedidos de informação.

Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores: Compreende as tarefas e funções das profissões dos trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores, com especial incidência no domínio da assistência a viagens, preparação e serviço de refeições, estética, limpeza, trabalho doméstico, astrologia, prestação de cuidados a animais, vendas, auxílio no cuidado a crianças, protecção de pessoas e bens e na manutenção de segurança e ordem pública.

Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta: Compreende as tarefas e funções das profissões dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, produção animal, pesca, floresta e caça, com especial incidência no cultivo, de plantas e árvores, apanha de frutos e plantas silvestres, criação de animais, exploração da floresta, pesca, criação de peixe ou produtos aquáticos.

Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices: Compreende as tarefas e funções das profissões qualificadas da indústria, construção e artífices, com especial incidência na aplicação de conhecimentos e competências específicos nos domínios da construção, metalurgia, metalomecânica, impressão, fabrico de instrumentos de precisão, joalharia, artesanato, electricidade, electrónica, indústrias alimentares, da madeira, vestuário e outras indústrias.

Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem: Compreende as tarefas e funções das profissões dos operadores de instalações e máquinas e dos trabalhadores da montagem, com especial incidência na operação e monitorização de máquinas e equipamentos industriais e

agrícolas, condução de comboios, veículos automóveis, máquinas e equipamentos móveis e montagem de produtos a partir de componentes.

Trabalhadores não qualificados: Compreende as tarefas e funções das profissões não qualificadas, com especial incidência na execução de tarefas simples e de rotina, para as quais pode ser necessário utilizar máquinas-ferramentas portáteis e considerável esforço físico.

Profissões das Forças Armadas: Compreende oficiais, sargentos e praças, dos três ramos das Forças Armadas, no activo ou na reserva em efectividade de serviço, com funções predominantemente militares ou servindo em unidades militares e aqui exercem, em exclusivo ou principalmente, as suas tarefas e funções.

B) Condição perante a situação na profissão / ocupação

Trabalhador por conta de outrem: Indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria como empregador: Indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

Trabalhador por conta própria como isolado: Indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador familiar não remunerado: Indivíduo que exerce uma actividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Reformado: Indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma.

Desempregado: Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- a) Não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- b) Estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- c) Tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Doméstico: Indivíduo que, não tendo um emprego, nem estando desempregado, se ocupa principalmente das tarefas domésticas no seu próprio lar.

Aluno, estudante: Esta opção só deve ser seleccionada se esta ocupação for exercida em exclusividade.

C) Nível mais elevado de escolaridade

- Não sabe ler nem escrever
- Sabe ler sem possuir o 4.º ano de escolaridade (antiga 4.ª classe)
- Ensino básico 1.º ciclo - 4.º ano de escolaridade (antiga 4.ª classe)
- Ensino básico 2.º ciclo - 6.º ano de escolaridade (antigo 2.º ano liceal ou ciclo preparatório)
- Ensino básico 3.º ciclo - 9.º ano de escolaridade (antigo 5.º ano liceal ou ensino técnico)
- Ensino secundário - 12.º ano de escolaridade ou equivalente
- Ensino médio
- Ensino pós-secundário – curso de especialização tecnológica
- Ensino superior – bacharelato
- Ensino superior – licenciatura
- Ensino superior - mestrado
- Ensino superior - doutoramento

Anexo K - Nota metodológica sobre o procedimento de apuramento dos perfis de caracterização social.

A presente nota refere-se às opções de carácter metodológico que foi necessário fazer, no Capítulo VI, para construir o indicador de posição socioeconómica dos estudantes e traduzi-lo na linguagem do esquemas das classes sociais de John Goldthorpe e Robert Eriksson.

- a) Os critérios usados para a caracterização social e económica foram o nível escolar de pai e mãe e a profissão e situação na profissão do pai.
- b) Pelo impacto direto dos dados relativos ao nível escolar na apreciação dos índices de reprodução social foi feito um tratamento específico dos níveis escolares de pai e mãe, que é previamente apresentado à caracterização social geral.
- c) A caracterização social geral baseia-se no cruzamento da profissão, da situação perante a profissão e do nível escolar apenas do pai. Embora vários autores recomendem a utilização dos elementos de caracterização de pai e mãe (*vide*, por todos, Machado *et al.*, 2003)
- d) Entendemos que fazê-lo não apenas por justaposição mas de forma integrada (a única com real interesse) poderia pôr em risco a exequibilidade e a consistência deste procedimento. Ainda que se adotasse como solução de integração atribuir ao estudante a posição social mais elevada, consoante se tratasse de pai ou mãe, seria difícil definir critérios seguros em que basear uma hierarquia. Do ponto de vista da profissão, a hierarquia está longe de ser evidente. Não é fácil estabelecer uma hierarquia entre, por exemplo, «Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta» e «Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices». A possibilidade de construir uma hierarquia de todos os cruzamentos possíveis entre profissões e situações na profissão do pai e da mãe foi abandonada pela sua complexidade e possível arbitrariedade. Assim a opção tomada foi usar apenas a profissão e situação na profissão do pai.
- e) Construiu-se um indicador de posição socioeconómica através do cruzamento entre profissão, situação na profissão e nível escolar do pai. Para efeitos deste cruzamento, e redução da complexidade da matriz, os níveis escolares foram agrupados em quatro categorias (pós-secundário, secundário, básico-9.º ano, inferior ao básico).
- f) O universo de observação é constituído por todos os estudantes que responderam substantivamente à questão sobre a profissão do pai (foram excluídas as respostas «outra situação» e «desconhece»).
- g) No sentido de não perder informação, as respostas «desconhece» à questão sobre o nível habilitacional do pai foram distribuídas pelos outros níveis em função da ponderação respetiva representatividade no interior de cada profissão.
- h) No sentido de não perder informação, as respostas «reformado», «desempregado», «estudante», «doméstico», «outra situação» e «desconhece» à situação perante a profissão,

foram distribuídas pelas outras categorias («trabalhador independente com empregados», «trabalhador isolado», «trabalhador por conta de outrem», «trabalhador familiar não remunerado») em função da ponderação da respetiva representatividade em cada profissão por nível habilitacional do pai.

- i) Criou-se uma tabela de conversão entre as posições socioeconómicas definidas pelo indicador e o esquema classes sociais proposto por John Goldthorpe e Robert Eriksson. O esquema teve duas pequenas adaptações. A supressão da subdivisão da classe III, porque os dados de base não permitiam com rigor proceder à repartição dos estudantes entre as classes IIIa e IIIb. E a introdução da classe IVb, porque, pelo contrário, os dados prescreviam a diferenciação entre e trabalhadores qualificados da indústria e da agricultura em subclasses VIa e VIb.
- j) A matriz foi preenchida com os dados resultantes do inquérito, em função do cruzamento entre profissão, situação na profissão e nível escolar do pai e da distribuição ponderada das respostas não substantivas pelas outras categorias como referido em f) e g).
- k) Os resultados foram apurados segundo várias categorias, relativamente a outros tantos segmentos do universo: estudantes da CPLP; estudantes da CPLP que fizeram o grau anterior em Portugal; estudantes portugueses; estudantes da CPLP em formação inicial; estudantes da CPLP em formação inicial que obtiveram o grau anterior em Portugal; estudantes portugueses em formação inicial; estudantes de doutoramento da CPLP.

Quadro K.1.

Tabela de conversão

PROFISSÃO	Habilitações	Trabalhador por conta própria empregador	Trabalhador por conta própria isolado	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador familiar não remunerado	Desempregado	Reformado	Outra situação	Desconhecido	Estudante	Doméstico
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	Ens. Sup	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Ens. Sec	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Básico	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II
	Menos	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	Desconhece	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Ens. Sup	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Ens. Sec	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Básico	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II
Profissões das Forças Armadas	Menos	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II
	Desconhece	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Ens. Sup	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
	Ens. Sec	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II
Técnicos e profissões de nível intermédio	Básico	III	III	III	III	III	III	III	III	III	III
	Menos	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
	Desconhece	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Ens. Sup	IV.a	IV.b	II	II	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	Ens. Sec	IV.a	IV.b	II	II	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Básico	IV.a	IV.b	III	III	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Menos	IV.a	IV.b	V	V	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Desconhece	IV.a	IV.b	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	Ens. Sup	I	IV.c	II	II	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Ens. Sec	I	IV.c	III	III	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Básico	IV.a	IV.c	VI.b	VI.b	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Menos	IV.a	IV.c	VI.b	VI.b	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	Desconhece	Ponderar	IV.c	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Ens. Sup	IV.a	IV.b	II	II	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	II
	Ens. Sec	IV.a	IV.b	III	III	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	III
	Básico	IV.a	IV.b	VI.a	VI.a	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	VI.a
Pessoal administrativo	Menos	IV.a	IV.b	VI.a	VI.a	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	VI.a
	Desconhece	IV.a	IV.b	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Ens. Sup	IV.a	IV.b	II	II	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Ens. Sec	IV.a	IV.b	III	III	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Básico	IV.a	IV.b	V	V	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Menos	IV.a	IV.b	V	V	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Desconhece	IV.a	IV.b	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Ens. Sup	IV.a	IV.b	VI.a	VI.a	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
Trabalhadores não qualificados	Ens. Sec	IV.a	IV.b	VI.a	VI.a	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Básico	IV.a	IV.b	VII	VII	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Menos	IV.a	IV.b	VII	VII	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar
	Desconhece	IV.a	IV.b	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar	Ponderar

Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) **Pedreira, Isabel Cristina Rodrigues Cardeal Viana**
Morada Lisboa
Correio(s) eletrónico(s) Isabel.cardeal@sapo.pt
Nacionalidade Portuguesa
Data de nascimento 27.12.1967
Sexo Feminino
Datas Janeiro de 2012 até Setembro de 2013
Função ou cargo ocupado Técnica Superior da Administração Pública na Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência

Principais atividades e responsabilidades Na Divisão de Estatísticas do Ensino Superior (DEES), desenvolveu as seguintes atividades:

- Acompanhamento do dossier relativo à mobilidade internacional: preparação da implementação de um novo tipo de inquérito para abordar esta temática, preparação do contributo da DGEEC para a discussão junto do INE.
- Atualização mensal das estatísticas relativas ao desemprego registado nos centros de emprego em Portugal por nível de formação.
- Realização da operação de Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES), no âmbito da análise, validação e tratamento da informação resultante do inquérito. Participou nomeadamente no RAIDES11.
- Realização da operação de Inquérito ao Registo Biográfica de Docentes do Ensino Superior – REBIDES, tendo o objetivo de atualizar a base de dados e conseqüente produção de informação estatística sobre a composição do corpo docente das instituições de ensino superior em Portugal em 2011-2012, designadamente:
- Elaboração de respostas a pedidos de informação estatística da comunidade científica e do público em geral que implicou a realização de quadros e tabelas com recurso aos “cubos” em SQL Server (informação proveniente dos inquéritos estatísticos).

Datas Dezembro de 2010 a Janeiro de 2012

Função ou cargo ocupado Técnica Superior da Administração Pública no Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Educação e Ciência

Principais atividades e responsabilidades

- Atualização da série estatística do Estudo Vagas e Inscritos no Ensino Superior (2000-2001 a 2010- 2011), através da elaboração do capítulo dos “Inscritos no Ensino Superior”;
- Elaboração de um relatório como contributo para a adaptação do REBIDES 09 à nova legislação (alteração dos estatutos de carreira do pessoal docente do ensino superior universitário e politécnico).
- Integração num grupo de trabalho (2 pessoas) que, tendo o relatório mencionado anteriormente como documento base, teve por missão proceder à reformulação do desenho do inquérito REBIDES, no que concerne às questões sobre o regime contratual e o regime de prestação de serviços. Atualização do Inquérito REBIDES10 e do respetivo manual de utilização do programa incorporando as alterações confirmadas.
- Integração num grupo de trabalho que teve por missão proceder à formulação do Inquérito à Satisfação dos Utilizadores, e ao seu respetivo lançamento, contribuindo nomeadamente na identificação dos passos necessários à sua estrutura, na procura de contactos dos potenciais inquiridos, na elaboração das questões, na receção e tratamento de respostas e na formulação do relatório final.
- Elaboração de respostas a pedidos de informação estatística da comunidade científica e do público em geral que implicou a realização de quadros e tabelas com recurso aos “cubos” em SQL Server.

Datas Dezembro de 2004 a Dezembro de 2011

Função ou cargo ocupado Bolseira de Gestão de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e para a Tecnologia (FCT), exercendo funções no Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES) e no organismo que lhe sucedeu Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI/MCTES).

Principais atividades e responsabilidades

- Colaboração na análise e elaboração de propostas de alteração ao Inquérito piloto do INE sobre Educação e Formação de Adultos (IEFA) apresentadas em reunião no Instituto Nacional de Estatística (Abril de 2009).
- Colaboração na adaptação dos documentos metodológicos dos inquéritos DIMAS e REBIDES ao novo formato de “Documento

metodológico” aprovado pelo Conselho Superior de Estatística e segundo a Documentação de Operações Estatísticas do INE, no âmbito do Sistema Integrado de Metainformação

- Atualização da publicação, de carácter anual Vagas e Inscritos no Ensino Superior [2000-2001 a 2008-2009], elaborado com base na informação estatística recolhida através do inquérito estatístico aos alunos matriculados e diplomados no ensino superior, e analisando o período de tempo compreendido entre 2000-2001 e 2008-2009.
- Elaboração de estudos e indicadores relativos à caracterização do sistema de ensino superior nacional.
- Participação na produção anual de uma publicação sobre a caracterização da oferta e da procura de formação em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no Ensino Superior em Portugal e elaboração de um relatório de análise comparativa desses dados.
- Colaboração na conceção e elaboração do 1º relatório (referente ao primeiro semestre de 2007) sobre a Procura de Emprego dos Diplomados com habilitações superiores, baseados nos registos nos centros de emprego e nos dados dos diplomados em estabelecimentos de ensino superior.
- Participação na Atualização, classificação e organização dos cursos de ensino superior por áreas científicas de acordo com a CNAEF e a classificação TIC.

Nome e morada do empregador Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Direção de Serviços de Informação Estatística em Ensino Superior,
Av. Duque D’Ávila, n.137 – 3º 1069-016 Lisboa

Tipo de empresa ou sector Organismo público do Ministério da Educação e Ciência

Datas Março de 2001 a Dezembro de 2004

Função ou cargo ocupado Na Direção de Serviços de Estatística e de Indicadores, de Março de 2001 a Dezembro de 2004.

Principais atividades e responsabilidade

- Participação nos trabalhos do projeto LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL (construção de um banco de imagens do quotidiano profissional dos investigadores, instituições, ambientes de trabalho, equipamentos e instrumentos científicos), desenvolvendo nomeadamente as seguintes atividades:

- Legendagem de fotografia;

- Normalização e correção da informação;
 - Construção de índices de classificação das imagens;
 - Acompanhamento do processo de devolução das imagens às instituições para efeitos de validação técnica;
 - Gestão da base de dados/arquivo de imagens de Ciência
- Preparação e realização da operação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) – operação estatística de atualização do inventário dos recursos humanos e financeiros disponíveis para atividades de I&D nos sectores do Estado, do Ensino Superior e das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, nomeadamente na operação do IPCTN01 e do IPCTN03, tendo ainda participado na preparação do IPCTN05.
 - Realização de apuramentos específicos sobre os dados das bases do IPCTN referentes aos anos de inquirição de 1995, 1997 e 1999, em resposta a pedidos oriundos da comunidade científica nacional.
 - Colaboração na elaboração de respostas a solicitações internacionais de dados sobre ciência e Tecnologia em Portugal (OCDE, EUROSTAT, RYCIT).
- Nome e morada do empregador Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Direção de Serviços de Estatística e de Indicadores
Rua das Praça
Lisboa
- Tipo de empresa ou sector Organismo público (equiparado a Direção-geral) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Datas 1997-2004
- Função ou cargo ocupado Tradutora - Tradução de português para francês e de francês para português
- Principais atividades e responsabilidade
- Traduções de Livros Técnicos em História e Ciências Sociais (tradução de Francês para Português)
 - Traduções de romances - Literatura Juvenil (tradução de Francês para Português)
 - Traduções de Textos para os Catálogos da EXPO'98 (de português para francês e de francês para português)
 - Traduções de Artigos científicos na área da História e Ciências Sociais (Português para Francês)
 - Traduções de vários textos técnicos e jurídicos (de Português para Francês)

Tipo de empresa ou sector Círculo de Leitores; Temas e Debates; Livros Horizonte; Parque Expo; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; ISEG- Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa; Universidade de Évora; empresas Mundiserviços, Lda e Euroventil, Lda. Editoras, Universidades, Empresas do Sector Privado

Datas Janeiro 1996 a Março de 1997

Função ou cargo ocupado Colaboradora estagiária na área de recursos humanos

Principais atividades e responsabilidade • Funções de apoio à gestão de recursos humanos

Nome e morada do empregador ESSILOR Portugal
Rua do Pino Verde, 2 2635-096 Rio de Mouro

Tipo de empresa ou sector Empresa privada do sector da ótica

Datas Outubro de 1989 a Setembro de 1995

Função ou cargo ocupado Funções administrativas

Principais atividades e responsabilidades

- Tradução de documentos e catálogos de produtos de francês para português e de português para francês,
- Gestão e organização de agendas;
- Envio e receção de correspondência;
- Logística de viagens;
- Atendimento telefónico de clientes e fornecedores;
- Consultas e encomendas a fornecedores;
- Receção de clientes e fornecedores;
- Preparação de candidaturas a concursos públicos;
- Organização do arquivo para duas empresas do sector privado

Nome e morada do empregador Mundiserviços, Lda
Rua José Dias Coelho, 36 B 1300-329 Lisboa – Portugal

Tipo de empresa ou sector Empresa privada de consultoria de gestão e formação

Formação Académica

Datas Fevereiro de 2010 a Fevereiro de 2011

Designação da qualificação atribuída Diploma de Estudos Pós-Graduados em Estudos Sociais da Ciência

Principais disciplinas/competências profissionais

- Políticas de ciência, tecnologia e inovação
- Sistemas e indicadores comparados de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Cultura científica e comunicação em ciência
- Sociologia da ciência
- Sociologia da inovação

- História e Filosofia da ciência
- História e Imagem
- Educação e Aprendizagem ao longo da vida
- Desenho de Pesquisa
- Sociologia da modernidade

Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE-IUL
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	ISCED 5A
Datas	Dezembro de 1995
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Sociologia, com a classificação final de 15 valores
Principais disciplinas/competências profissionais	Matemática e Estatística para as Ciências Sociais I e II; Teoria e Método das Ciências Sociais I e II; Métodos e Técnicas das Ciências Sociais; Psicossociologia das Organizações; Gestão de Recursos Humanos; Sociologia Geral; História do Pensamento Social; Estruturas da Sociedade Portuguesa
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	ISCED 5
Formação Complementar	
Datas	Julho de 1992
Designação da qualificação atribuída	Diplôme d'Études Françaises (DEF) (7 anos de estudos)
Principais disciplinas/competências profissionais	Língua e Cultura Francesa
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Institut Franco-Portugais, instituição académica e cultural
Datas	Janeiro de 1998
Designação da qualificação atribuída	Waystage Two
Principais disciplinas/competências profissionais	Língua e Cultura Inglesa
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	The Wall Street Institute, escola de línguas.
Datas	Janeiro 1996 a Março de 1997 (14 meses)
Designação da qualificação atribuída	Estágio de formação no âmbito do Programa Jovens Técnicos para a Indústria (JTI), promovido pelo Ministério da Indústria e Energia, no âmbito do PEDIP
Principais disciplinas/competências profissionais	Gestão de recursos humanos

Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ESSILOR PORTUGAL.
Datas	Dezembro de 2011 (16 horas)
Designação da qualificação atribuída	Certificado do Curso de “Excel Avançado”
Principais disciplinas/competências profissionais	Análise de dados; Formatações avançadas; Criação e utilização de modelos; definição de proteções; automatização de tarefas
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto Nacional de Estatística.
Datas	Novembro a Dezembro de 2011 (90 horas)
Designação da qualificação atribuída	Certificado do Curso de “ <i>Programa integrado de formação inicial Geral e Inicial específica da carreira técnica superior</i> ”
Principais disciplinas/competências Profissionais	Recrutamento e seleção de pessoal/competências; Contratação pública; Organização da Administração Pública do Estado e Estrutura da Administração Pública; Princípios Éticos da Administração Pública; Vínculos, carreiras e Remunerações; O sistema integrado de Gestão e Avaliação do desempenho na Administração; Regime do contrato de trabalho em funções públicas.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	GPEARI/MEC – Organismo público sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência
Datas	De 13 a 15 de Dezembro de 2010 (16,5 horas)
Designação da qualificação atribuída	Certificado do Curso de “Sistema Integrado de Metainformação”
Principais disciplinas/competências profissionais	Processo de produção estatística; Metainformação estatística: Definições e conceitos; Metainformação estatística: Utilizadores e funções
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto Nacional de Estatística.
Datas	De 11 a 15 de Outubro de 2010 (30 horas)
Designação da qualificação atribuída	Certificado do Curso de “Sistema de Variáveis”
Principais disciplinas/competências profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar as competências na análise das variáveis provenientes de operações estatísticas e de outras fontes; • Definir, nomear e tipificar variáveis; • Definir indicadores para o Portal das Estatísticas Oficiais; • Consultar variáveis através da aplicação de consulta; • Propor e afetar variáveis através da aplicação de gestão; • Normalizar variáveis.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto Nacional de Estatística.

Datas De 9 a 11 de Dezembro de 2009 (18 horas)

Designação da qualificação atribuída Certificado do Curso “Sistema de classificações”

Principais disciplinas/competências profissionais O processo de produção estatística; Conceitos, classificações, Variáveis

Nome e tipo da organização de ensino ou formação INE - Instituto Nacional de Estatística.

Aptidões e competências pessoais

Língua(s) materna(s) Português

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

	Compreensão		Conversação		Escrita
<i>Nível europeu</i> (*)	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
Ingês	B1	B2	B1	B1	B1
Francês	C2	C2	C2	C2	C2

(*) [*Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)*](#)

Setembro 2013